



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia
Roma – Itália, 03 de junho de 2008**

Excelentíssimo senhor Sílvio Berlusconi, primeiro-ministro da República italiana, por meio de quem cumprimento todos os chefes de Estado e de Governo presentes à Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar,

Senhor Ban Ki-moon, secretário-geral das Nações Unidas,

Senhor Jacques Diouf, diretor-geral da FAO, a quem todos devemos a realização desta importante Conferência,

Senhores chefes de delegação,

Senhores presidentes e diretores dos organismos do sistema das Nações Unidas e das instituições financeiras internacionais,

Senhores representantes da sociedade civil, delegados e participantes desta Conferência,

Senhoras e senhores,

Minhas amigas e meus amigos,

Estamos aqui reunidos para debater soluções para o problema da segurança alimentar mundial. A segurança alimentar sempre foi uma preocupação central do meu governo. Em 2003 lancei um programa pioneiro, o Fome Zero, que permitiu que milhões de brasileiros, antes submetidos à condição de miseráveis, tenham passado a comer três refeições por dia.

Fiz do combate à fome e à pobreza uma prioridade da ação internacional do Brasil. Juntei-me a outros líderes de países ricos e pobres, com o objetivo de encontrar fontes de recursos capazes de liberar uma grande parcela da Humanidade dos flagelos da fome e da desnutrição. Desenvolvi, com eles,



formas criativas de fazer que recursos hoje utilizados na produção de armamentos ou na busca de lucros exorbitantes por meio da especulação financeira pudessem ser canalizados para o mais humanitário dos objetivos: dar de comer a quem tem fome.

Fizemos progressos. Conseguimos, por exemplo, criar um mecanismo para atender às necessidades de tratamento contra doenças endêmicas nos países mais pobres. Mas o que fizemos é muito pouco em relação à enormidade da tarefa. Quero lembrar aos senhores que, todas as noites, mais de 800 milhões de pessoas em todo o mundo vão dormir com fome, o que é uma indignidade e um insulto à Humanidade. Apesar do amplo trabalho técnico e da vontade política de alguns líderes, resistências de todo tipo continuam a antepor-se a soluções inovadoras.

Reunimos na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, sessenta chefes de Estado e altos representantes de mais de cem países, que aprovaram um documento que propunha medidas ao mesmo tempo viáveis e audaciosas. Mas, findas as reuniões e apagadas as luzes, parece que as pessoas se voltam para seus afazeres do dia-a-dia. Aí, a fome é esquecida, para ser lembrada apenas quando ocorre uma explosão como a das últimas semanas.

Não nos enganemos: não haverá solução estrutural para a questão da fome no mundo enquanto não formos capazes de direcionar recursos para a produção de alimentos nos países pobres e, simultaneamente, de eliminar as práticas comerciais desleais que caracterizam o comércio agrícola.

O problema da fome agravou-se nos últimos tempos com a forte elevação dos preços dos alimentos. Em alguns países, multidões desesperadas com a falta de comida saíram às ruas para protestar e exigir providências das autoridades. Estamos diante de um problema grave e delicado e, para enfrentá-lo, temos de compreender suas verdadeiras causas.

Tomemos um exemplo especialmente dramático: o do Haiti. Esse país – o mais pobre do continente americano – chegou a ser um dos maiores



produtores de arroz da região caribenha. Entretanto, políticas macroeconômicas impostas de fora, que privilegiavam exclusivamente o aspecto monetário, somadas à disponibilidade de alimentos altamente subsidiados em outros países, levaram ao abandono do plantio do arroz no Haiti, com as trágicas conseqüências que todos conhecemos.

Para entender plenamente as verdadeiras razões da atual crise alimentar é indispensável, portanto, afastar a cortina de fumaça lançada por lobbies poderosos, que pretendem atribuir à produção de etanol a responsabilidade pela recente inflação do preço dos alimentos. Mais do que uma simplificação, trata-se de uma burla, que não resiste a uma discussão séria.

A verdade é que a inflação do preço dos alimentos não tem uma única explicação. Resulta de uma combinação de fatores: a alta do petróleo, que afeta os custos dos fertilizantes e dos fretes; as mudanças cambiais e a especulação nos mercados financeiros; as quedas nos estoques mundiais; o aumento do consumo de alimentos em países em desenvolvimento, como China, Índia, Brasil e tantos outros; e, sobretudo, a manutenção das absurdas políticas protecionistas na agricultura dos países ricos.

Talvez a maior novidade – muito bem-vinda, diga-se de passagem – seja o fato de que mais pessoas estão comendo. Os pobres na China, na Índia, na África, na América Latina e no Caribe, inclusive no Brasil, estão comendo mais, e isso é muito bom. O fato é que multidões de novos consumidores estão se incorporando aos mercados. Grandes países, antes considerados pobres, estão se desenvolvendo a taxas vigorosas e, com isso, melhorando a vida de seus povos. Esse fenômeno, de enorme importância, veio para ficar.

Outro fator essencial na alta do preço dos alimentos é a disparada dos preços do petróleo. É curioso: muitas pessoas falam da alta dos preços dos alimentos, mas ficam mudas na hora de analisar o impacto da alta do preço do petróleo nos custos de produção dos alimentos. É como se uma coisa não tivesse nada a ver com a outra, e qualquer pessoa bem-informada sabe que



não é bem assim.

Vamos aos números. No Brasil, em cada grão de feijão, de arroz, de milho, de soja, ou em cada litro de leite, o petróleo é responsável por 30% do custo final. E olhem que estou falando do Brasil, onde o petróleo representa apenas 37% da nossa matriz energética. No meu País, mais de 46% da energia vêm de fontes renováveis, como a cana-de-açúcar e as usinas hidrelétricas. Mesmo assim, o petróleo pesa muito no custo das lavouras brasileiras. Aí, eu me pergunto: quanto não pesa o petróleo no custo de produção de alimentos de outros países que dele dependem muito mais do que nós? Ainda mais quando se sabe que, nos últimos anos, o preço do barril saltou de 30 dólares para mais de 130 dólares.

É necessário tomar providências. Por isso mesmo, na semana passada, os chefes de governo da América Central, em reunião com o Brasil, decidiram pedir às Nações Unidas a convocação urgente de uma conferência internacional para discutir esse assunto.

Minhas amigas e meus amigos,

Outro fator decisivo para a alta dos alimentos é o intolerável protecionismo com que os países ricos cercam a sua agricultura, atrofiando e desorganizando a produção em outros países, especialmente os mais pobres. A chamada crise mundial de alimentos é, acima de tudo, uma crise de distribuição. É preciso produzir mais e distribuir melhor. O Brasil, como potência agrícola, está empenhado em aumentar a sua produção. Mas, de que adiantará produzir se os subsídios e o protecionismo tolhem o acesso aos mercados, mutilam a renda e inviabilizam a atividade agrícola sustentável?

Alguns países especialmente bem dotados de recursos e que desenvolveram tecnologias avançadas até podem, por meios de ganhos extraordinários de produtividade, vencer as injustificadas barreiras e distorções criadas pelas economias mais ricas do mundo. Mas o que dizer das economias mais pobres, que lutam para manter uma agricultura de subsistência em meio a dificuldades de financiamento, irrigação, insumos, como é o caso de muitas



economias africanas? Os subsídios criam dependência, desmantelam estruturas produtivas inteiras, geram fome e pobreza onde poderia haver prosperidade. Já passou da hora de eliminá-los.

A superação dos entraves atuais requer uma conclusão bem-sucedida o quanto antes, da Rodada de Doha da OMC, um acordo que deixe de tratar o comércio agrícola como uma exceção às regras, e que permita aos países mais pobres gerar renda com sua produção e exportação.

A verdadeira segurança alimentar tem que ser global e baseada na cooperação. É o que o Brasil tem procurado fazer com seus parceiros do mundo em desenvolvimento, sobretudo com a África, a América Central e o Caribe. A expansão desse tipo de iniciativa pode se beneficiar enormemente com a elaboração de novas parcerias, que permitam a cooperação triangular.

Minhas amigas e meus amigos,

O Brasil tem insistido no enorme potencial dos biocombustíveis. Eles são decisivos no combate ao aquecimento global, e podem jogar um papel importantíssimo no desenvolvimento econômico e social dos países mais pobres. Os biocombustíveis geram renda e empregos, sobretudo no campo, ao mesmo tempo em que produzem energia limpa e renovável. É, portanto, com espanto, que vejo tentativas de criar uma relação de causa e efeito entre os biocombustíveis e o aumento dos preços dos alimentos.

É curioso: são poucos os que mencionam o impacto negativo do aumento dos preços do petróleo sobre os custos de produção e transporte dos alimentos. Esse comportamento não é neutro nem desinteressado. Vejo, com indignação, que muitos dedos apontados contra a energia limpa dos biocombustíveis estão sujos de óleo e de carvão. Vejo, com desolação, que muitos dos que responsabilizam o etanol – inclusive o etanol da cana-de-açúcar – pelo alto preço dos alimentos são os mesmos que, há décadas, mantêm políticas protecionistas em prejuízo dos agricultores dos países mais pobres e dos consumidores de todo o mundo.

Os biocombustíveis não são o vilão que ameaça a segurança alimentar



das nações mais pobres. Ao contrário, desde que desenvolvidos de forma criteriosa, de acordo com a realidade de cada país, podem ser um instrumento importante para gerar renda e retirar países da insegurança alimentar e energética. O próprio Brasil é um exemplo disso. A produção brasileira de etanol à base de cana-de-açúcar ocupa uma parte muito pequena de terras agricultáveis e não reduz a área de produção de alimentos.

E para que não se alegue que estou usando estatísticas apenas brasileiras, cito aqui alguns dados do relatório de 2007 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos sobre a produção de etanol no Brasil. O Brasil tem 340 milhões de hectares de terras agrícolas: 200 milhões são de pastagens e 63 milhões de lavouras, dos quais apenas 7 milhões de hectares de cana. Metade é usada na produção de açúcar. A outra metade, em torno de 3,6 milhões de hectares, é destinada à produção de etanol, ou seja, toda a cana do Brasil está em 2% da sua área agrícola, e todo o seu etanol é produzido em apenas 1% dessa mesma área.

Alguns críticos dizem que a produção de etanol está levando a cana a invadir áreas de lavouras. Essas críticas não têm qualquer fundamento. Desde 1970, quando lançamos nosso programa de etanol, a produção do etanol de cana por hectare mais do que dobrou. Por outro lado, de 1990 para cá, nossa produção de grãos cresceu 142%. Já a área plantada expandiu-se no mesmo período apenas 24%, ou seja, no fundamental, nossa produção de grãos cresceu graças a um espetacular aumento de produtividade. Assim, não se sustenta a afirmação de que o crescimento da produção de etanol no Brasil se faz às expensas da produção de alimentos.

A produção de etanol e a produção de alimentos são filhas da mesma revolução que, nas últimas décadas, vem transformando o campo brasileiro, graças ao engenho dos nossos pesquisadores e ao espírito empreendedor dos agricultores brasileiros, revolução que fez do Brasil uma referência mundial em tecnologia de agricultura tropical.

Há críticos, ainda, que apelam para um argumento sem pé nem cabeça:



os canaviais no Brasil estariam invadindo a Amazônia. Quem fala uma bobagem dessas não conhece o Brasil. A região Norte, onde fica quase toda a Floresta Amazônica, tem apenas 21 mil hectares de cana, equivalente a 0,3% da área total dos canaviais brasileiros, ou seja, 99,7% da cana estão a pelo menos 2 mil quilômetros da Floresta Amazônica. Isto é, a distância entre nossos canaviais e a Amazônia é a mesma que existe entre o Vaticano e o Kremlin.

Além disso, ainda há no Brasil 77 milhões de hectares de terras agrícolas – fora da Amazônia, bem entendido –, que ainda não estão sendo utilizados. Isso equivale a pouco menos que os territórios da França e da Alemanha, juntos. E ainda temos 40 milhões de hectares de pastagens subutilizadas e degradadas, que podem ser recuperadas e destinadas à produção de alimentos e de cana. Em suma, o etanol de cana no Brasil não agride a Amazônia, não tira terra da produção de alimentos, nem diminui a oferta de comida na mesa dos brasileiros e dos povos do mundo.

Minhas amigas e meus amigos,

Não sou favorável a que se produza etanol a partir de alimentos, como no caso do milho e outros. Não acredito que alguém vá querer encher o tanque do seu carro com combustível se, para isso, tiver de ficar de estômago vazio. Por outro lado, é evidente que o etanol do milho só consegue competir com o etanol da cana quando é anabolizado por subsídios e protegido por barreiras tarifárias.

O etanol da cana gera 8,3 vezes mais energia renovável do que a energia fóssil empregada na sua produção. Já o etanol do milho gera apenas uma vez e meia a energia que consome. É por isso que há quem diga que o etanol é como o colesterol: há o bom etanol e o mau etanol. O bom etanol ajuda a despoluir o Planeta, e é competitivo. O mau etanol depende das gorduras dos subsídios.

O etanol brasileiro é competitivo porque temos tecnologia, temos terras férteis, temos sol em abundância, temos água, e temos agricultores



competentes. E isso não é privilégio nosso. Boa parte dos países da África, da América Latina, da América do Sul e do Caribe, além de alguns países asiáticos, reúnem condições semelhantes às nossas. E com cooperação, transferência de tecnologia e mercados abertos podem, também, produzir etanol de cana ou biodiesel com sucesso, gerando emprego, renda e progresso para suas populações. Ou seja, a “revolução dourada”, que combina terra, sol, trabalho e tecnologia de ponta, pode ocorrer também em outros países em desenvolvimento. As savanas africanas, por exemplo, são muito parecidas com o cerrado brasileiro, onde se registram altíssimos índices de produtividade.

Minhas amigas e meus amigos,

Está na hora de os analistas políticos e econômicos avaliarem corretamente a capacidade de contribuição dos países em desenvolvimento na questão de alimentos, energia e mudanças climáticas.

Cerca de 100 países têm vocação natural para produzir biocombustíveis de forma sustentável. Esses países terão de fazer seus estudos e decidir se podem ou não produzir biocombustíveis, e em que extensão. Precisarão definir as plantas mais adequadas e escolher projetos em função de critérios econômicos, sociais e ambientais. São decisões importantes que devem ser tomadas por eles próprios, e não por outros países ou por entidades que, muitas vezes, ecoam – até mesmo de boa-fé – os interesses da indústria petroleira ou dos setores agrícolas habituados aos subsídios e ao protecionismo.

O mundo precisa decidir também como lidar com a gravíssima ameaça que representa o aquecimento global, uma ameaça que requer uma resposta firme e coesa de toda a Humanidade. Em Quioto, o mundo reagiu de forma madura e responsável. Infelizmente, alguns países recusaram-se a assumir compromissos e metas de redução de emissão de dióxido de carbono.

Apesar de tudo, Quioto foi um marco. A Humanidade tomou consciência de que era necessária uma ação forte e organizada para salvar o Planeta. Infelizmente, é mais fácil emitir alertas do que mudar hábitos de consumo e



acabar com desperdícios; é mais fácil pôr a culpa nos outros do que fazer as mudanças necessárias, que ferem interesses estabelecidos. Assim, parece que, nos últimos tempos, as vozes dos que clamam por uma redução nas emissões de dióxido de carbono estão ficando mais fracas. É lamentável. Não podemos ser irresponsáveis com o futuro dos nossos filhos e netos, com o futuro do Planeta. O mundo não pode continuar queimando combustíveis fósseis ao ritmo atual.

No Brasil, fizemos uma pesquisa comparando as emissões de CO² de um carro movido a etanol com outro movido a gasolina. Usamos o mesmo modelo, o mesmo motor, a mesma estrada e a mesma velocidade. O carro movido a gasolina emitiu 250 gramas de CO² por quilômetro, uma emissão oito vezes e meia superior à do veículo a etanol. Na comparação do diesel com o biodiesel, constatamos que o caminhão movido com combustível fóssil emitiu 5,3 vezes mais dióxido de carbono do que aquele movido a biodiesel.

Além disso, as plantas utilizadas na produção de biocombustíveis, durante a sua fase de crescimento, são também responsáveis pelo seqüestro de grande quantidade de dióxido de carbono. O etanol não é apenas um combustível limpo. É também um combustível que limpa o Planeta enquanto está sendo produzido.

Por tudo isso, é necessário um debate sério e equilibrado sobre os biocombustíveis e o aquecimento global. Nesse sentido, estou convidando autoridades, cientistas e representantes da sociedade civil de todos os países para a Conferência Internacional de Biocombustíveis, no próximo mês de novembro, em São Paulo.

Meus amigos e minhas amigas,

Baratear a energia e os fertilizantes e acabar com os subsídios intoleráveis da agricultura nos países ricos: estes são nossos maiores desafios hoje.

Nesses últimos 30 anos, houve uma verdadeira revolução silenciosa na agricultura de muitos países, sobretudo nos trópicos. Esta revolução pode



beneficiar a todos, ricos e pobres, sem distinção. Pode também trazer ferramentas, soluções e alternativas para atender à demanda crescente de centenas de milhões de pessoas.

A expansão da agricultura de países em desenvolvimento, como o Brasil, muda a dimensão dos problemas, muda as rotas e as estratégias para solucioná-los. A visão de segurança que prevalece no mundo de hoje está centrada no controle e na garantia do território, da oferta de alimentos e da oferta de energia. Os subsídios à produção agrícola e as barreiras comerciais, que tanto têm retardado o crescimento da agricultura dos países mais pobres, são também conseqüências dessa visão.

É preciso reconhecer que, se a agricultura dos países em desenvolvimento tivesse sido estimulada por um mercado livre, talvez não estivéssemos vivendo essa crise de alimentos hoje. Precisamos reformular visões, reciclar idéias. Devemos trabalhar com noções de interdependência e colaboração. Estou convencido de que podemos criar um conceito novo de segurança para um mundo em que não só a energia, mas também as ideologias sejam renováveis. A globalização, que se instalou de maneira tão ampla na indústria, precisa chegar à agricultura.

Devemos, como sugeriu o nosso diretor-geral, Jacques Diouf, encarar este momento não como uma crise, mas como uma oportunidade. Uma oportunidade para estimular a agricultura em todos os países, em particular, no continente africano.

Sempre me considerei um otimista. Confio na capacidade da Humanidade de aprender com novos desafios e de criar novas soluções. Foi assim no passado, e estou convencido de que será assim agora. Basta que não façamos um diagnóstico equivocado do problema, basta que não enveredemos por caminhos errados.

A solução não está em se proteger ou em tentar frear a demanda. A solução está em aumentar a oferta de alimentos, abrir mercados e eliminar subsídios de modo a atender à demanda crescente. E, para isso, é necessário



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Pronunciamento do Presidente da República**

uma mudança radical nas formas de pensar e nas formas de atuar.

Muito obrigado.

[Versão do discurso em francês](#)

[Versão do discurso em inglês](#)

(\$211B)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT

Centro de Convenções – Brasília-DF, 05 de junho de 2008

Meu caro companheiro Paulo Vannuchi, secretário especial dos Direitos Humanos,

Meu caro companheiro José Gomes Temporão, ministro da Saúde,

Meu caro Carlos Eduardo Gabas, ministro interino da Previdência Social,

Meu querido companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu querido companheiro José Antonio Toffoli, advogado-geral da União,

Meu querido companheiro Elói Ferreira de Araújo, ministro-chefe interino da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial,

Nossa querida companheira Nilcéa Freire, secretária especial de Política para as Mulheres,

Minha companheira Marisa,

Minha querida companheira Cida Diogo, presidente da Frente Parlamentar da Cidadania GLBT, em nome de quem cumprimento todos os companheiros parlamentares aqui presentes,

Meu querido companheiro Tony Reis, Fernanda Benvenuti e Negra Cris, por meio de quem quero cumprimentar todas as delegadas e delegados presentes a esta I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais,

Companheiros convidados,

Meu querido companheiro Sérgio Mamberti,

Minha querida companheira Arlete,



Meus queridos companheiros representantes de delegações estrangeiras aqui presentes – eu sei que são 14 países participando desta I Conferência,

Companheiros e companheiras da imprensa,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Companheiros e companheiras,

Primeiro, Paulinho, eu queria te agradecer por este momento. O Paulinho, no ano passado, me procurou para dizer que, de todas as conferências, de tantas que nós já fizemos... Já foram 49 conferências nacionais que nós fizemos. Certamente já envolvemos, ao todo, mais de 3 milhões e meio de brasileiros e brasileiras, de todo o território nacional. Neste ano que se inicia, nós estamos fazendo a I Conferência, e o Paulinho falou: “Lula, é importante” – ele não me chama de Lula, me chama de Presidente, apesar dos 40 anos de amizade –, “nós precisamos fazer essa Conferência. E eu queria saber se o Presidente a convocará por decreto”. Eu disse: “Paulinho, prepara o decreto, que nós a convocaremos por decreto”.

E por que eu comecei elogiando o Paulinho? Paulinho, eu penso que o Temporão disse uma coisa aqui que, se alguém não gravou, é importante gravar, porque eu acho que o seu discurso é antológico. Quem faz muito discurso, tem dia que acerta, tem dia que não acerta.

Você que grava novela, Serginho, não é assim? Tem dia que você vai lá, grava um texto em 30 segundos e vai embora; e tem dia que aquele texto de 30 segundos leva 3 horas para gravar. Eu me lembro de que uma vez nós ficamos com o Suplicy das 9 da noite às 3 da manhã para gravar um texto, acho que de 35 segundos.

Bem, meus companheiros, eu quero agradecer a vocês por estar vivendo este dia. Não é fácil para um presidente da República, nem aqui no



Brasil e nem em outro país do mundo, participar de eventos que envolvam um segmento tão grande, tão heterogêneo e tão motivo de preconceitos com vocês. Não é fácil.

Então, quando o Tony Reis fala que nunca antes na história do Planeta um presidente convocou uma conferência como esta, eu fico orgulhoso porque nós estamos vivendo no Brasil um momento de reparação.

Eu tenho dito, Paulinho, quando vou inaugurar obras do PAC nas favelas, que o que nós estamos fazendo é uma reparação de governantes irresponsáveis que, durante 50 ou 60 anos, deixaram os pobres se amontoarem em lugares que não deveriam se amontoar. Na verdade, se quando aparecessem os primeiros grupos de pobres, o prefeito e os vereadores fossem lá e cuidassem deles, os colocassem num lugar mais adequado, não permitiriam que virassem cidades, não permitiriam a quantidade de gente morando de forma degradante neste País. Houve momentos de irresponsabilidade. Então, eu tenho dito que nós estamos fazendo um processo de reparação. E o Brasil precisa de um processo de reparação.

Quando eu recebi, no Palácio do Planalto, os nossos queridos companheiros e companheiras catadores de papel, o companheiro lá de São Paulo fez um discurso, e dizia: “Presidente, se a gente não conquistar mais nada na vida, só o fato de a gente estar colocando o pé dentro do Palácio do Planalto, já terá valido a pena, porque nós nunca imaginamos passar nem perto do Palácio do Planalto”.

Eu participei com a companheira Nilcéa, no Rio de Janeiro, há dois anos, acho que foi do Dia do Combate à Aids, se não me falha a memória, e eu dizia para a Nilcéa: nós precisamos criar no Brasil o Dia do Combate à Hipocrisia. Eu sei que isso fere pessoas, deixa outras angustiadas, mas o dado concreto é que, se eu não conseguir criar, alguém vai criar, Nilcéa. Sabem por que é preciso criar o Dia do Combate à Hipocrisia? Porque quando se trata de preconceitos, eu o conheço nas minhas entranhas, eu sei o que é preconceito.



Talvez seja a doença mais perversa impregnada na cabeça do ser humano. É uma doença que a gente não combate apenas com leis. A lei ajuda, a Constituição ajuda, montar conselhos ajuda, Tony, tudo ajuda, mas é um processo cultural. É um processo que passa por uma revolução cultural de as pessoas irem compreendendo que precisamos nos gostar do jeito que somos, que não precisamos querer que ninguém seja igual. Mesmo nesta platéia, é bem possível que tenha diferenças, que tenha preconceitos, uns achando “eu posso isso, mas aquele não pode aquilo”. Se nós não arejarmos a cabeça, a despoluirmos de preconceitos, não cumpriremos o que o Paulinho pediu aqui, que é a unidade em torno das coisas votadas no Congresso Nacional.

Eu vou dizer a vocês o mesmo o que eu disse no encontro que nós fizemos da Conferência da Igualdade Racial. Nós temos um grande projeto para fazer o Estatuto da Igualdade Racial dentro do Congresso Nacional. Eu fui muito claro aos companheiros delegados: se vocês não se colocarem de acordo, por mínimo que seja, alguém terá que abrir mão de alguma coisa para construir o consenso para o Congresso Nacional votar. Se vocês estiverem divididos dentro do Congresso, não haverá Estatuto da Igualdade Racial nem hoje e nem nunca.

Vocês vão ter três dias de Conferência e, livremente, irão discutir, discursar, escrever, retratar e apresentar uma proposta para o governo. Posso dizer a vocês: o tratamento que vocês terão, com o documento que apresentarem, será igual ao tratamento que nós demos às 49 conferências que aconteceram antes da de vocês. Se não for assim, nós estaremos fazendo apenas uma meia democracia, aquela democracia que pode aparecer na hora que eu quero, quando eu preciso, mas que não é plena, não paira 24 horas em cima das nossas cabeças, em cima da cabeça daqueles que, por preconceito, não querem entender o jeito de ser de cada um.

Obviamente que nós também seremos honestos, como fomos honestos com as outras conferências. Aquilo que não puder ser feito, a gente vai dizer



com o mesmo companheirismo: companheiros, isso aqui não dá, isso aqui não passa, isso aqui não vai. Se não estabelecermos essa relação companheira entre nós, terminaremos a Conferência e voltaremos a ter as desconfianças que tínhamos antes de entrar aqui.

Eu disse que agradecia o fato de estar aqui hoje, porque uma vez eu disse que todo político é cheio de certezas, todo político é cheio de convicções muito precisas. As pessoas se assustavam quando eu dizia: “Olha, eu sou a metamorfose ambulante”. Na minha vida, eu penso que tenho tudo definido. No dia seguinte eu aprendo que tem uma coisa que ainda não estou definido, e que eu preciso me definir; que tem uma coisa que eu era contra, agora sou a favor; que tem uma coisa que eu não concordava, agora eu concordo. É esse o jeito de governar uma família que tem 190 milhões de filhos. Não é filho único, não temos apenas uma religião, não temos apenas uma opção sexual. Disseram bem, todos os que falaram aqui, do Paulinho ao companheiro Temporão: ninguém pergunta a opção sexual de vocês quando vão pagar Imposto de Renda, ninguém pergunta quando vai pagar qualquer tributo neste País. Por que discriminar na hora em que vocês, livremente, escolhem o que querem fazer com o seu corpo? É mais fácil falar do que transformar as palavras em coisas concretas, porque aí é preciso medir a correlação de forças na sociedade. Mas uma coisa sagrada vocês fizeram: conseguiram quebrar a casca do ovo, conseguiram gritar para o Brasil que vocês existem e que não querem nada a mais, nem nada a menos do que ninguém. Vocês querem ser brasileiros, trabalhar e viver respeitados, como todos querem ser respeitados no mundo.

Por isso eu quero dizer a vocês que, quando nós assinamos o Decreto, as pessoas começaram: “Mas você vai, Presidente?” Você sabe o que eu senti quando coloquei o boné na cabeça, Tony? O mesmo preconceito que tinha contra mim quando, pela primeira vez, eu coloquei o boné do Movimento dos Sem-Terra na minha cabeça. Eu nunca apanhei tanto. Eu era recém-presidente



da República, recém-empossado, e coloquei o chapéu dos Sem-Terra na cabeça. Eu apanhei acho que mais de um mês na imprensa. Eu poderia colocar chapéu do Banco do Brasil, do Banco Real, do Bradesco, da Vale do Rio Doce, da Petrobras, do Corinthians, do Flamengo, do Vasco, eu poderia falar qualquer... Agora, eu não poderia colocar dos Sem-Terra, e me veio uma luz: eu vou colocar todos, porque somente assim vou quebrar o preconceito que as pessoas têm, de achar que você pode ou não pode fazer as coisas.

É gratificante vir aqui porque a gente sai aprendendo uma lição, a lição da maturidade política do Movimento, a lição da compreensão de que só existe um jeito de, cada vez mais, a sociedade reconhecer o Movimento: é cada vez mais brigar, é cada vez mais andar de cabeça erguida, é cada vez mais brigar contra o preconceito, é cada vez mais denunciar as arbitrariedades. Somente assim a gente vai conquistar a cidadania plena e poder, todo mundo, andar de cabeça erguida nas ruas, sem ninguém querer saber o que nós somos, apenas que somos brasileiros e brasileiras e que queremos construir este País sem preconceitos.

Eu conheço líderes importantes. Ao longo da minha vida, eu conheci figuras muito importantes no Planeta, que não têm coragem de assumir o homossexualismo no seu país. Dá a impressão de que não existe, porque as pessoas sempre pensam: “no meu país não tem isso, na minha casa não tem aquilo, eu nunca vou pegar isso, eu nunca vou pegar aquilo”. Nós estamos sempre transferindo para os outros quando, na verdade, seria tão mais simples e o mundo seria tão mais alegre, se nós fôssemos menos rígidos com os tabus que foram colocados no nosso caminho ao longo da nossa história.

Quero dizer a todos vocês, companheiros e companheiras: Deus ilumine vocês, e apresentem aqui a proposta que vocês entenderem seja a melhor e que possa garantir... Eu posso dizer a vocês: no que depender do apoio do governo, no que depender do apoio do Poder Executivo e dos Ministros, nós iremos trabalhar para que o Congresso Nacional aprove o que precisar aprovar



neste País.

Eu me lembro, Paulinho... Acho que não te contei, porque isso ainda não é do seu tempo. Você sabe que uma vez eu descobri que aqui, em Brasília – o Paulinho já era ministro –, tinha o problema de uma lei que não permitia que o portador de deficiência física – sobretudo a pessoa que tinha um problema de visão – andasse no transporte com seu cão-guia, pegasse o metrô, entrasse no supermercado, entrasse na igreja. Aí eu falei: “Paulinho, nós vamos convocar uma reunião dentro do Palácio do Planalto, com os cachorros lá. Os cães vão entrar dentro do Palácio do Planalto porque, na verdade, os cães são uma extensão daquele companheiro que é portador de deficiência visual”.

Eu acho que são exemplos assim que a gente vai tendo que fazer, cada vez mais, até que um dia consiga andar na rua sem perceber ninguém olhando meio de esguelha para a gente, aquele olhar de lado, aquele olhar desconfiado.

Então, eu acho que este dia é, realmente, histórico. Eu penso que vocês não têm ainda a dimensão do que este dia pode causar, como efeito multiplicador de quebra de preconceitos e de conquista de direitos.

É uma pena, meus queridos deputados – quero agradecer a presença de vocês –, que mais deputados e senadores não tenham vindo. É uma pena porque, ao ver vocês, eles iriam tomar um susto, e iam fazer uma exclamação: “São iguais a mim” Quem sabe voltassem para suas atividades com menos ranço e com menos preconceito.

Boa sorte, boa Conferência. Que Deus abençoe a todos vocês.

(S211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente**

Palácio do Planalto, 05 de junho de 2008

Primeiro, quero cumprimentar o companheiro Pinguelli, coordenador do
nosso Fórum sobre Mudanças Climáticas,

Quero cumprimentar os nossos ministros, começando pela companheira
Dilma Rousseff, companheiro Carlos Minc,

Nosso querido companheiro Gregolin, o nosso querido companheiro
Samuel Pinheiro,

René Mauricio Dorfler, embaixador da Bolívia no Brasil,

Nosso companheiro Luís Antônio Rodrigues Elias, ministro-interino da
Ciência e Tecnologia,

Nosso querido senador José Maranhão,

Deputada Dalva Figueiredo,

Deputado e ex-ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho,

Nosso querido companheiro Herculano, que falou em nome das
comunidades tradicionais,

Meus companheiros e companheiras,

Eu penso que cada um de vocês que veio para esta solenidade deve ter
medido o que nós conseguimos avançar nesses últimos anos. Não é fácil a
gente discutir meio ambiente, achando que apenas a confecção de uma lei ou
de um decreto vai resolver o problema. Este decreto que eu assinei aqui,
certamente haverá muitas ações na Suprema Corte contra ele e a Advocacia-
Geral da União terá que fazer a defesa do decreto. Uma coisa que parece tão
pacífica entre nós, às vezes demora dois, três anos para ser consagrada
porque nós temos que respeitar as instituições.



O dado concreto é que dentro do governo, e eu diria que dentro da maioria da sociedade brasileira, já há a consciência de que não há incompatibilidade nenhuma entre a combinação do desenvolvimento com a preservação ambiental; de que não é menos importante fazer uma reserva de 709 mil hectares para 109 famílias. Muitas vezes nós somos acusados: “estão dando muita terra para 109 famílias, estão dando muita terra para não sei quantos índios, estão dando muita terra para não sei quantos seringueiros”. As pessoas se esquecem de dizer que um único proprietário tem, às vezes, 1 milhão de hectares, 2 milhões de hectares, 500 mil hectares, e alguns ainda acham pouco e querem grilar a terra dos outros.

Eu estou convencido de que nós estamos avançando para uma combinação entre os marcos legais que estabelecemos e que o Congresso aprova, e o aumento da consciência política da sociedade de que cada benefício que a gente fizer em nome da preservação ambiental, da manutenção da nossa natureza intacta ou 99% intacta, permitirá que dela os extrativistas, os pesquisadores possam tirar os ensinamentos, e os trabalhadores tirar a sua riqueza.

Na medida em que a gente for tomando consciência de que isso é bom para o Brasil, é vantagem comparativa para o Brasil, inclusive nesse mundo comercial globalizado... Ainda vai levar um tempo para o povo brasileiro aprender que é uma vantagem comparativa para o Brasil poder dizer que não desmata a Amazônia de forma predatória, poder cortar um mogno com o manejo correto da floresta, certificar cada coisa que a gente faz e repor no lugar algumas coisas que a gente tira. As pessoas vão percebendo que isso se transforma numa vantagem imensa para o Brasil nesses debates internacionais, sobretudo na Organização Mundial do Comércio, onde o jogo é mais pesado e ninguém quer abrir mão de nenhuma vantagem.

Então, eu penso que este dia, companheiro Minc, é a afirmação de que o Brasil atingiu a maioria para cuidar das suas coisas. Eu não sou tão



egoísta quanto o Minc, que fala que a Amazônia é do Brasil, é do Herculano. Eu acho que nós somos tão solidários, que o território é nosso, mas os benefícios causados pela preservação que nós estamos fazendo, porque queremos que todos respirem o ar verde produzido pelas nossas florestas e, se Deus quiser...

É impressionante a quantidade de gente... de vez em quando eu fico pensando que a Amazônia é como aqueles vidros de água benta que tem na igreja: todo mundo acha que pode meter o dedo. Basta ser católico e entrar na igreja, que quer colocar o dedo para se benzer. A Amazônia, além de ser católica é evangélica, então tem mais gente querendo botar o dedo ali, e é muita gente dando palpite. Não é que nós não queiramos ajuda, não é que nós queiramos partilhar os conhecimentos que precisamos ter da Amazônia, não é que nós não queiramos construir projetos conjuntos. Mas nós não podemos permitir que as pessoas tentem ditar as regras do que a gente tem que fazer na Amazônia. Não é possível que as pessoas... E são muitos palpites, posso dizer a vocês que palpite é o que não falta, e de pessoas que não têm autoridade política para fazer isso, pessoas que desmataram o que tinham e o que não tinham, pessoas que emitem CO² como ninguém e depois resolvem dizer: "A Amazônia, nós precisamos pensar se ela é do Brasil".

Não é apenas a Amazônia. Esses dias eu vi um artigo questionando se o Aquífero Guarani era do Brasil, era do Mercosul, porque está em alguns países. Nem nós ainda temos acesso à água do Aquífero Guarani e já tem gente de fora achando que tem que preservar para a Humanidade. Eu disse, outro dia, durante a visita de uma chefe de Estado, que é importante que essas coisas sejam partilhadas com todo mundo.

O Brasil vai fazer um grande seminário nos dias 20 e 21 de novembro sobre a questão dos biocombustíveis, em São Paulo, e nós queremos discutir a questão climática, queremos discutir o zoneamento agroecológico. Nós queremos partilhar com todo mundo essas discussões, até porque eu não sei



se o governo é o dono da verdade. Quanto mais a gente ouvir, quanto mais a gente conversar, mais a gente poderá fazer as coisas certas. Mas é importante que quando as pessoas entrem na casa da gente, peçam licença para abrir a nossa geladeira, e não vão abrindo e pegando as coisas que tem lá para beber porque elas têm dono.

Então, é com esse olhar, Minc, que eu acho que nós precisamos nos apresentar ao mundo. O Brasil tem uma quantidade enorme de áreas que nós estamos preservando. Um dia, eu quero chamar o Minc para que a gente estude corretamente todos os parques estaduais, os parques federais, e as terras indígenas. Você vai perceber que a quantidade é incomensurável. Às vezes um estado aprova uma coisa na Assembléia Legislativa, a Câmara aqui aprova outra, o governo faz outra, sem que haja uma combinação. Às vezes é preciso descer no estado, conversar com o governador que tem projeto para aquela área, e ele fica irritado, fica nervoso. E a gente não pode fazer na marra, porque na marra não dá certo. É preciso que tenha um jogo combinado, um jogo acertado e fica muito mais fácil. Demora mais, mas quando a gente faz as coisas bem feitas, elas são para sempre, não são quebradas como muitas vezes a gente faz.

É importante, Minc, você ter noção – a Embrapa tem isso bem preparado – de tudo que nós temos de área de conservação, de terras indígenas, de parques nacionais, de parques estaduais, de reservas extrativistas. Você vai perceber que é uma quantidade de milhões de hectares que dá quase toda a Europa. Agora, não basta apenas criar isso e não ter, primeiro, um pensamento de como utilizar aquilo economicamente para a própria comunidade que já está lá, ou criar mecanismos de fiscalização para que aquilo não seja invadido. Um país com um território imenso como este, às vezes a gente fica sabendo da queimada pela televisão ou quando o INPE nos mostra a fotografia. Eu acho que, nesse aspecto, nós temos que ser muito duros com os cidadãos que estão fazendo queimada ou desmatando



ilegalmente. A gente não pode generalizar na crítica, a gente não pode fazer acusações genéricas, mas temos que pegar o exemplo de um cidadão que desmatou de forma desvairada, e ele tem que receber o castigo da legislação, que já existe, que já prevê. Nós já tomamos medidas de contenção de crédito. Tudo isso vai começar a acontecer a partir de agora.

Eu estou convencido, Minc, de que nós temos o que comemorar neste Dia Mundial do Meio Ambiente, e temos que ter orgulho do que estamos fazendo. Nós sabemos que é uma tarefa muito difícil. Quando a gente pensa que está evitando uma coisa em um lugar, está acontecendo uma coisa em outro lugar. Quando a gente pensa que está cuidando da floresta, tem um rio que está sendo poluído, tem uma praia que está sendo poluída. É quase uma revolução cultural que precisamos fazer para atingir a perfeição ambiental.

Eu dizia ao Minc: se a gente não começar a discutir essa questão com as crianças nas escolas, se as televisões não estiverem abertas, não para fazer aquelas concessões de quando em quando, mas para terem, habitualmente, inserções falando da questão ambiental... Às vezes a gente vê uma enchente na beira de um córrego, numa favela bem pobre. Aquilo é lixo que a própria comunidade jogou, porque não tem consciência: joga, aquilo entope, volta e enche a casa dela. Tudo isso não é a polícia e nem a lei apenas, é consciência e maturidade política.

Nós vamos enfrentar, nesse próximo período, um debate internacional muito forte. Agora eu senti um pouco, na FAO, o quanto nós vamos ser atacados, e com os mais diversos argumentos, inclusive sobre a questão da Amazônia. O governo brasileiro, e eu diria que os nossos cientistas também, não têm preocupação de fazer esse debate em nenhum lugar do mundo, para nenhum público do mundo. Não temos a menor preocupação de fazer o debate sobre a preservação e o desmatamento que eles tanto nos provocam.

Eu vou dar um dado a vocês. Nos últimos quatro anos, fora esses 2 milhões e pouco de hectares que foram decretados hoje, nós criamos 20



milhões de hectares de unidades de conservação, homologamos 10 milhões de hectares de terras indígenas, cancelamos 66 mil títulos de posses fraudulentas da Amazônia e ampliamos em 10 vezes a área de florestas manejadas e certificadas, que somam agora mais de 3 milhões de hectares de terra. Isso aqui é apenas um exemplo da maturidade que está tomando conta de todos nós. Faz 15 dias que anunciamos o Plano Amazônia Sustentável, que é um compromisso do governo estadual, do governo federal, de prefeitos, de cientistas, de todo mundo, para a gente poder articular com a sociedade um modo de conseguir extrair, na Amazônia, riquezas para o povo que mora lá, e desenvolvê-la corretamente.

Eu queria dizer a vocês que não creio que tenha, no mundo, um exemplo igual ao nosso. A Europa, por exemplo, só tem 0,3% da sua floresta nativa em pé. O Brasil ainda tem 69%, e é responsável por 28% das terras nativas que ainda sobrevivem nas nossas florestas. Portanto, quando alguém fala grosso com a gente, a gente nunca fala grosso porque somos educados, mas temos que responder de forma categórica que não precisamos de palpite na nossa vida.

Uma coisa extremamente importante, que eu acho que nós precisamos cuidar, companheiro Minc, é uma coisa que eu conversava muito com a companheira Marina. Fui agora à FAO e pedi para o Inmetro me dar um estudo. Foi um estudo muito embrionário que o Inmetro me mandou. O Inmetro estudou um carro a gasolina e um carro a álcool, os dois carros com o mesmo motor, na mesma estrada e na mesma velocidade. O carro a gasolina emitiu 8 vezes e meia mais CO² que o carro a álcool. Experimentamos também um caminhão a diesel e um a biodiesel. O caminhão a diesel emitiu 5,3 vezes mais do que o a biodiesel. Se toda discussão que estou vendo na televisão for verdadeira sobre a questão do aquecimento global, e os combustíveis fósseis forem responsáveis pelo tanto de emissão de gases que estão sendo responsabilizados, o Brasil apresentou uma solução. Obviamente que essa



solução parte da responsabilidade do país que quer trabalhar essa alternativa. É preciso plantar depois do zoneamento bem-feito. Não pode plantar oleaginosas, que servem de alimento, para fazer combustível. Todo cuidado nós temos que ter. Sempre que falo nos biocombustíveis, olho para o continente africano. Lembro-me de um dia em que as pessoas falaram: “a inflação está aumentando por causa do biocombustível.” Eu vou para a África, aquele pessoal precisa produzir alguma coisa.

Eu me lembro de uma vez em que fui à cidade de Mirandiba, em Pernambuco, visitar uma vaca mecânica. Essa vaca mecânica foi uma invenção feita em São Paulo. Ela fazia leite de soja para resolver o problema da desnutrição de uma parte das crianças brasileiras. Chegamos lá, as crianças estavam magrinhas, o braço delas, de dois anos, era mais fino que o meu dedo. Começou a se fazer leite de soja com sabor. Colocava-se uma coisa gostosa, groselha ou morango, para dar um sabor, e do farelo da soja fazia-se bolo. As crianças adoravam, e já tinham recuperado o peso. Aí, veio uma companheira nossa e falou: “Lula – naquele tempo só me chamava de Lula –, é preciso levar em conta que isso não está certo, é preciso respeitar os hábitos alimentares”. Eu fiquei pensando: que hábitos alimentares, se a criança estava morrendo de fome? É a mesma coisa com a questão dos biocombustíveis: “A África não pode plantar, a África está com fome”. No fundo, no fundo, eu fico me perguntando: do que vivem grandes países africanos hoje?

Agora, na FAO, foram aprovadas doações. A Arábia Saudita deu 500 milhões para ajudar no combate à fome, e outros países deram mais 500 milhões. No fundo, o Brasil está fazendo a coisa diferente. Em vez de ficar dando um dinheirinho de quando em quando, nós levamos para a África um escritório da Embrapa, com pesquisadores. Já pesquisamos 17 países e nós queremos ajudar os africanos a produzirem o que nós produzimos aqui, porque estamos na mesma faixa, e eu acho que é isso o que o Brasil pode fazer.



Então, eu quero terminar dizendo a vocês o seguinte: nós vamos continuar fazendo a nossa parte, nós vamos continuar sendo duros. Eu acho que nós precisamos de muito mais policiais, quem sabe criar uma guarda nacional para tomar conta da floresta. Para isso, é preciso fazer alguns concursos, que os nossos companheiros da Câmara e do Senado vão ter que ter flexibilidade para aprovar. Eu espero, Pinguelli, que quando a gente se reunir aqui, no próximo ano, que a gente tenha mais conquistas, tenha mais reservas, tenha menos desmatamento. Mas, sobretudo, que esse povo que mora e trabalha lá possa vir aqui e dizer: “Melhorou a nossa vida, estamos trabalhando, estamos ganhando um salariozinho, estamos vendendo os nossos produtos porque têm preço garantido”. Senão, a gente faz a reserva, manda o Herculano de volta para lá, chega lá... se a gente não cuidar de ajudá-los... É como a reserva indígena. A nossa preocupação é, ao fazer a reserva, dar condições de as pessoas sobreviverem melhor do que quando aquilo não era reserva. Só a reserva é bom, mas ainda é pouco diante do que nós precisamos fazer para dar cidadania plena a todos vocês.

Parabéns, Minc. Parabéns a todos que lutam pela preservação ambiental no mundo e neste País.

(\$211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura de Atos do PAC - Saneamento e Habitação**

Palácio do Planalto, 06 de junho de 2008

Eu não precisaria falar, mas como sei que vocês estão com fome, vou segurá-los um pouco aqui para dizer duas coisas.

Primeiro, quero cumprimentar os governadores aqui presentes,

Quero cumprimentar o Luciano Coutinho, a Maria Fernanda, a Dilma e o Márcio, os ministros aqui presentes,

Os nossos companheiros deputados,

Os nossos senadores,

Os nossos prefeitos,

Vamos voltar o nosso pensamento para março do ano passado. Nós lançamos o PAC no dia 22 de janeiro de 2007. Vamos voltar o nosso pensamento para março de 2007, e vamos perceber que o que está acontecendo hoje é como se estivéssemos fora de uma roda-gigante – eu, particularmente – vendo os prefeitos brasileiros e os governadores sentados nas cadeiras da roda-gigante, e ela não pára de girar. Não parando de girar, significa que vou ver, a cada tantos segundos, passar um prefeito e um governador na minha frente.

O PAC é exatamente essa roda-gigante que não pode parar de girar. Ela tem que girar alguns anos seguidos para que o Brasil consagre a possibilidade de fazer reparação com os pobres deste País. Quando a gente analisa uma pessoa que mora numa palafita ou numa favela, nós só sabemos dizer “coitadinha, mora mal”. Muitas vezes se passa perto da casa dela três meses ou dois meses antes das eleições. Depois, aquele lugar passa a ser inadequado para a gente voltar a visitar. Quando a gente passa e vê “pobre



coitado"... Muitas vezes uma parte dos políticos não conhece, uma parte da imprensa não conhece.

Eu sempre conto um caso, e o Pezão sabe disso, de um depoimento do senador e ex-ministro Dornelles. O Dornelles um dia me disse: "Presidente, eu aprendi..." Ele tinha chegado de um comício com o Sérgio Cabral, e me dizia: "Presidente, eu já fui muita coisa neste País. Eu sempre estive no poder, Presidente, e não tinha dimensão de que a 15 quilômetros da minha casa, no Rio de Janeiro, tinha gente morando em palafitas, em favelas, em lugares totalmente degradantes". Então, eu não culpo quem não conhece, até porque quem nunca morou numa rua sem asfalto não sabe o valor de uma guia, de uma sarjeta, que alguns estados chamam de meio-fio. Quem nasceu no centro da cidade, não sabe o que é uma casa sem luz.

Esses dias, governadores, eu fui a Manaus, e uma mulher de aproximadamente 50 anos de idade veio me abraçar, e disse que eu tinha realizado o maior sonho da vida dela. Eu até pensei que o Márcio tinha dado um carro de presente. Não. Sabem o que era o grande sonho dela? Era a primeira vez na vida que ela ia tomar banho de chuveiro. Uma pessoa de 50 anos de idade, na capital do estado do Amazonas... Acontece que a gente não encontra culpados por isso, não existem culpados.

Eu fico me perguntando: nesses últimos 50 anos, as pessoas que governaram cidades brasileiras, por que deixaram construir tantas casas e tantos barracos em lugares inadequados? Aí, a culpa é da pobreza. É verdade que a pobreza é uma explicação. Mas a verdade é que se a gente tivesse, como diria o doutor Arraes, o sentimento do mundo, quando chegassem 10 pessoas ou 20 famílias, se a gente atacasse aquele problema, tirasse aquelas pessoas e as levasse para outro lugar mais adequado, a gente poderia ter as pessoas continuando pobres, mas certamente não estariam morando na beira de córregos, na encosta de morros, passando não apenas necessidade, mas correndo sério risco de vida.



Vocês estão percebendo que este ato está sendo feito aqui hoje, por uma única razão: é que no começo de julho nós não poderemos mais assinar contratos, porque a eleição neste País, em vez de ser uma coisa importante para consagrar a democracia, faz quem governa ficar um ano sem governar, em quatro anos de mandato. Você tem o dinheiro, você tem a necessidade, você tem as pessoas que precisam, mas pelo falso moralismo deste País, parte-se do pressuposto de que um presidente ou governador assinar um contrato com um prefeito é beneficiar o prefeito. É o lado podre da hipocrisia brasileira, em que você pára um determinado tempo porque causa suspeição.

Graças a Deus, eu conheço pessoalmente vários prefeitos que estão aqui, mas eu duvido que tenha algo mais republicano do que o PAC. Eu duvido que algum prefeito de qualquer partido tenha sido preterido no seu projeto por conta de pertencer a uma organização política diferente da minha. Mas eu já vi manchete de jornais: “Governo privilegia os aliados”. Para dar uma resposta, na semana seguinte eu fui a São Paulo assinar o PAC com o Kassab, que não é meu aliado, e fui assinar o Serra, que não é meu aliado. E olha que o PAC de São Paulo, sozinho, tem mais dinheiro que todos vocês juntos. E as pessoas diziam: “Não, você não pode ir lá, o Kassab é do PFL!” O Kassab é do PFL, mas o povo de São Paulo é brasileiro, antes de tudo, e merece que a gente cuide dele.

O Arruda é o mais esperto dos governadores. O Arruda, de vez em quando, pede uma audiência para mim e vem agradecer as obras do PAC. Eu fico todo feliz. Ele puxa um aparte e fala: “Presidente, e os pedidos aqui?” E vai atochando obras do PAC. E isso é que faz a roda-gigante não parar de girar, porque na hora em que ela parar, todo mundo vai ter que descer e ela vai ficar vazia.

A nossa companheira Maria Fernanda vai apresentar para vocês, em algum momento, o que está sendo feito neste País, do ponto de vista de habitação e do ponto de vista do saneamento básico. E nós vamos perceber



que se nós tivéssemos feito isso durante 15, 20 anos consecutivos, nós não teríamos, Paulo Hartung, as favelas que nós temos. Nós não teríamos capitais maravilhosas sem um metro de coleta de esgoto, nós teríamos as pessoas com água tratada se tivesse apenas uma seqüência. Mas aqui, no Brasil, tem muitas coisas que impedem as coisas acontecerem. Nós quebramos todas elas.

Eu acho que a coisa mais genial do PAC foi juntar os governadores e os prefeitos e dizer: apresentem os projetos. Porque com projeto e essa parceria entre governador e prefeito, a gente também evitou que governadores pudessem ser acusados, como o governo federal, de pegar o dinheiro e não passar o dinheiro para o prefeito porque não era do seu partido. Então, a gente fez uma coisa casada: os projetos foram discutidos juntos. E o que aconteceu? Nós não tínhamos, no Brasil, prateleiras de projetos.

Aqui tem gente que já foi governador, o Camata foi governador do Espírito Santo, sabe que a coisa mais difícil era um estado ter projeto. Por que não tinha projeto? Porque o estado não tinha dinheiro para fazer um projeto, porque sabia que União não tinha dinheiro para financiar aquele projeto, então ele não fazia o projeto porque não tinha dinheiro. E quando começou a ter um pouquinho de dinheiro, a gente entrou numa crise financeira, e então se criou uma coisa chamada “fila burra”. Tinha dinheiro, mas o dinheiro era para fazer o superávit, era um ajuste fiscal incomensurável. E o que acontecia? Os coitados dos prefeitos... normalmente os prefeitos, em época de eleições, apresentam muitos projetos sem nenhuma consequência, porque se o projeto não tiver embasamento, se não for bem feito ele não passa pelo crivo de ninguém. Então, os prefeitos apresentavam os projetos e iam para a fila. Aí, entravam 10 prefeitos com projetos que não tinham procedência, não tinham legalidade, não tinham pé e nem cabeça, eram apenas instrumento eleitoral: “eu fui lá, no governo federal, reivindicar uma coisa”. Aquilo dá discurso para três meses de campanha e para programas de televisão. Aí, aqueles 10 não tinham direito. Aí,



aparecia um outro prefeito que tinha um projeto bonzinho, estava lá com licenciamento prévio, tudo feito direitinho, ele dava entrada, 11º projeto. O governo sabia que aquele 11º tinha direito, que ele poderia tirar os 10 que não tinham direito e emprestar o dinheiro para aquele. É por isso que nós chamamos de “fila burra”. A fila era para evitar que aqueles que tivessem direito também pegassem o dinheiro. E quem perdeu com isso? O povo brasileiro e, sobretudo, a parte mais pobre da população perdeu, e perdeu muito. Este ato aqui é apenas para dizer o seguinte: nós ainda temos, só da Caixa Econômica, até o final deste mês, mais 1 bilhão e meio. Se a gente não fizer os contratos até o comecinho de julho, só vai poder fazer contratos depois das eleições.

Imaginem um país que precisa gerar empregos, um país que precisa gerar renda, um país que precisa fazer tratamento de esgoto, um país que precisa levar água para as pessoas tomarem banho, um país que precisa fazer ruas, imaginem ficar três meses sem fazer nada porque o prefeito não veio aqui buscar o dinheiro. Então, isso é um alerta aos prefeitos e aos governadores que têm que preparar as coisas até o final deste mês, senão a Maria Fernanda vai ficar com o dinheiro na Caixa Econômica Federal; aquele que for do Orçamento, a Fazenda fica doidinha para fazer um superávit maior, quando a gente poderia colocar o dinheiro para gerar aquilo que é a razão do dinheiro: gerar crescimento econômico, gerar riqueza para todo mundo. Então, nós ainda temos um ato destes para fazer.

Do Rio Grande do Sul, faltou gente hoje, faltou prefeito do Rio Grande do Sul. A governadora, acho que tinha que assinar, não sei por que não veio. Então, nós vamos continuar chamando os governadores, chamando os prefeitos, até a data limite. Nós não queremos deixar nenhum centavo do PAC na gaveta. Fazendo o que nós estamos fazendo, eu ainda leio matéria de jornal dizendo que o PAC não está andando! Imaginem se a gente deixa, então, por conta da vontade de alguns.



Eu acho que, no Brasil, as pessoas só vão se convencer do PAC... – os prefeitos eu sei que sabem, os governadores, porque são responsáveis junto conosco – aí, quando a gente for inaugurar obras, eles vão dizer: “Mas esse Lula tem sorte”. Eles nem percebem que teve licitação, que teve contrato, que teve empresa trabalhando, que teve trabalhador ganhando salário; a obra está pronta: “foi sorte”. De qualquer forma, gente, o País está com sorte. Eu disse, agora há pouco ao Arruda, na minha sala: eu acho que a nossa geração, não a geração pela idade, a geração que está governando o Brasil junto, nesses últimos sete anos, é uma geração de sorte porque, finalmente... O Brasil tem tanta sorte que vamos até disputar as Olimpíadas para 2016, no Rio de Janeiro, com ampla chance de ganhar. Nós tivemos sorte de ganhar a Copa do Mundo. Tivemos sorte duas vezes: em 1950, nós sediamos uma Copa e, agora, 58 anos depois, nós ganhamos outra Copa. E nós queremos continuar com essa sorte tremenda.

E quero, aqui, agradecer aos governadores, que se transformaram em parceiros extraordinários para fazer as coisas acontecerem; e aos prefeitos, que trabalharam, elaboraram projetos, brigaram para as coisas acontecerem. O ano que vem é um ano que não tem eleição, portanto, é o ano em que eu vou viajar pelo Brasil inaugurando as obras do dinheiro que vocês assinaram o contrato hoje. A partir do mês de julho, nós vamos viajar o Brasil, visitando escolas técnicas e universidades federais pelo Brasil afora, vamos viajar pelo Brasil visitando estradas, visitando ferrovias, visitando portos e aeroportos, porque eu acho que essa roda-gigante precisa ganhar velocidade, em vez de parar. E ninguém está pedindo para diminuir a velocidade, ela vai continuar andando forte. Portanto, companheiros governadores e prefeitos, preparem os projetos, porque eu estou percebendo que mesmo com a dureza da Dilma, do Paulo Bernardo e do Guido Mantega quando reúne o pessoal do Orçamento para preparar a discussão comigo, mesmo sendo duros, sempre tem um



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

dinheirinho a mais para uma nova obra do PAC. E é isso que faz o PAC ser o maior investimento produtivo deste País.

Um abraço, boa sorte. E quero ser convidado para a inauguração.

(S211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia de abertura da 15ª Feira Internacional de Produtos,
Equipamentos, Serviços e Tecnologia para Hospitais, Laboratórios,
Farmácias, Clínicas e Consultórios – HOSPITALAR/2008**

São Paulo – SP, 10 de junho de 2008

Meu caro companheiro José Gomes Temporão, ministro da Saúde,
Companheiro Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento, Indústria e
Comércio Exterior,

Gilberto Kassab, prefeito da cidade de São Paulo,

Deputados aqui presentes, Tarcísio Zimmermann, e Neilton Mulim,

Nosso querido companheiro Luciano Coutinho, presidente do BNDES,
de onde não faltarão recursos para financiar a indústria brasileira,

Doutora Walesca Santos, fundadora e presidente da Feira Internacional
Hospitalar,

Meu caro doutor Luiz Roberto Barradas, secretário de Saúde do estado
de São Paulo,

Meu caro José Carlos de Souza Abraão, presidente da Confederação
Nacional da Saúde,

Meus amigos e minhas amigas,

A nominata tem muitos nomes, eu vou pular porque eu tenho que ir para
Campinas e tenho que sair antes de escurecer, senão eu tenho que pegar um
comboio, em vez de um helicóptero.

Eu fico surpreso porque em várias coisas que eu participo no Brasil, eu
ouço as pessoas dizerem: “É a primeira vez que um presidente vem aqui; é a
primeira vez que acontece isso”. Eu fico me perguntando sempre o porque do
descaso com que as coisas se davam no nosso País. Para não falar mais “é a



primeira vez, é a primeira vez na história do Brasil”, na quinta-feira à noite participei de um encontro GLBT, em Brasília, e eu me assustei quando um orador falou o seguinte: “É a primeira vez na história do mundo em que um presidente da República participa de um encontro GLBT”. Isso demonstra claramente que a classe política, Kassab, parece que não gosta muito de participar dessas coisas. Eu fico vendo a cara de vocês, fico ouvindo o discurso de vocês, e eu me lembro do Corinthians quando terminou o Campeonato Paulista, ou o Brasileiro do ano passado, e todo mundo triste, todo mundo amargurado, e veja agora o Corinthians chegando à final da Copa Brasil, bem na série “B” e os corintianos voltando a ter orgulho de serem corintianos.

Eu acho que vocês voltaram a ter orgulho daquilo que vocês se propuseram a fazer e começaram a sentir que da parte do governo e da parte do ministro da Saúde, e poderia dizer, dos dois que estão ali, do ministro da Indústria e Comércio, a indústria hospitalar vai se recuperar e crescer neste País da mesma forma que nós começamos e conseguimos recuperar a indústria naval brasileira, a indústria petroleira brasileira, a indústria de calçados, a indústria têxtil, a indústria do etanol, a indústria automobilística.

É importante lembrar que todo mundo estava chorando em 2004 e 2005. Eu não agüentava mais encontrar empresário para ouvir: “estamos fechando, estamos quebrando, estamos em vermelho, vamos embora, não está dando certo”. Hoje nós percebemos, pelos números ditos pelo nosso ministro Miguel Jorge, que o País se encontrou consigo mesmo e o Brasil passou a perceber que se ele der certo, a América do Sul vai dar certo, a América Latina vai dar certo e, portanto, a indústria brasileira pode e tem condições de ser o carro-chefe do dinamismo deste setor, para todo o Continente. Se nós já fomos, na década de 70, uma indústria muito mais competitiva do que somos hoje, significa que nós sabemos fazer, e temos que correr atrás para recuperar o espaço perdido no mercado mundial. Afinal de contas, foram 26 anos – não foram 2 meses – de frustração neste País.



De 1980 a quase 2000, este País viveu momentos de descrédito consigo mesmo. Tudo parecia que não dava certo, nós não sabíamos mais fazer nada. Graças a empresários como vocês, que ousaram teimar, que ousaram acreditar, que ousaram fazer investimentos mesmo em momentos difíceis, é que nós, não só sobrevivemos, como chegamos a 2008 numa situação altamente confortável. Já chegamos à plenitude? Não. Já conquistamos tudo? Não. Falta muito, afinal de contas, nós ainda somos um país emergente. Mas um país emergente com viés de alta, com viés de melhora. Não somos um país emergente com viés de baixa ou de retrocesso. Por quê? Porque quando nós elaboramos a política industrial, dentro dela tem um capítulo especial para a indústria na área da Saúde. Não é que quiséssemos pensar a Saúde apenas como uma questão econômico-financeira, mas era importante dizer ao povo brasileiro o quanto a Saúde gera de dinheiro para o PIB brasileiro, quantos empregos a Saúde gera, e quanto pode aumentar a geração de empregos se a gente fizer os investimentos corretos, as parcerias corretas, para que as nossas empresas acreditem, definitivamente, que o sistema de Saúde brasileiro veio para melhorar.

Lamentavelmente, o programa Mais Saúde, que queríamos colocar em prática, que eu chamava de PAC da Saúde – talvez o programa de saúde mais bem elaborado na história deste País, feito pelo ministro Temporão e sua equipe – ficou frustrado, porque a CPMF não foi aprovada no Senado da República. Eu pensei que quando caísse a CPMF, todos os produtos no Brasil iriam reduzir 0,38%. Não houve nenhum que tivesse reduzido até agora. E nós, que tínhamos o interesse de levar dentistas para dentro das salas de aula, para atender as crianças quando chegassem à escola; de levar dentistas para as creches para ver crianças com quatro, cinco anos de idade, se tinham problemas nos dentes; de levar oftalmologistas para as escolas para atender às crianças logo que começassem a estudar; de estender um médico de saúde para toda a rede pública de ensino neste País; de melhorar e recuperar toda a



rede hospitalar deste País; de ajudar todas as Santas Casas deste País ficamos frustrados.

Tem gente que acha que fez mal a mim; tem gente que acha que o prejudicado foi o Lula, foi o presidente da República; tem gente que acha que, certamente, foi o ministro Temporão; tem gente que acha que prejudicou não sei quem. O dado concreto é que nós tivemos o Sistema de Saúde brasileiro prejudicado. Eu digo sempre que nós, que temos condições de pagar um plano de saúde particular – eu e você, Cláudio, que podemos pagar um plano de saúde –, às vezes recebemos mais benefícios do Sistema de Saúde do que o pobre que não pode pagar. A gente pensa que paga muito, depois deduz do Imposto de Renda, e quem paga é o povo pobre deste País. Essa hipocrisia ainda não foi desvendada corretamente na sociedade. Só se vê gente dizendo: “eu pago muito de plano de saúde, eu pago 1000 reais, eu pago 2000 reais”. Na verdade, paga nada, porque desconta no Imposto de Renda. O pobre coitado que não paga plano de saúde, que precisa do SUS, ao final das contas tem um atendimento mais precário do que nós, que recebemos auxílio do SUS.

Eu tenho dito ao Temporão para a gente não desanimar. A proposta de elaborar um bom plano de saúde para este País não é nem uma vontade do ministro da Saúde, é uma exigência da sociedade brasileira que cada vez mais quer hospitais melhores, que cada vez mais quer equipamentos mais modernos, que cada vez mais quer tirar todas as radiografias que as máquinas puderem tirar. E cada vez mais nós queremos produzir esse material no Brasil. Por que esse complexo de inferioridade? Por que as empresas, mesmo as que produzem lá fora, não podem vir produzir aqui dentro? É por isso que a gente vai colocar mais dinheiro no BNDES. O BNDES, no ano passado, emprestou 48 bilhões. Se Deus quiser, neste ano vamos chegar perto de 80 bilhões, que é para ele cumprir a sua função social e empresarial, que é ajudar o desenvolvimento e o crescimento deste País.

Os números colocados pelo ministro Miguel Jorge são números sólidos,



e nós achamos que todos nós – não apenas o governo – temos a obrigação de garantir que este País possa crescer de forma responsável. Não precisa crescer 50%. Se crescer 4,5%, 5% durante 10 ou 15 anos consecutivos, nós estaremos colocando o Brasil no patamar definitivo dos países desenvolvidos.

Agora eu participo do G-8 como convidado, até porque é muito difícil convocarem uma reunião do G-8 e esquecerem da China, do Brasil, da Índia e do México. Mas se a gente continuar crescendo assim, logo, logo outros serão convidados e nós faremos parte, definitivamente, das decisões que nortearão a política econômica no mundo inteiro.

Vocês sabem perfeitamente bem que o Brasil deu um salto de qualidade de forma extraordinária. De vez em quando a gente exagera. Eu tenho dito que nós precisamos sempre tomar cuidado para ter uma compatibilidade entre a oferta e a demanda, porque na hora em que elas perderem o ritmo, ou cai a produtividade ou volta a inflação. Manter esse equilíbrio é o desafio que nós temos agora, tentar continuar animando a demanda, tentar continuar animando o setor produtivo. Nós sabemos que se vocês continuarem fazendo os investimentos que já fizeram, se continuarem produzindo o que já produzem, e tiver mais demandas para os produtos de vocês, daqui a alguns anos, nós poderemos não estar fazendo a segunda feira, mas poderemos estar fazendo aqui a primeira feira hospitalar. Hoje, parece que a Alemanha tem a feira mais importante e a segunda é a nossa. Por que a gente não pode empatar ou até ganhar da Alemanha? Nós temos o dobro de população da Alemanha, quase três vezes a população da Alemanha. A América Latina toda tem muito mais habitantes do que tem a Alemanha. Agora, o que nós precisamos é ter como compromisso focar em fazer a maior feira em 2009, para a gente poder trazer para este País e para o nosso Continente aquilo que o mundo desenvolvido já tem há muito tempo.

Nós queremos que mais empresas se instalem no Brasil. Esses dias eu tive um encontro com a GE – e eu sei que aqui tem outras empresas – ela vai



fazer uma fábrica de tomógrafos aqui no Brasil, e nós queremos que outras empresas se implantem aqui no Brasil. Já tem a fábrica de hemoderivados que está sendo montada em Goiana, no estado de Pernambuco, e nós queremos convidar outras empresas a se instalarem, a fazerem parceria com aquelas que já estão aqui, para que o Brasil recupere o seu patamar de desenvolvimento e de exportador que nós já tivemos em algum momento.

Quero dizer para vocês que é uma alegria estar aqui. Certamente eu sou o presidente que mais participa de feiras. Nunca compro nada, mas participo de feiras sempre, e participo com prazer porque é um momento de me animar, é um momento de aprender alguma coisa, é um momento de conhecer como funciona o setor. Normalmente, a gente também recebe as queixas do setor, e é importante, porque não existe na história da humanidade momento em que alguém esteja contente com aquilo que tem. Se hoje vocês estivessem crescendo três vezes o que estão crescendo, ainda assim iriam querer crescer um pouco mais, e isso faz parte da vida humana, isso faz parte de todos nós. Portanto, meus parabéns, e eu quero declarar oficialmente aberta a 15ª Feira Hospitalar.

Boa sorte.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do 1º Congresso Nacional das Carreiras Jurídicas de Estado

Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília-DF, 10 de junho de 2008

Quero cumprimentar o meu companheiro e vice-presidente da República, José Alencar,

O senador Garibaldi Alves Filho, presidente do Senado Federal,

O ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal,

O José Antonio Dias Toffoli, advogado-geral da União,

O Jorge Hage Sobrinho, ministro do Controle e da Transparência,

Paulo Vannuchi, secretário especial dos Direitos Humanos,

Ministro Sepúlveda Pertence, presidente de honra do Congresso Nacional de Carreiras Jurídicas Públicas,

O senhor Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, procurador-geral da República,

O deputado Osmar Serraglio, que está aqui,

Cumprimentar todos os senhores presidentes dos Tribunais Superiores,

Senhoras e senhores ministros dos Tribunais Superiores também,

Senhor Raimundo Cezar Britto Aragão, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados,

Senhoras e senhores integrantes das carreiras jurídicas do Estado,

Senhoras e senhores,

Amigos e amigas,

Companheiros e companheiras,

Companheiros da imprensa, tão sequiosa por uma novidade que eu não tenho para lhes oferecer, a não ser a vitória do Corinthians sobre o Sport



amanhã, lá em Pernambuco.

Participar da abertura deste Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado é uma grande honra. E fazer isso no ano em que a Constituição da República comemora os 20 anos de sua promulgação é uma honra maior ainda. E tudo isso ganha ainda mais significado pelo fato de estarmos reunidos neste auditório que leva o nome do saudoso deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Todos nós que vivemos e respiramos a democracia temos no querido doutor Ulysses um importante referencial e uma eterna gratidão por tudo que ele representou para a consolidação da cidadania e da liberdade no nosso querido Brasil. Muitos de vocês, jovens que são, talvez não se recordem precisamente do clima político e social sob o qual foi construída a nossa Constituição de 1988, uma Constituição profundamente democrática, repleta de garantias e direitos.

Já aqueles que participaram dos movimentos sociais no final dos anos 70 e 80, que fizeram passeatas e que foram a comícios, como alguns de nós que estamos aqui, ainda guardam na memória o valor daquelas lutas que se materializaram numa carta constitucional que garantiu direitos mas, principalmente, assegurou o maior deles: a liberdade. Estou certo, porém, de que todos nós, independentemente da nossa idade, guardamos em nosso coração e em nossa mente o verdadeiro sentido da Constituição e de seu profundo sentido histórico.

O Brasil, como se sabe, foi marcado em sua história por um movimento pendular, que alternou períodos de autoritarismo, centralização e censura com outros de democracia, descentralização e liberdade, como este que vivemos hoje e que, cotidianamente, nos empenhamos em defender e consolidar. Vivemos tempos difíceis e momentos sombrios a partir de 1964. Os atos institucionais e os textos constitucionais de 1967 e 1969 suprimiram direitos e



garantias individuais. A Constituição, em vez de estatuto da liberdade e norma de representação da sociedade, era instrumento de repressão institucional. Mas o povo respondeu com o movimento pelas Diretas Já, pela anistia e por uma Assembléia Constituinte que acumularam forças e atingiram os seus objetivos. Nossa Constituição, promulgada como resposta coletiva ao estado autoritário, é a expressão mais alta da reconquista da democracia no Brasil.

Minhas amigas e meus amigos,

Todas as carreiras e instituições representadas aqui neste Congresso têm seus fundamentos na Constituição de 1988. Eu estou falando do Ministério Público, da Advocacia Pública e da Defensoria Pública, funções classificadas como essenciais à Justiça, e dos magistrados e de outros segmentos que integram o Poder Judiciário.

Essas carreiras têm contribuído para o fortalecimento do Estado, a consolidação da democracia e a melhor prestação de serviços judiciais. Elas têm, assim, buscado garantir maior acesso à Justiça com agilidade, eficiência e capacidade de atendimento a todos os cidadãos. Nenhuma destas carreiras subsistiria isoladamente. Elas não existem para si próprias mas, sim, para o Estado, para a sociedade, para o povo, para o desenvolvimento da nação dentro do Estado Democrático de Direito.

Mas, é claro que há muito a ser melhorado e aperfeiçoado. Este Congresso é prova disso, na medida em que é a primeira vez que todas essas importantes carreiras de Estado estão juntas para debater o sistema judicial brasileiro. As carreiras jurídicas reunidas neste encontro não podem deixar de considerar os objetivos constitucionais, e devem ser as suas guardiãs. Essa missão, cumprida por todos vocês, garante a harmonia do nosso sistema e a estabilidade da nossa democracia.

Um quadro político estável, em uma sociedade democrática, só é possível com instituições fortes. Como também devem ser fortes as demais instituições sociais como, por exemplo, os sindicatos, associações e



federações, tanto de trabalhadores como de empresários e, também, os partidos políticos.

Minhas senhoras e meus senhores,

A força e a solidez de nossas instituições possibilita que justamente sob a Constituição cidadã de 88 estejamos vivendo o mais longo período de estabilidade democrática de nossa história. Ela é um modelo de garantias sociais como o Sistema Único de Saúde, o SUS, e de liberdades civis que nos orgulham e servem de exemplo a outras nações.

Mas esta Constituição deve assegurar mais do que a democracia formal. E é justamente por isso que nos empenhamos em tornar cada vez mais concretos e efetivos os seus objetivos fundamentais presentes no artigo 3º. São eles: construir uma sociedade livre, justa e solidária; segundo, garantir o desenvolvimento social, o desenvolvimento nacional; terceiro, erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais; quarto, promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para que isso seja possível, é preciso continuar avançando no fortalecimento das instituições democráticas e na satisfação rápida e eficaz daqueles que necessitam de serviços judiciais.

Todos vocês estão comprometidos e têm colaborado com as inovações decorrentes do Pacto Por Um Judiciário Mais Rápido e Republicano, assinado pelo chefe dos Três Poderes em 2004.

Temos dado passos importantes. No âmbito do Ministério da Justiça, criamos a Secretaria de Reforma do Judiciário, que deu a largada para muitas das mudanças já alcançadas. Vocês contam, hoje, com ferramentas processuais cada vez melhores e uma sistemática processual simplificada. Ontem, mesmo, sancionei algumas leis aperfeiçoando a legislação penal brasileira, mas precisamos desenvolver meios mais simples de possibilitar cada vez maior acesso aos direitos e à Justiça, que não sejam demorados e nem



caros demais para as pessoas que têm poucos recursos. Também precisamos saber dar atendimento mais célere e preferencial para aqueles temas voltados ao desenvolvimento nacional e à efetivação dos objetivos do artigo 3º da Constituição. Tenho certeza de que este Congresso vai apresentar propostas para aprimorar as normas existentes e encontrar novas formas de abreviar as dificuldades de todos aqueles que precisam dos serviços judiciais, em especial as parcelas mais pobres do nosso povo. Esta é a nobre missão de todos vocês.

Meus amigos e minhas amigas, aqui já estava escrito obrigado, mas eu vou continuar um pouco mais. Eu não vou falar de medidas provisórias. Eu quero apenas comentar com vocês o momento que está vivendo o nosso País. Hoje foi divulgado o Produto Interno Bruto Brasileiro e hoje, mais uma vez, nós assistimos, nas informações do IBGE, de que no 1º trimestre o nosso PIB cresceu 5,8%, a indústria cresceu 6%, a construção civil cresceu 8%, o consumo das famílias cresceu 6%, o comércio cresceu 7%, as importações cresceram, as exportações menos, mas serão compensadas agora pelas exportações das commodities, que começam a ser colhidas agora. E isso me faz fazer alguns comentários nesta noite em que o primeiro Congresso das Carreiras Jurídicas de Estado está sendo realizado.

Nós, enquanto Brasil, não somos mais coadjuvantes no cenário internacional. Houve um tempo em que o Brasil não era levado a sério, nas suas relações internacionais ou nos organismos multilaterais. O Brasil era tido como um país pequeno, como um país de Terceiro Mundo.

O tempo foi passando, aconteceu neste País uma revolução tecnológica na área da agricultura, o Brasil passou a ser o maior exportador de carne do mundo, o maior exportador de sucos do mundo, o maior exportador de café do mundo, um dos maiores exportadores de soja do mundo, um dos maiores exportadores de frango do mundo, e um dos maiores exportadores de minério do mundo. Mais recentemente, o Brasil deixou de ser um mero exportador de commodities e passou a ser um exportador de produtos manufaturados.



E, aí, surge a nossa disputa pela questão de uma nova matriz energética, que alguns teimam em dizer que não tem, e o Brasil teima em provar que existe. Nós temos tecnologia, temos mão-de-obra qualificada, temos prova de que ela é menos poluente e emite menos CO2 do que o combustível fóssil existente.

Tudo isso coloca o Brasil num cenário de muito mais otimismo, de muito mais possibilidade de um crescimento sustentável mas, também, de muito mais possibilidade de termos que lutar muito mais para conquistarmos aquilo que o Brasil tem direito, no mundo.

Nós já organizamos o G-20, que negocia na Organização Mundial do Comércio a Rodada de Doha. E nós queremos que os países ricos reduzam os subsídios dos produtos agrícolas, para permitirem a entrada dos produtos dos países mais pobres. Nós estamos exigindo que os países mais ricos, como os Estados Unidos, reduzam as taxas que impõem sobre o álcool brasileiro e, também, os subsídios que eles impõem à sua própria agricultura, para ser mais competitiva. E estamos dispostos a fazer as nossas concessões nos produtos considerados industriais, para que a gente possa ter um certo equilíbrio, mais equânime, nas nossas relações.

Não é uma coisa fácil, não é uma coisa simples. É uma coisa difícil, porque todo mundo sabe que nessa disputa jurídica, nessa disputa política, nessa disputa econômica não há limite para que as pessoas se sintam vencidas e aceitem fazer um acordo.

E por que eu resolvi dizer isso para vocês, quando o assunto aqui é, eminentemente, a discussão sobre as questões jurídicas e as questões judiciais? É porque tudo o que nós discutirmos está intimamente ligado ao futuro que nós queremos determinar para este País. Este País, durante muitas décadas, deu sinais extraordinários de que iria crescer, de que iria se desenvolver, de que iria saltar do patamar de país de Terceiro Mundo para um país desenvolvido. E passava o tempo, este País tinha uma recaída, o sonho



do crescimento simplesmente acabava e muitas vezes o povo ficava com o prejuízo. Muito mais por paciência do povo brasileiro e competência do povo brasileiro, da nossa inteligência, a verdade é que já faz mais de 30 meses que este País entrou no ritmo de crescimento em que crescem os salários, em que diminuiu a inflação, em que crescem as nossas exportações, aumenta a nossa balança comercial, aumentam as nossas reservas, num sinal concreto de que possivelmente nem a crise americana – que não é pouca coisa – venha nos causar problemas.

Eu acho que este momento, meu companheiro Toffoli e companheiros que vão participar deste Seminário, é o momento para se fazer uma profunda reflexão sobre o nosso País, porque muitas vezes, nós gostamos de jogar a culpa uns nos outros... as coisas não funcionam por causa da Suprema Corte, a Suprema Corte diz que não funciona por causa da instância de primeiro grau no Judiciário, o presidente da República diz que não funciona por causa do Congresso Nacional, o Congresso Nacional diz que não funciona por causa de medida provisória, todos nós ficamos procurando alguém para dizer porque as coisas não andam, como se nós todos não fôssemos brasileiros, como se nós todos não tivéssemos interesse.

Eu queria dizer ao meu querido companheiro Garibaldi que a medida provisória foi parida na Constituição de 1988 como um ato altamente revolucionário, porque era necessário acabar com os decretos-leis exibidos pelos presidentes da República. E ela funcionou até que o Congresso Nacional começou a achar que se mandava muitas medidas provisórias, e que iam apenas mudando palavras e letras e mandando as mesmas medidas provisórias. Elas não voltavam e continuavam valendo. Até que, em 2001, o Congresso entendeu que deveria criar uma trava, que deveria criar um movimento para que num determinado momento a medida provisória trancasse a pauta. O que o Congresso imaginava quando fez isso, Garibaldi? Ele imaginava que o Congresso, para evitar que trancasse a pauta, votasse



rapidamente. Foi para isso que se criou a trava. Lamentavelmente, não aconteceu.

Eu disse ao Garibaldi e ao presidente Arlindo Chinaglia que, da parte do Poder Executivo, nós estamos dispostos a fazer qualquer coisa para que o Congresso possa votar, seja com medida provisória, com projeto de lei, com o que for necessário. Agora, a única coisa é que o Estado não pode parar. A única coisa sagrada é que o Estado não pode parar.

Vejam que, de vez em quando, nós temos divergências, elas aparecem na imprensa, e é importante porque faz parte do jogo democrático. Recentemente, eu tive que anunciar o projeto de política de desenvolvimento produtivo, e naquele projeto tem coisas que são tão essenciais que têm que ser por medida provisória, porque se for por projeto de lei pode demorar, passar o ano que vem e não serem votadas, e nós perderemos a oportunidade.

Agora mesmo, o aumento do setor público, de várias carreiras de funcionários, eu poderia ter mandado como projeto de lei, mas como eu não queria que os funcionários fossem para o Congresso Nacional fazer pressão, resolvi mandar por medida provisória, porque entendia que era urgente e que precisava ser votado.

Ora, eu penso que a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, na medida em que a gente se coloque de acordo, cada um respeitando o tempo do outro, se a gente tiver maturidade e sensibilidade, as coisas podem funcionar muito mais rapidamente neste País. Um projeto de lei não precisa esperar 3 anos, não precisamos utilizar medidas provisórias, uma sentença não precisa esperar 9, 10 anos e, muitas vezes, por causa da briga administrativa.

Hoje, um processo administrativo que a Fazenda tem que mover, ou que alguém tem que mover contra a Fazenda, só os debates administrativos demoram 7 anos ou mais. Até chegar na mão do ministro Gilmar, vai demorar mais 8 ou 9 anos, vão ser 16 anos. Isso, na minha opinião, chama-se custo-



Brasil. E é um retrocesso para o País essas coisas demorarem tanto.

Nós estamos tentando fazer as coisas acontecerem. O Pacto assinado pelo então presidente Jobim, por mim e pelo presidente do Congresso Nacional, em 2004, permitiu que a gente fizesse avanços substanciais e algumas coisas ainda estão por avançar.

Eu espero que vocês, acompanhando a política nacional, tenham em conta que a decisão de vocês, no gesto mais simples ou no gesto mais ousado, pode ter a mesma importância para o Brasil que o comportamento do presidente do Senado, o comportamento do presidente da República, de um deputado ou de um senador.

Eu acho que todos nós precisamos saber apenas o seguinte: o Brasil nunca teve a oportunidade que está tendo. Eu diria que este País está vivendo quase um momento mágico da sua economia e da sua convivência democrática. Possivelmente, muita gente nova não dê valor, mas esse período é o mais longo de democracia que estamos vivendo no Brasil. E quem viveu sob a égide de regime autoritário não quer voltar a viver sob a égide do regime autoritário.

A democracia é cansativa, a democracia exige que a gente discuta, que a gente debata, que a gente vote, que a gente perca, que a gente ganhe. Mas não tem nada no mundo, até agora, mais sagrado do que a democracia porque ela garante a liberdade de dizer sim, a liberdade de dizer não. Ela só não pode permitir o direito da omissão, porque esse é perdulário à nação.

Muito obrigado. E bom Congresso para todos vocês.

(S211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia de entrega de Medalhas do Mérito Oswaldo Cruz**

São Paulo – SP, 10 de junho de 2008

Meu caro amigo e governador de São Paulo, José Serra,
Meu caro companheiro José Gomes Temporão, ministro da Saúde,
Meu caro companheiro Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento
Indústria e Comércio Exterior,

Companheiros senadores Eduardo Suplicy e Romeu Tuma,
Deputados federais Milton Monti e Michel Temer, que eu acho que já foi
embora porque ia pegar um vôo às 11h,

Meu caro prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab,
Professor Marcos Boulos, diretor da Faculdade de Medicina de São
Paulo,

Meu caro homenageado Rubens Ermírio de Moraes, que recebe a
medalha em nome do seu pai,

Meu querido companheiro doutor Roberto Kalil,
Senhoras e senhores membros da comunidade acadêmica da USP,
Meus amigos e minhas amigas Rafaela e Isabela,

Antes de falar bem do Kalil e do Antônio Ermírio de Moraes, eu só queria
que vocês duas tivessem consciência do seguinte: um cidadão normal não
vence na vida. Todas as pessoas que se sobressaem têm alguma
anormalidade, e uma das anormalidades é trabalhar mais que os outros. E
esse que trabalha mais que os outros, normalmente, tem menos tempo para a
família. Eu penso que, aqui, todos passaram por esses problemas, mulheres e
homens. Para contentar vocês, para o Kalil não ficar com remorso, eu não
estive presente no nascimento de nenhum dos meus filhos, nunca estava em



casa. Não sei se vou carregar isso com algum remorso, mas eu acho que isso é um consolo para vocês duas, quando pensarem que o seu pai estava ausente, saberem que tem muita gente que fica ausente, às vezes mais do que o Kalil. E ele não seria o que é se não fosse a dedicação dele. Eu tenho certeza de que criança não tem bronca, criança não tem ódio, a criança fica mal-humorada momentaneamente. Tudo que vocês pensaram dele quando eram mais jovens, irão ser gratificadas agora. Por isso, muito carinho com este baixinho.

Antes de mais nada, quero dizer que em uma sociedade republicana a outorga de uma comenda ou de uma medalha, longe de consagrar hierarquias e diferenças, representa, acima de tudo, uma forma de semear exemplos. Esse é o sentido desta homenagem: iluminar referências da sociedade para ela mesma difundir exemplos que estreitem os laços da cidadania e que fortaleçam os alicerces do bem comum. Nada mais apropriado, neste sentido, do que conceder a Medalha do Mérito Oswaldo Cruz aos dois homenageados de hoje.

O doutor Roberto Kalil, médico cardiologista e professor de Medicina, é autor de inúmeras pesquisas e trabalhos relacionados à doença coronária. O doutor Kalil também é membro e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq. Pelo seu rigoroso estetoscópio já passaram corações de homens e mulheres mais humildes do nosso povo, pelo SUS, bem como de ministros, senadores e deputados. É muito engraçado, de vez em quando o Kalil me liga: “Presidente, sabe quem está aqui? Fulano de tal”, e faz uma ponte para que eu possa, às vezes, cumprimentar pessoas que eu não saberia que estavam internadas aqui no Hospital. Talvez eu seja o governante mais bem-informado das pessoas que se internam pelas mãos do Kalil. Olha o Tuma que voltou agora, e não volta mais, graças a Deus. E depois é o seguinte: não são amigos, não. Não tem um perfil ideológico definido, não. É qualquer um. Se você se internar, Milton, ele vai me ligar e vai dizer: “O Milton está aqui”.



Ao lado de outros grandes cardiologistas brasileiros, o Kalil dignifica e qualifica a Medicina brasileira, tornando-a uma referência de respeito e admiração no cenário científico mundial. A Medalha Oswaldo Cruz entregue ao doutor Kalil simboliza o reconhecimento da sociedade a todos os profissionais que engrandecem o patrono desta comenda, e ampliam os horizontes da ciência em nosso País. Ombreia-se ao doutor Kalil Filho, nesta homenagem, o industrial Antônio Ermírio de Moraes, representado aqui por seu filho Rubens Ermírio de Moraes.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes acaba de completar 80 anos e todas as vezes que aparece na televisão exhibe uma vitalidade que muitas vezes, eu, na minha pouca idade – mas quase perto dos 80 –, não consigo transmitir. Numa rara concessão à rotina religiosa do trabalho, tirou alguns dias de descanso. Parece que ele está viajando. Há entre o Antônio Ermírio de Moraes e o Brasil uma troca de energia conhecida e intensa, que gera investimentos da ordem de 1 bilhão de dólares por ano no País, multiplicando a riqueza e o emprego no País através dos inúmeros projetos do Grupo Votorantim. O Antônio Ermírio de Moraes desmente a tese de que um negócio bem-sucedido impõe a empresários o distanciamento em relação à causa pública. Há quase 40 anos, ele dedica uma parte generosa do seu tempo à administração e à expansão do hospital Beneficência Portuguesa, onde quase 60% dos atendimentos são pelo Sistema Único de Saúde, o SUS. O mais importante é que seu exemplo tem seguidores dentro de casa: Rubens Ermírio de Moraes segue os passos do pai à frente dos hospitais São Joaquim e da nova unidade São José, da Beneficência Portuguesa.

Através destes brasileiros ilustres, queremos homenagear todos aqueles que compartilham a linha de frente, mas também a retaguarda anônima e solidária da luta por um atendimento público de qualidade para o povo brasileiro.

Eu queria dar os parabéns ao doutor Kalil e ao doutor Antônio Ermírio de



Moraes. Queria estender esses parabéns à família, à Cláudia, ao pai, à mãe, aos irmãos, aos filhos do doutor Antônio Ermírio de Moraes, porque uma nação é construída com exemplos, ela não é construída com discursos. São os exemplos que as pessoas nos dão que fazem com que a gente seja ou não admirador ou seguidor daquelas pessoas.

Por exemplo, estou vendo o doutor Jatene aqui, e dentre outras coisas da minha admiração por ele, tem o discurso que ele fez lá em Brasília, defendendo a manutenção da CPMF que, lamentavelmente, não mexeu nos neurônios da sensibilidade de alguns senadores. Nós, agora, vamos ter que encontrar outro dinheiro para fazer o PAC da Saúde, que é uma revolução na Saúde brasileira, talvez o mais bem elaborado programa de saúde para este País, que deixou de ser implantado porque alguns resolveram dizer que ia diminuir a carga tributária, reduzindo-se a CPMF, e até agora eu não vi um único produto que tenha reduzido 0,38% no custo para o consumidor. Nós vamos conquistar, Jatene, é uma questão de tempo, vamos encontrar um jeito de fazer com que funcione. Assim, vou ter o privilégio, Kalil, quando eu estiver com 90 anos – se Deus permitir –, o Pedro Albuquerque me fazer uma plástica, e eu voltar a ter 30 ou 40 anos de vida.

Kalil, eu quero terminar dizendo o seguinte: O Kalil, possivelmente tenha uma arte superior até à da sua atividade médica, é a do convencimento de a gente fazer exames que, habitualmente, a gente não quer fazer. Ele ainda não me convenceu a fazer endoscopia, mas já está quase me convencendo. Quando eu fui me convencer, ele falou que eu tinha que fazer uma colonoscopia, aí eu falei: é demais. Aí, a arte do convencimento já é demais.

Mas eu penso que do jeito que o Kalil trata as pessoas que vêm aqui, a confiança na sua competência técnica faz com que qualquer homenagem que a gente faça seja pequena, diante da qualidade. Eu acho que a sua sensibilidade política, a sua sensibilidade como médico, a sua sensibilidade como companheiro, a sua preocupação, não apenas com o presidente ou com



o governador, mas com as pessoas mais humildes – que eu sei que te procuram – fazem de ti um ser diferenciado. Certamente, na sua vida, você irá ganhar ainda muitas comendas, e Deus queira que a primeira delas seja quando terminar este ato: as meninas dizerem para você que não guardam nenhum milésimo de mágoa pelas horas que você as fez ficar esperando.

Que Deus te abençoe, que Deus abençoe Antônio Ermírio de Moraes, e que mais gente como vocês possa nascer e dedicar o seu conhecimento ao nosso País.

Obrigado.

(\$211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração do Complexo Hospitalar Ouro Verde**

Campinas-SP, 10 de junho de 2008

Meus queridos companheiros e companheiras de Campinas,
Meu querido companheiro prefeito Hélio de Oliveira Santos,
Meu querido companheiro José Gomes Temporão, ministro da Saúde,
Meu caro deputado federal Milton Monti,

Companheiros prefeitos aqui presentes: Edinho Silva, de Araraquara;
Marcelo Capelini, de Artur Nogueira; César Pagan, de Amparo; José Pivatto, de
Cosmópolis; Angelo Perugini, de Hortolândia; Vanderlei Brolesi, de Monte
Alegre do Sul; José Maria, de Santa Bárbara do Oeste; José Antônio Bacchim,
de Sumaré e Eduardo Tadeu Pereira, de Várzea Paulista.

Meu caro companheiro José Francisco Kerr, secretário de Saúde de
Campinas,

Meu caro companheiro Ercindo Mariano, presidente do Conselho
Municipal de Saúde,

Meus amigos,
Minhas amigas,

O discurso que eu trouxe por escrito, na verdade, já foi superado, porque
quatro pessoas falaram de Saúde antes de mim, não vou ser eu, um torneiro
mecânico, que vou falar de Saúde aqui.

Mas eu queria completar uma coisa que o Temporão falou, porque vocês
viram o que foi dito pelo secretário de Saúde, aqui: você gasta 60 milhões de
reais para fazer um hospital desses, depois, para fazê-lo funcionar você vai
gastar mais 60 milhões de reais por ano. Significa que todo ano a prefeitura de
Campinas, com a reparação que o SUS tem que fazer, vai ter que gastar, para



atender as pessoas – na verdade não deveria ser dito como gasto, mas um investimento, porque vai recuperar a saúde das pessoas – mais 60 milhões de reais. Significa que a cada 5 anos a gente vai estar gastando aqui praticamente 300 milhões de reais, para cuidar da saúde do povo.

Qual é o problema que nós temos? O problema, doutor Hélio – e aí é que entra o cuidado do gestor público – é que o hospital está novinho, Deus queira que vocês não precisem entrar, pelo menos nos próximos tempos, por doença, mas que vocês possam vir visitar. O hospital é de primeiríssima qualidade. Aliás, parabéns, Chaim, pela qualidade do hospital – o Chaim é o empresário que construiu o hospital – pela concepção e pela qualidade do hospital.

Quando a gente entra para visitar, como eu e o Temporão entramos, dá até vontade de ficar doente. É verdade, porque os enfermeiros são todos jovens e bonitos, as enfermeiras todas jovens e bonitas, os médicos devem ser todos jovens, as camas todas limpinhas e cheirosas, tudo pintadinho de novo.

Isso aqui vai começar a funcionar com 20% porque é importante, até por sabedoria, não lotar o hospital já amanhã. É preciso que vá ocupando-o paulatinamente, para que vá aperfeiçoando o sistema de atendimento e a própria ocupação do hospital. E não deixar perder, companheiro Hélio e companheiro secretário, a qualidade.

Porque, normalmente, se não houver o cuidado com a coisa pública, muitas vezes, em poucos anos, aquilo que era novo estará deteriorado, as camas estarão quebradas, o povo estará na maca outra vez, deitado nos corredores, ou não terá médico para atendê-los. Então, é preciso tomar muito cuidado. É inaugurar e cuidar da manutenção dele como você cuida da sua própria saúde. É todo santo dia olhar para que as coisas funcionem.

E, nisso, eu queria agradecer aos servidores do hospital – que estão lá dentro, que não podem vir aqui porque estão trabalhando – e dizer para vocês que nós acreditamos piamente que é preciso combinar a construção de



hospitais, o investimento na Saúde com a chamada “saúde preventiva”. Tem muita gente que fica doente porque não tem nenhum sistema de precaução com a sua própria saúde.

Dizem que a doença entra pela boca, e é verdade. Se a gente come de forma desvairada, e come de tudo, e a gente não cuida de melhorar a quantidade e a qualidade, é mais fácil ficar doente. Os exames que os homens têm que fazer são uma bobagem, porque as mulheres já fazem exames há muito tempo. Se tem uma coisa que mulher não tem preocupação, é com toque. Se tem uma coisa que mulher não tem preocupação é com os exames. Eu digo isso porque minha mãe morreu com 64 anos, Temporão, e nunca deixou um médico botar a mão nela. Porque era a educação que se tinha na época. Mas, hoje, uma mulher e um homem, se quiserem se cuidar, podem prevenir qualquer doença e podem viver até 80 anos, até 90 anos, até 100 anos como está vivendo Oscar Niemeyer. O homem tem a maldita mania de achar que ninguém pode botar a mão nele... é todo machão. Mas, quando ele tem 50 anos e pega um câncer de próstata, aí ele que estava com medo do toque, é virado ao avesso. Aí fica que nem um farrapo em cima de uma cama à mercê de todo mundo. Então, é preciso que a gente tenha coragem de fazer os exames na hora certa, se cuidar. Não tem nada mais triste em um país como o Brasil do que pessoas morrerem de câncer de próstata aos 50 anos. Por quê? Porque nunca fizeram exames. Aí, tem uns que pensam, porque são corajosos e falam: “Não, mas agora tem o PSA. Eu faço o PSA e não preciso mais do toque. Ah, tem uma máquina que passa na barriga e vê, não precisa de toque”. Nada substitui o toque. Portanto, eu... E vale para a imprensa também, viu? Vale para os jornalistas também. Eu não peço para que nenhum homem seja machão. Eu peço que vocês tenham apenas a coragem que as mulheres já têm há muitos anos e permitam ser diagnosticados.

A segunda coisa que eu acho importante e que o Temporão não fala, porque eu acho que ele não faz, é o seguinte: é andar. Olhe, eu sou



testemunha viva... Santa Rosa, você que está com cara de quem não anda, eu quero dizer o seguinte: se o ser humano soubesse o bem que faz para a saúde, sobretudo para a sua pressão, não estou nem dizendo para emagrecer, porque tem gente que só pensa em andar quando a barriga está maior do que o resto do corpo. Andar não é uma questão de gordura, é uma questão de você estar bem fisicamente, é uma questão de você ter a sua pressão controlada e é um santo remédio. Eu quero dizer, sem ser médico, com o risco de terminar aqui e tomar uma bronca dos médicos aqui no palanque, quero dizer o seguinte: se as pessoas adquirissem o hábito de andar, ou de manhã, meia hora, 40 minutos, ou na hora do almoço, ou à tarde, a hora em que chega em casa... porque está cheio de gente que, por preguiça fala: “Eu não tenho tempo”. Mas pára no bar para tomar uma cerveja e fica lá duas horas. Senta no sofá para ver a novela das oito e fica duas horas. Às vezes, fica com conversa fiada três horas. Quando, na verdade, o que se pede é que a pessoa dedique para si, não é nem para a mulher, nem para o vizinho, não, é para si, dedique uma hora por dia para andar. Você vai perceber que você vai precisar comprar menos remédio para a pressão. Tem companheiros, não sei se aqui no palanque tem, que levantam pela manhã e já tomam quase que um coquetel de comprimidos para pressão. Se param de tomar o remédio, a pressão vai a quatorze por nove, vai a quinze por dez, daqui a pouco tem um derrame. “Ah, mais ele era tão jovem, ele...” Não tem remédio, gente. A saúde... isso aqui é maravilhoso, mas Deus queira que vocês demorem o máximo possível para entrar aqui doentes. E parte disso vocês irão resolver cuidando de vocês mesmos.

Eu digo isso, gente, porque quando eu cheguei à Presidência, eu me cuidava muito pouco. E depois que eu assumi a Presidência, que eu comecei a saber que eu tinha um mandato para cumprir e que eu tinha que ter saúde, hoje eu posso dizer para vocês que eu sou um cidadão altamente saudável com alguns probleminhas, que eu não posso dizer aqui. Mas, é sagrado, todo



santo dia, eu ando. Eu e Marisa fazemos disso uma profissão de fé, porque depois dos 60 nós precisamos muito mais andar, porque o céu está mais próximo, então a gente tem que se cuidar.

Por último, Hélio, quero dizer para você que é um orgulho estar aqui. Agora, depois do começo de julho, eu não poderei mais inaugurar obras junto com o prefeito porque tem problema eleitoral. Mas eu queria fazer, de público, aqui, justiça. O companheiro Hélio dedicou à construção deste hospital, eu diria, grande parte do seu sonho. Eu não podia ver o Hélio, seja no aeroporto de Viracopos, seja em Brasília ou aqui em Campinas, que ele não viesse: “Presidente, libera o dinheiro para a saúde. O Hospital Ouro Verde, Presidente, libera um dinheirinho.” Eu chegava lá e falava com o Temporão. E o Temporão falava: “Está sem dinheiro, Presidente”. Se eu soubesse eu teria falado com você, Tininha. Não sabia. Daqui para frente eu já sei aonde eu vou atrás do dinheiro no Ministério da Saúde.

Mas é importante a gente não perder de vista que, em dezembro do ano passado, por ódio e com vontade de que as coisas não dessem certo, tiraram do governo federal 40 bilhões de reais, por ano, com o fim da CPMF. Eu duvido que um de vocês tenha encontrado um produto em Campinas que reduziu o preço 0,38%. Eu duvido que os empresários reduziram o custo do que eles vendem porque acabou a CPMF. Entretanto, o Temporão e a equipe dele, que me apresentaram o mais perfeito Programa de Saúde que este País já viu, chamado Mais Saúde, que eu chamava de PAC da Saúde, onde a gente colocava mais 24 bilhões de reais na Saúde, onde nós imaginávamos levar médico de família dentro das escolas para começar a cuidar das nossas crianças, onde nós pensávamos levar dentistas nas escolas, onde nós pensávamos levar oftalmologistas na escola – porque normalmente quem está com um problema no olho não sente dor e, às vezes, a pessoa vai descobrir que está com uma deficiência visual depois dos 10 anos, depois dos 15 anos. E a gente poderia detectar isso logo no começo, quando a criança entra na



escola, para não dizer quando a criança nasce. Na escola, a própria professora faria o teste, colocaria a tabela na frente e perguntaria para as crianças se estavam enxergando, já poderia fazer. Tudo isso caiu por terra por conta do fim da CPMF.

Eu disse para o Temporão que a gente não tem que ficar nervoso. Agora, está se discutindo a Emenda 29. Quem entende de saúde, aqui, sabe que tem 17 estados no Brasil que não cumprem a Emenda 29. Os estados teriam que colocar 12% da sua receita na saúde, alguns colocam apenas 6%. Então, apenas poucos estados cumprem a Emenda 29. Agora, a verdade é que não adianta votá-la sem colocar a receita, porque sem colocar a receita é humanamente impossível. Mas nós precisamos, gente!

Neste País, estamos fazendo o Brasil Sorridente, já temos 500 centros de saúde bucal, mas precisa de mil, dois mil, três mil, porque, no Brasil, lamentavelmente, a saúde bucal não é tratada ainda como um problema de saúde. Até a unha do pé é tratada como uma questão de saúde. A boca, não. Porque também disseram, durante um tempo, que dor de dente é coisa de pobre. Pobre é que coloca álcool, gengibre, uns colocam uma cachacinha no dente, outros colocam fumo, outros colocam inhame, sei lá. O rico pode tratar logo, mas o pobre não. Então, nunca se pensou em dentista como uma questão de saúde pública. Nós estamos tentando fazer isso. Agora, para isso, nós precisamos de mais recursos.

Da mesma forma, tratar os olhos das pessoas. Quantas crianças, sobretudo no Nordeste, estão na escola, os pais e as mães pensando que essa criança é burra, que não aprende. E essa criança, por falta de vitamina A, não enxerga adequadamente. Tudo isso a gente pode detectar a tempo de recuperar a saúde das pessoas.

Por isso, Hélio, eu queria te dizer de coração: uma cidade como Campinas, que é mais ou menos igual a São Bernardo, onde eu moro, toda cidade dividida por uma grande estrada – e Campinas é dividida por duas



grandes estradas, é dividida por uma ferrovia, São Bernardo é dividido pela Imigrantes e pela Anchieta –, toda cidade dividida, normalmente a parte antiga da cidade é a parte que já tem hospital, é a parte que já tem um teatro, é a parte que já tem universidade, é a parte que já tem tudo, porque a cidade era para lá. Agora, a parte que fica, e que nasceu depois que surgiu a estrada, normalmente as pessoas ficam morando como se fossem cidadãos de segunda classe.

Trazer o hospital para cá, Hélio, é apenas você dizer para o povo: “Eu não estou tirando nada de quem mora no centro. Eu estou apenas tornando o povo de Campinas mais igual, levando para a parte mais pobre aquilo que a parte mais rica já tem”.

Por isso, meus parabéns, companheiros. Eu espero vir aqui depois de novembro, inaugurar outras coisas com vocês. Boa sorte e que Deus abençoe o povo de Campinas.

(\$211A)



**Mensagem do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à
Marinha por ocasião do 143º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo –
Data Magna da Marinha**

Brasília - DF, 11 de junho de 2008

Na condição de Comandante Supremo das Forças Armadas e, principalmente, de cidadão brasileiro, é com muito orgulho e satisfação que presido esta cerimônia.

Relembrar as glórias que obtivemos no passado nos leva a ter uma melhor compreensão de quem realmente somos. E nos dá a possibilidade de vislumbrar um futuro promissor. Dentro desse contexto, a cada ano, com grande júbilo, trazemos à mente um dos mais meritórios fatos da história nacional: a vitória na Batalha Naval do Riachuelo.

Em 11 de junho, Data Magna da Marinha, essa secular instituição reverencia todos aqueles que protagonizaram o heróico feito de 1865, ponto de inflexão em favor das forças aliadas na Guerra da Tríplice Aliança.

Homens valorosos como o Almirante Barroso, o Guarda-Marinha Greenhalgh e o Marinheiro Marcílio Dias fizeram de suas ações um marco de bravura, intrepidez e, acima de tudo, patriotismo. Exemplos dessa magnitude pautam gerações de brasileiros, em todas as camadas da sociedade, espelhando um povo único no seu caráter e moral.

Como herdeiros e mantenedores dessas tradições, temos hoje a felicidade de viver em um cenário muito diferente daquele do século XIX. Está cada vez mais remota a possibilidade de um conflito de proporções mundiais. E especificamente na América do Sul, as forças da integração regional e da cooperação e amizade entre os povos permitem um clima de estabilidade sólida e duradoura.



Nada disso significa, no entanto, que a defesa seja hoje menos importante. Ela ainda é – e continuará sendo – crucial para o nosso desenvolvimento democrático e soberano. Para tanto, precisamos de um Poder Naval atualizado, preparado, dotado de equipamentos modernos e adequados e de recursos humanos treinados e motivados.

Neste ano, um passo essencial foi dado na busca permanente da valorização salarial dos militares e servidores civis.

Considero também ser indispensável a implantação e a implementação do Programa de Reparcelamento, caminho pelo qual o Poder Naval estará pronto para contribuir na garantia da soberania nacional, cumprindo seus deveres constitucionais.

O Programa Nuclear da Marinha merece uma atenção especial. Tive a honra de autorizar a sua retomada e ele estará concluído dentro de alguns anos. Com esta ação estratégica dominaremos o ciclo completo da geração núcleo-elétrica, o que envolve o enriquecimento do urânio e a construção do reator. O mais importante é que tudo ocorrerá com tecnologia absolutamente nacional.

Esse êxito tecnológico permitirá que ingressemos no seleto grupo de países com capacidade de construir submarinos com propulsão nuclear.

Nesta ocasião especial, congratulo-me com todos aqueles que foram admitidos ou promovidos na Ordem do Mérito Naval. A distinção com a mais alta comenda da Marinha do Brasil é motivo de honra para todos os agraciados.

Como Grão-Mestre dessa Ordem, tenho a certeza de que serão propagadores dos valores morais e profissionais desta Instituição, desenvolvidos ao longo de uma existência repleta de serviços prestados à Pátria.

Finalizo meus cumprimentos à Marinha do Brasil, estimulando todos os seus integrantes a continuarem cultuando os exemplos heróicos de Riachuelo,



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

superando os óbices diários e convergindo esforços para a manutenção da paz e o bem-estar do nosso povo.

Sejam felizes! Parabéns à Marinha! Viva o Brasil!

(\$212A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia de posse do novo ministro da Previdência Social, José
Pimentel**

Palácio do Planalto, 11 de junho de 2008

Senador Garibaldi Alves, presidente do Senado, na pessoa de quem saúdo todos os senadores aqui presentes,

Deputado Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados, na pessoa de quem saúdo os demais deputados aqui presentes,

Meu caro companheiro José Pimentel, ministro da Previdência Social,

Meu caro companheiro Gabas, que foi ministro interino e secretário-executivo do Ministério,

Minha querida companheira Dilma Rousseff, na pessoa de quem quero cumprimentar todos os ministros aqui presentes,

Governador Cid Gomes, do Ceará,

Governador Wellington Dias, do Piauí,

Governador Marcelo Déda, de Sergipe,

Senhores integrantes do corpo diplomático,

Meus amigos e minhas amigas,

Meu caro Vicentino, representando os aposentados,

Companheiros, a pedido do meu companheiro Arlindo Chinaglia, este ato vai ter que ser bem rápido porque tem votação importante na Câmara, e os deputados estão muito preocupados em ir votar.

Normalmente, quando eu dou posse a um ministro, eu falo menos do ministro que tomou posse, falo mais do ministro que saiu e, normalmente, eu falo muito bem dos ministros que saem. Como o companheiro Marinho não está presente porque teve um problema, não sei se uma gripe muito forte ou



um começo de pneumonia, e eu não acho prudente falar bem por trás – por trás a gente só fala mal – eu resolvi, então, economizar as minhas palavras de elogio ao companheiro Marinho, porque todo mundo sabe, não apenas da competência do Marinho no Ministério do Trabalho, mas da competência do Marinho no Ministério da Previdência Social, que seria desnecessário eu dizer o que o Marinho significou para o Ministério, o que o Marinho significou para o nosso País e o que o Marinho significa para mim, pessoalmente, em uma relação muito antiga, desde os tempos do movimento sindical.

O Marinho sai do Ministério para ser candidato a prefeito em uma cidade importante, a cidade de São Bernardo, e eu tinha dito ao Marinho várias vezes, que se fosse ele, eu não sairia para ser candidato a prefeito. Mas, de qualquer forma, esse negócio de ser candidato tem um bichinho, tem uma comichão que fica coçando nas pessoas e as pessoas querem ser... então, nem o presidente da República tem o poder de evitar que as pessoas queiram ser candidatos a alguma coisa.

Muita coisa foi feita e muita coisa está em andamento no Ministério da Previdência Social. Eu me lembro que há dois anos e meio a gente vivia embaixo de uma saraivada de notícias de jornais – vejam que eu também já evolui, não falo nem em crítica mais, falo em saraivada de notícias, em um aprimoramento da minha relação democrática com a imprensa – a respeito das filas do INSS. Eu não sei se vocês perceberam que não tem mais essa notícia. Foi montado um trabalho muito sério e essas filas diminuíram substancialmente. Entre a pessoa entrar com um pedido de benefício e esse benefício ser concedido ou não diminuiu substancialmente, e é por isso que não tem notícia. Como só aparece de vez em quando notícia ruim, as boas não aparecem para a gente ver, mas as filas diminuíram muito.

O companheiro Pimentel tem muita experiência porque conhece bem o assunto, já foi relator da Reforma da Previdência, e o companheiro Pimentel tem acompanhado o grupo de trabalho que nós criamos na Previdência, em



que participavam os aposentados, os trabalhadores da ativa, o governo e os empresários para a gente fazer a reforma da Previdência. Esse grupo já apresentou uma proposta naquilo que eles têm consenso e no que não tem consenso. Eu estou convencido de que é difícil qualquer reforma de Previdência passar no Brasil, ou em qualquer país do mundo. Eu já me dei por convencido de que uma reforma da Previdência precisa ser feita para a próxima geração. Nós temos que pensar em uma reforma para daqui a 30 anos, para garantir um novo patamar de benefícios para os trabalhadores que vão se aposentar ou que vão requerer o benefício. Eu acho que isso é plenamente possível ser feito, retomar e organizar o grupo de trabalho, e depois resolver o problema que muitos consideram um déficit da Previdência Social, que eu não considero um déficit. Eu tenho dito publicamente que o déficit da conta da Previdência é quase um déficit do Tesouro Nacional, porque várias verbas que foram aprovadas para a Seguridade Social são contabilizadas no Tesouro e vai para a Previdência apenas o montante do déficit. Obviamente que nós temos tempo, e o Pimentel tem inteligência, para dar seqüência ao trabalho que o companheiro Marinho começou fazendo tão bem. Eu tenho a convicção de que a entrada do companheiro Pimentel... Há muito tempo eu não via alguém com tanto prestígio. O Ceará veio inteiro aqui. Estou vendo aqui companheiros do Ceará que eu vi em 1979. Se eu tivesse esse prestígio até seria candidato a alguma coisa no Ceará.

Eu quero, Pimentel, desejar a você toda a sorte do mundo. Do governo federal você terá todo o apoio da Presidência da República. Quero dizer que você sabe o que fazer, meu caro. Você tem experiência e o Ministério está funcionando de forma azeitada. O Marinho conseguiu uma proeza extraordinária que foi estabelecer uma relação civilizada com os servidores da Previdência, e tem algumas coisas ainda para serem consertadas. Nós temos projetos importantes que já foram discutidos no Senado e que têm que ser discutidos na Câmara.



Então, eu desejo que você, meu caro, faça aquilo que sabe fazer perfeitamente bem, sabendo que nós precisamos cuidar dos aposentados e dos pensionistas com carinho, mas também sabendo que nós só podemos pagar na hora em que a gente tiver recursos no cofre para pagar todos os benefícios que as pessoas têm direito neste País.

Ao companheiro Gabas... Eu conheço o Gabas há muito tempo, acho que pouca gente neste País conhece Previdência Social como o companheiro Gabas e, certamente, ele continuará sendo um grande colaborador do companheiro Pimentel. Eu quero te agradecer pelos bons e grandes serviços prestados ao Brasil e à Previdência Social.

Quero dizer ao Pimentel, que a partir de agora será chamado de ministro: você sabe que, quer queira, quer não, agora eu sou o seu chefe, coisa que eu não era quando você era deputado, porque a autonomia do Legislativo não permite que o Executivo seja chefe de ninguém.

Boa sorte, Pimentel, que Deus te ajude e obrigado pela presença de todos vocês neste ato.

(\$211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia do mercado de capitais e financeiro em sua homenagem, em
virtude da obtenção do grau de investimento pelo Brasil**

São Paulo - SP, 16 de junho de 2008

Meu caro companheiro ministro da Fazenda, Guido Mantega,

Meu caro companheiro ministro do Desenvolvimento, Indústria e
Comércio Exterior, Miguel Jorge,

Meu caro companheiro presidente do Banco Central, Henrique Meirelles,

Meu caro prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab,

Meu caro Gilberto Mifano, presidente do Conselho de Administração da
BM&F Bovespa,

Meu caro Edemir Pinto, diretor-presidente da BM&F Bovespa,

Meu caro Raymundo Magliano Filho, ex-presidente da Bovespa,

Meu caro Manoel Felix Cintra Neto, ex-presidente da BM&F,

Senhoras e senhores conselheiros da BM&F Bovespa,

Meu caro amigo Salim, ex-conselheiro da Bovespa,

Meu caro companheiro Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura e
também conselheiro da Bovespa,

Meu caro companheiro Veloso,

Amigos da imprensa,

É com muita honra e com muita alegria que recebo esta homenagem aqui na Bolsa de Valores de São Paulo. A conquista do grau de investimento é um marco histórico para a nossa economia e para todo o Brasil, e resulta de uma construção coletiva que transcende o governo ou uma política econômica específica. Vivemos um grande momento econômico graças a uma série de esforços dos mais variados setores da sociedade que lutam para vencer o



desafio do desenvolvimento sustentado, com crescimento econômico e distribuição de renda.

O mercado de capitais, é claro, tem uma função primordial nesta fase de nossa história e seus números são uma clara mostra deste dinamismo. O volume das ofertas públicas no mercado de capitais aumentou de 22 bilhões (de reais) – o Guido já falou isso – para 174 bilhões, e nós trabalhamos com a hipótese de que chegaremos a 200 bilhões (de reais) até o final do ano. Um número cada vez maior de empresas adere ao novo mercado, e o financiamento de longo prazo, que em muito tempo foi concentrado em recursos públicos, especialmente do BNDES, já tem hoje, no setor privado, a sua principal fonte. Estou convencido de que a participação do setor privado deve aumentar ainda mais. Esse é o desafio que nós, governo e setor privado, teremos nos próximos anos.

A Bovespa se configura como um agente central para o desenvolvimento do nosso mercado de capitais, e eu gostaria de aproveitar este momento para reconhecer o grande trabalho que vocês estão fazendo no nosso País. O Brasil precisa da Bovespa e a Bovespa precisa do Brasil, especialmente agora, quando o sucesso do nosso novo modelo de desenvolvimento implica mais investimentos externos aqui e mais investimentos brasileiros no exterior. A fusão da Bovespa com a BM&F criou um gigante nacional pelo qual boa parte desses investimentos transitará, e que pode e deve aumentar o papel do Brasil como o maior centro financeiro da nossa querida América Latina.

Nós sabemos que a recém-criada BM&F Bovespa representa a terceira maior Bolsa do mundo e a segunda das Américas, tudo isso em valor de mercado, e é responsável por 80% do volume negociado no mercado de ações da América Latina. Além disso, temos recursos humanos altamente qualificados, capazes de rivalizar com centros de destaque, como Londres e Nova Iorque. Temos, também, estabilidade econômica e institucional para atrair e intermediar cada vez mais investimentos e operações financeiras



internacionais. Existe muito ainda a ser feito na área de regulação e tributação, e o nosso desafio é trabalharmos juntos para que o desenvolvimento financeiro ande ao lado do desenvolvimento econômico e social nos próximos anos.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu tenho certeza de que é possível conciliar o progresso do mercado financeiro com a melhora na vida de todos os brasileiros. Nós já estamos demonstrando que isso é possível e, portanto, vamos continuar trabalhando juntos para aprofundar nossas conquistas.

O crescimento da economia saiu de 3,8% em 2006, para 5,4% em 2007. No 1º trimestre, chegamos a 5,8% podendo chegar a ter uma média de crescimento por volta de 5% em 2008. Mais importante, a aceleração do crescimento ocorreu com inclusão social, isto é, com aumento do emprego e dos salários, com redução da pobreza e com a ascensão social de milhões de brasileiros.

Eu sempre disse que uma das maiores vantagens econômicas do Brasil é o potencial de expansão do nosso mercado interno, pois ele possibilita a criação de um círculo virtuoso de aumento na renda, crescimento da demanda, ganhos de produtividade e expansão do investimento.

Nos últimos anos nós transformamos esse potencial em realidade. Pesquisas de vários institutos apontam que, nos anos de 2006 e 2007, aproximadamente 23 milhões de pessoas saíram da pobreza. Em outras palavras, essas pessoas, que antes sobreviviam com uma renda mensal próxima a 500 reais, conquistaram empregos melhores com salários de 1.000 ou de 1.500 reais.

As bases desse novo modelo de desenvolvimento foram construídas nos últimos anos através da estabilização macroeconômica, da redução da fragilidade fiscal e externa de nossa economia e, principalmente, do investimento público na construção de um estado de bem-estar social.

O programa Bolsa Família e a nossa política de recuperação do valor do



salário mínimo foram importantes não só para melhorar a vida de milhões de brasileiros e brasileiras, mas também para dar impulso ao atual ciclo de crescimento da nossa economia.

O aumento no mercado interno levou ao aumento da produção, do investimento e da produtividade, criando o círculo virtuoso que nós estamos vivendo. Para sustentar e aprofundar ainda mais esse novo modelo de desenvolvimento, em 2007 nós lançamos o Programa de Aceleração do Crescimento. O PAC combina um conjunto expressivo de investimentos em infra-estrutura com desonerações tributárias e melhoras institucionais no ambiente de negócios, e transforma o País em um verdadeiro canteiro de obras que vão da logística de transporte ao saneamento e habitação.

Ao colocar o aumento do investimento em infra-estrutura como prioridade da política econômica, o PAC representou uma mudança na agenda dessa política. Há muito tempo o Brasil não experimentava uma iniciativa de tal porte, que já se reflete nos indicadores do nosso desenvolvimento.

Desde 2006, a taxa anual de investimentos aumentou em 1,5% do PIB, isto é, saímos de 16,5% para 18% e queremos, quem sabe até 2010, chegar a 21%. Aliás, está no nosso Programa de Desenvolvimento (inaudível).

O investimento em construção civil decolou, crescendo 8,8% no 1º trimestre de 2008, ante o mesmo trimestre do ano anterior. Durante o mesmo período, os investimentos em máquinas e equipamentos cresceu 20,4%.

E, como atestam os resultados dos últimos leilões nas áreas de rodovias e geração de energia elétrica, o novo modelo de atuação do Estado, via concessões, provou ser um sucesso. Não apenas nas rodovias, mas nas duas hidrelétricas do rio Madeira, quando se discutia, no começo do ano, que o megawatt/hora não seria inferior a 116 reais, nenhum deles chegou sequer a 90 reais – um ganhou com 79,8 e o outro com 71,3 –, em uma demonstração de que a livre concorrência faz com que o povo seja o grande vencedor dessas concessões.



Estamos, portanto, em uma fase de aumento do investimento. Como eu já disse, nossa taxa de investimento atingiu 18% do PIB e nós vamos chegar aos 21%, segundo o compromisso do companheiro Miguel Jorge, no lançamento do Programa de Desenvolvimento Produtivo.

À medida que um país cresce e o investimento aumenta, cresce também a demanda por financiamento de longo prazo. E a via é de mão dupla, pois a maior oferta de financiamento de longo prazo também viabiliza mais investimentos, sobretudo investimentos em grandes projetos, o que acaba por reforçar ainda mais o crescimento da economia.

Minhas amigas e meus amigos,

Os sucessos recentes aumentaram ainda mais nossa responsabilidade, sobretudo em um momento em que a economia mundial vive um período de grandes choques e incertezas. De um lado, a recente elevação do preço do petróleo, que já está sendo chamada por alguns de o "terceiro choque do petróleo". De outro, uma maior demanda mundial, o encarecimento dos fertilizantes, as condições climáticas adversas e a especulação geraram um grande aumento também nos preços dos alimentos. Tudo isso veio junto com um aumento substancial nos preços dos produtos minerais, com destaque para o ferro e para o carvão, o que acaba provocando impacto no preço internacional.

Os últimos choques externos nos colocam um grande desafio, pois eles pressionam a inflação brasileira para cima, via contaminação dos preços internos pela elevação dos preços internacionais. Em momentos como o atual é preciso ter muito cuidado para lidar com os problemas de curto prazo sem comprometer as conquistas de longo prazo que todos nós conseguimos construir neste País. E é por isso mesmo que o controle da inflação continuará sendo prioridade do meu governo. E, como vocês sabem, temos instrumentos, conhecimento e experiência suficientes para enfrentar com êxito este que é o nosso maior desafio econômico de curto prazo. Vamos controlar a inflação,



porém mantendo o crescimento sustentável.

Pela minha própria história pessoal, eu sei como a inflação é ruim para os mais pobres. Eu sei como é ruim aquela situação de incerteza e corrosão dos salários quando a inflação sobe. E mesmo que a origem dos choques adversos de preços seja basicamente externa, nós temos que evitar que aumentos temporários se transformem em uma elevação permanente da inflação.

Faço questão de ressaltar algumas de nossas ações nos últimos meses. Desde o final do ano passado, o gasto primário do governo federal cresceu menos do que a economia. A política fiscal já contribui para a manutenção da estabilidade macroeconômica. Em maio, para consolidar ainda mais esse compromisso, anunciamos uma elevação temporária da meta de superávit – eu tinha pedido para criar um fundo soberano e o Guido terminou criando um aumento do superávit primário –, o que fortalecerá ainda mais nossa capacidade de resistir a choques adversos. Também aumentamos o IOF sobre algumas operações de crédito, para coibir excessos que possam colocar a estabilidade macroeconômica em risco. Elevamos também o compulsório sobre operações de leasing, de modo a garantir uma expansão sustentável do crédito.

Mais recentemente, reduzimos a tributação e liberalizamos a importação de trigo. O grão, assim como a farinha de trigo e o pão francês, foram desonerados do PIS-Cofins. Nós também reduzimos a Cide sobre a gasolina e o óleo diesel, de modo a atenuar a volatilidade dos preços internos dos combustíveis, diante das grandes flutuações e incertezas quanto à evolução dos preços internacionais do petróleo. E o Banco Central continua administrando a política monetária, de modo a garantir que a inflação se mantenha dentro do intervalo especificado pelo governo, e que eventuais desvios pontuais sejam corrigidos o mais rápido possível sem prejudicar o ritmo sustentável de expansão da nossa economia.



Olhando além das atuais turbulências, eu tenho confiança que o Brasil pode atravessar a atual onda inflacionária mundial e continuar no rumo do desenvolvimento econômico e social para todos. E esta confiança está assentada em bases muito consistentes, como os senhores e as senhoras também podem constatar.

Estamos posicionados favoravelmente para aproveitar o aumento da demanda mundial por alimentos e combustíveis. Temos uma base industrial diversificada. Contamos com uma mão-de-obra versátil, cujo nível de instrução está aumentando a cada ano. Temos grandes ganhos de produtividade ainda a serem explorados, tanto na agricultura quanto na indústria e nos serviços.

O grau de investimento que nos foi atribuído recentemente representa para todo o mundo um importante atestado da solidez da economia brasileira e renova nossa própria confiança na maturidade e no dinamismo do Brasil.

Em 2006, após o resultado das eleições, alguns analistas mais exaltados chegaram a dizer que o País não merecia crescer, que haveria crise fiscal, que não chegaríamos ao grau de investimento antes de 2010, e outras coisas do gênero que a gente lê e ouve todos os dias. Como seria bom se os nossos analistas dessem grau de investimento para o Brasil. Aí, quem sabe, nós teríamos muito mais força do que já temos.

Vocês também sabem que sempre haverá gente torcendo contra. Quanto maior o sucesso, maior a intensidade das críticas daqueles que hoje não têm nada a dizer. Eu acho que os fatos falam por si mesmos, e a verdade é que o nosso País mudou de patamar: conquistou um grau de solidez que lhe permite não apenas atravessar turbulências, mas tornar-se ainda mais forte e competitivo ao enfrentá-las. A todos vocês, que ajudaram a construir esta nova realidade, os meus mais profundos parabéns.

Meus amigos,

Eu não poderia deixar de dizer duas palavras que eu acho importantes. Primeiro, da honra de estar aqui. Eu penso que a minha vinda à Bolsa de



Valores prova não apenas a mudança no patamar da política macroeconômica do Brasil, mas prova também o avanço político da nossa sociedade. Nós estamos provando que um presidente da República pode, no mesmo mês, receber um boné dos dirigentes sindicais e colocar na cabeça, receber um boné dos sem-terra e colocar na cabeça, ir a um encontro – é a primeira vez que um presidente da República, no mundo, participa – do GLBT (homossexuais, lésbicas) e colocar o chapéu deles na cabeça, e vir à Bolsa de Valores e colocar o chapéu da Bolsa de Valores na cabeça.

Quando nós falamos que um presidente da República, depois de eleito, não tem partido... a única coisa de que eu não abro mão é de time de futebol. Se bem que se o Corinthians estivesse na Bolsa, na série B, estaria dando um alto crescimento na Bolsa, e se o Brasil estivesse na Bolsa, a gente estaria hoje com o pregão em baixa. De qualquer forma, nós queremos que a derrota não mexa com a expectativa dos investidores brasileiros, porque foi uma derrota eventual.

A alegria de estar aqui também é por outra razão. Eu penso que nós encontramos aquele denominador comum para o nosso País. Todo mundo tem clareza de que nós não temos o direito de pedir que haja qualquer retrocesso neste País. Nós temos um pequeno problema, eu diria – porque eu acho que o Brasil tem solução –, que é a inflação neste instante, sobretudo sobre os alimentos. E nós temos a obrigação – quando eu digo nós, governo; nós, trabalhadores; nós, membros da Bolsa de Valores; nós, empresários brasileiros –, temos que ter o compromisso de não permitir que a inflação volte a atrapalhar o sonho de estabilidade que este País (inaudível).

A inflação não é apenas responsabilidade do Banco Central, do ministro da Fazenda, ou de um dirigente sindical. Nós sabemos quais são os instrumentos que o governo tem, e sabemos que todas as vezes que uma inflação acontece por aumento de demanda, todos os companheiros da área econômica se sentem no dever de tentar reduzir essa demanda. E isso



significa, concretamente, que a gente está vendo que uma perspectiva de crescimento que começou com 5,8%, pode chegar a 5%. Isso pode ser resolvido a curto e a médio prazo, porque já tomamos a atitude de aumentar a produtividade da nossa agricultura familiar, que representa hoje 60% do alimento que consumimos neste País. Obviamente que nós não temos controle sobre os preços dos produtos internacionais, sobretudo na área de fertilizantes, de que nós dependemos muito, e sobre o petróleo, que tem uma ascendência no preço da agricultura brasileira, Roberto, de aproximadamente 30%. Logo, logo, nós estaremos tirando o nosso petróleo do pré-sal. Eu tenho dito publicamente, não faço questão de esconder, que o Brasil não quer ser um exportador de petróleo cru. Nós queremos fazer com que o Brasil aproveite o petróleo para transformá-lo em subprodutos do petróleo, para a gente ganhar investindo mais em produtos de qualidade e, ao mesmo tempo, desenvolver aqui no Brasil uma verdadeira indústria naval e uma verdadeira indústria petroleira.

Por outro lado, o desafio da agricultura... O Roberto Rodrigues, que é Conselheiro de vocês, pode nos ajudar nisso. Eu acho que a gente não deveria ver essa crise de alimentos no mundo como uma crise. A gente deveria ver como um desafio que o Brasil tem, como ninguém no mundo, condições de dar um salto de qualidade em um curto prazo de tempo. Nós estamos preparados para isso, da mesma forma que nós estamos preparados para transformar, tanto o nosso biodiesel quanto o nosso etanol, em produtos que possam ganhar no mercado internacional.

Vocês estão acompanhando a briga internacional, não é uma coisa fácil, começam a dizer uma série de coisas do Brasil. Nós estamos juntando a nossa inteligência nessa área para poder provar que temos condições de atender uma parte do mundo. Mas o mais importante é que nós queremos que a América Latina e a África possam, em parceria com terceiros países, produzir uma parte do combustível que o mundo precisa para diminuir os combustíveis



fósseis.

Os investimentos que estão acontecendo no Brasil... Eu tenho conversado muito com o Guido, com o Meirelles e com o Miguel Jorge. Nós temos que ter em conta o seguinte: parte dos investimentos... o BNDES saltou de 48 bilhões de reais, no ano passado, para 90 bilhões de reais este ano. Esse dinheiro todo investido, que hoje a grande maioria dele significa, Guido, consumo, significa demanda – porque as pessoas estão comprando ferro, fio, lâmpada, tijolo, telha, cimento –, a partir do ano que vem, parte dessa demanda se transformará em oferta e, possivelmente, a gente possa atender mais uma vez a continuidade do nosso crescimento de forma sustentável.

Meu caro Salim, eu trabalho com a hipótese de que a gente tenha pelo menos 10 anos de crescimento sustentável, pelo menos 10 anos para que a gente possa recuperar todos os males que os 20 anos de não-crescimento causaram ao nosso País.

À Bolsa de Valores, eu quero dizer que, lamentavelmente, teve gente que dizia, era importante a gente... você, Belluzzo, que é um grande estudioso, (poderia) analisar o que se dizia da Bolsa de Valores há algum tempo. Tinha gente que dizia que a Bolsa de Valores não chegaria a 20 mil pontos. Não é que dizia, escrevia que a Bolsa de Valores não chegaria. Eu não sei se essas pessoas estão lendo os seus próprios artigos, se estão mudando de opinião, para compreender que também em se tratando de mercado de capitais, o Brasil não é mais uma província, o Brasil é uma potência. E não queremos nem ser o primeiro, nem ser melhores do que ninguém. Nós queremos apenas que as pessoas reconheçam que este País faz do mercado de capitais, também, uma das molas do seu desenvolvimento.

Parabéns a todos vocês que acreditaram no Brasil, e parabéns a todos vocês que ajudaram o governo e a sociedade a fazer com que o Brasil pudesse viver este momento que estamos vivendo hoje. Os mais jovens, possivelmente, não dêem importância, mas nós, que já vivemos em um País com crescimento



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

zero e com inflação a 80% ao mês, viver este momento que estamos vivendo, é quase chegar perto do paraíso. Mais um pouco, e nós estaremos lá.

Um abraço e muito obrigado.

(\$211A)



Mensagem por escrito do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Jornal Nikkei – Caderno Especial sobre Economia Brasileira

Publicada em 18 de junho de 2008

O Ano do Intercâmbio Brasil-Japão, que marca o centenário da imigração japonesa no Brasil, abre caminho para estabelecermos um novo círculo virtuoso nas nossas relações.

São várias as possibilidades de cooperação. Além dos setores tradicionais – agricultura, mineração, siderurgia – abrem-se novas frentes nos campos ambiental e energético, e nos segmentos de tecnologia de ponta, dentre outros.

Os investidores japoneses são muito bem-vindos no Brasil, sobretudo no setor de infra-estrutura. O Brasil também começa a investir no Japão. Vejo com satisfação a presença da Petrobras em Okinawa e as perspectivas para a criação de uma plataforma de exportação de insumos energéticos para a Ásia. Vamos também multiplicar parcerias em terceiros mercados, como os de países africanos.

Brasil e Japão tornaram-se muito mais próximos com as migrações. Os imigrantes japoneses ajudaram a construir o Brasil de hoje. O sonho daqueles que chegaram ao meu País há um século a bordo do Kasato Maru é igual ao dos brasileiros que aqui contribuem para que esta nação prospere cada vez mais.

Juntos, temos tudo para construir uma aliança econômica vibrante, que renderá muitos frutos nos próximos 100 anos, e além.

(\$212)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia oficial de chegada do príncipe herdeiro do Japão, Naruhito, e entrega de medalhas alusivas ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil

Palácio do Planalto, 18 de junho de 2008

Sua alteza imperial, príncipe Naruhito,
Deputado Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados,
Minha companheira Marisa,
Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, por meio de quem cumprimento os demais ministros brasileiros aqui presentes,
Senhoras e senhores, integrantes da delegação japonesa,
Senhores parlamentares,
Senhoras e senhores agraciados com a Medalha Comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil,
Brasileiros de ascendência nipônica,
Senhores integrantes da Comissão Nacional Organizadora das Comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil,
Senhoras e senhores,

É uma honra e uma satisfação receber Vossa Alteza Imperial para as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. Há exatamente um século, em 18 de junho de 1908, o navio Kasato Maru chegou ao porto de Santos. Trazia a bordo quase 800 japoneses, a primeira leva de imigrantes em busca de novas oportunidades.

Esses pioneiros apostaram no Brasil. Foram trabalhar na lavoura de café e enfrentaram tempos difíceis de adaptação. Mas não levou muito tempo para que os japoneses mostrassem todo o seu potencial, ocupando funções nas



mais variadas esferas de nosso sistema produtivo, nas artes, nas ciências, na política e em todas as áreas de nossa sociedade. Os imigrantes japoneses que aqui chegaram, com esperança no futuro, ajudaram a construir o Brasil e a forte relação que une dois países até então distantes em termos geográficos, históricos e culturais.

Passados 100 anos, nossa comunidade de origem japonesa – a maior fora do Japão – é plenamente integrada e muito admirada por suas qualidades e realizações. São brasileiros orgulhosos de sua ascendência, que se destacam nos mais diversos aspectos da vida nacional. São pessoas conhecidas por sua determinação, empenho e criatividade. Gente estudiosa e trabalhadora.

Mas a contribuição do Japão para o Brasil de hoje não pára por aí. Também nos beneficiamos de grandes investimentos japoneses. A partir de meados do século passado, nossos países forjaram uma sólida parceria econômica em áreas centrais para o desenvolvimento brasileiro, como a agricultura e a siderurgia.

Neste início de milênio, o Brasil volta a oferecer excelentes oportunidades para investimentos nos setores de infra-estrutura, siderúrgico, eletroeletrônico e automobilístico. Temos todas as condições para lançar parcerias com uma ambição maior daquelas do passado. A diferença é que, agora, também passamos a investir no Japão.

A realização do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão é mais do que um momento de celebração. Oferece valiosa oportunidade para renovarmos uma amizade centenária, que tem gerado benefícios para ambos os países. Com base no já construído, vamos avançar novas frentes de atuação conjunta.

No campo energético, podemos trabalhar juntos em matéria de biocombustíveis. Nos segmentos de tecnologia de ponta, estamos desenvolvendo conjuntamente novo sistema de TV digital.

Alteza Imperial, senhoras e senhores,



A base da nossa união é a dimensão humana. Nossos países se tornaram mais próximos à medida que nossos povos diminuíram as barreiras criadas pela distância geográfica e tiveram a oportunidade de se conhecer de perto.

Esse é um patrimônio muito importante em um mundo em que convivem a globalização e os particularismos. Trata-se de um diferencial positivo nas relações entre dois países, que precisamos preservar e consolidar.

Para os brasileiros, o Centenário da Imigração Japonesa tem um significado especial. O Brasil é uma sociedade aberta e democrática, uma sociedade multicultural, multiétnica e miscigenada, que formou sua identidade a partir das contribuições de pessoas e culturas de diferentes partes do mundo. As mulheres e homens japoneses se integraram plenamente na sociedade brasileira. O bairro da Liberdade, em São Paulo, dá visibilidade a esse legado e representa bem o espírito dos 100 anos da imigração japonesa.

Nos últimos tempos, muitos brasileiros fizeram o caminho inverso dos seus pais e avós. Mas o sonho desses brasileiros que moram no Japão é exatamente o mesmo dos japoneses que vieram para o Brasil há 100 anos: a busca da felicidade e a vontade de vencer. Querem se integrar e contribuir para o progresso do Japão.

Por isso, é com grande emoção que tenho acompanhado a entusiasmada participação do povo brasileiro, descendente de japoneses ou não, nas comemorações deste importante acontecimento, que tem recebido todas as atenções que merece. Em várias regiões do País foram organizadas atividades que culminarão nas festividades em São Paulo, com destaque para a Semana Cultural Brasil-Japão, cujo tema é a integração das nossas culturas.

Brasileiros e japoneses lograram construir juntos, ao longo de um século, uma grande obra social e cultural. São homens e mulheres que abraçaram ambas as culturas e que representam o que há de melhor nos nossos dois países.



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

A bela medalha concebida por Tomie Ohtake e distribuída durante esta solenidade, simboliza bem nossa parceria na construção de um destino comum, um destino melhor para todos os brasileiros e para todos os japoneses.

Muito obrigado.

(\$211A)



**Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
divulgada na TV japonesa NHK**

Mensagem exibida em vídeo, em 18 de junho de 2008

Estamos comemorando, em 2008, o centenário da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil.

Esses homens e essas mulheres atravessaram o oceano para construir vida nova. Mas fizeram muito mais do que isso: ajudaram a construir o Brasil de hoje e a forte relação que une dois países antes separados por geografia, história e cultura.

Temos profunda admiração por nossa comunidade de origem japonesa, a maior fora do Japão. É uma colônia plenamente integrada e muito admirada por suas qualidades e realizações. São brasileiros orgulhosos de suas raízes japonesas. Muitos despontaram nos negócios, na política, no mundo da cultura, e em todos os aspectos da vida de nosso País.

Ao comemorarmos 100 anos da imigração japonesa, queremos avançar em novas frentes de atuação conjunta. No campo ambiental e energético, confiamos que o programa piloto de etanol no Japão contribuirá para difundir essa fonte energética renovável, limpa e barata. Nos segmentos de tecnologia de ponta, estamos desenvolvendo conjuntamente novo sistema de TV digital.

Mas o elo principal que nos une é o humano. Nos últimos tempos, muitos brasileiros fizeram o caminho inverso dos imigrantes japoneses, e o sonho dos 300 mil brasileiros que moram no Japão é o mesmo dos japoneses que vieram ao Brasil: a felicidade pessoal e a vontade de vencer na vida. Esses homens e essas mulheres continuam a contribuir para o progresso dos nossos países.

(\$212)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura da Semana Nacional Antidrogas e assinatura de decreto e sanção de projeto de lei de conversão da MP nº 416/Pronasci

Palácio do Planalto, 19 de junho de 2008

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República,
Senhores embaixadores acreditados junto ao meu governo e demais representantes do corpo diplomático,

General-de-Exército Jorge Armando Félix, ministro-chefe do Gabinete Institucional,

Tarso Genro, ministro da Justiça,

José Gomes Temporão, ministro da Saúde,

Orlando Silva, ministro do Esporte,

Marcio Fortes, ministro das Cidades,

Senador Flávio Arns,

Deputados Beto Albuquerque, Doutor Ubiali e Hugo Leal,

General Paulo Roberto Uchoa, secretário nacional Antidrogas,

Senhor Hélio Cardoso Derenne, diretor-geral do Departamento da Polícia Rodoviária Federal,

Doutora Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, secretária adjunta da Secretaria Nacional Antidrogas,

Senhor Luiz Gonzaga Bertelli, presidente executivo do CIEE,

Meus caros, queridos e queridas crianças que foram aqui premiadas, adolescentes, seus familiares, professores que vieram junto,

Meus amigos e minhas amigas,

Estamos abrindo a 10ª Semana Nacional Antidrogas. Esta já é a 6ª do nosso governo. Também, como já disse o ministro Felix, hoje comemoramos o



décimo aniversário da Senad. A cada ano, aumenta a minha convicção de que temos feito significativos avanços no trabalho para proteger nossa juventude dos riscos e dos danos gerados pelo uso e pelo tráfico de drogas.

São muitas iniciativas em nossos diferentes ministérios. Eu poderia enumerar a quantidade de projetos que têm sido desenvolvidos por este Brasil afora, mas hoje quero falar de dois pontos importantes que os senhores e senhoras tiveram a oportunidade de conhecer nesta cerimônia.

O consumo e o tráfico de drogas significam uma grande preocupação para todos nós, para o governo e para a sociedade. Como pais, irmãos, amigos, legisladores e gestores públicos, sabemos que o enfrentamento desse grave problema depende muito mais do esforço conjunto do que de ações isoladas. Para nós, este assunto é hoje uma questão de política de Estado.

O envolvimento com drogas, infelizmente, atinge crianças, jovens, adultos e idosos. Homens e mulheres que sofrem e se desamparam.

No início de meu primeiro mandato, em 2003, dei ao ministro Félix a missão de articular não só com os setores de governo, mas também com a sociedade, uma maior participação nas ações de nossa política sobre drogas.

O desafio foi lançado pelo fato de que as drogas estão por toda parte, e não existe um pai ou uma mãe que não se preocupe com o problema. Portanto, como eu já disse, este era um assunto de todos e ao governo cabia chamar os interessados para discutir e dar suas contribuições.

Enquanto uma série de medidas iam sendo adotadas para enfrentar o problema, foi sendo construído coletivamente o projeto “Fé na Prevenção”, que lançamos hoje. Ele é a prova de que a comunidade tem muito a fazer e a ensinar. Ver estas lideranças de diferentes religiões buscando, de forma ecumênica, com respeito e harmonia, respostas para o alívio de tanto sofrimento humano é, na verdade, uma grande lição de vida.

Tenho certeza de que além do suporte espiritual, o trabalho das senhoras e dos senhores vai ajudar em muito o Pronasci e a Senad na



formação de uma grande rede de proteção solidária para diminuir a violência e a criminalidade geradas pelo consumo e pelo tráfico de drogas.

Minhas amigas e meus amigos,

Também me alegra ver que os diferentes ministérios se articularam com a sociedade e com o Poder Legislativo para enfrentar o grave problema do abuso do álcool.

Em maio de 2007, por meio de um decreto, apresentamos à sociedade brasileira a Política Nacional sobre o Álcool, numa clara demonstração de responsabilidade e vontade política para com um tema difícil, mas de inquestionável relevância.

Essa Política resultou de um longo processo de discussão entre diversos órgãos do governo, com a importante participação de organizações sociais, de especialistas e de representantes do Poder Legislativo, no âmbito do Conselho Nacional Antidrogas.

Não há dúvidas de que esse processo possibilitou ao Brasil chegar a uma política realista, que reflete a preocupação da sociedade com o uso cada vez mais precoce de bebidas alcoólicas por nossos jovens.

Já na primeira hora de implantação da Política Nacional sobre o Álcool, a atualização legislativa mostrou sua urgência. De imediato, editamos medida provisória proibindo a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais de nosso País. Esta medida provisória foi transformada pelo Congresso Nacional no Projeto de Lei de Conversão que tive o prazer de sancionar há poucos minutos, e que foi bravamente defendido pela base do governo e pelo relator, meu caro deputado Hugo Leal, que hoje aqui recebeu o Diploma de Mérito pela Valorização da Vida.

Também encaminhamos para discussão no Congresso um projeto de lei, articulado no âmbito de seis ministérios, que inclui todos os tipos de bebidas alcoólicas na legislação que regula seu uso.

Sei que essas medidas contrariam alguns interesses, mas beneficiam o



conjunto da sociedade. Temos certeza de que além de todos os esforços para ampliar a consciência sobre os riscos e desestimular o consumo de álcool, é preciso evitar o acesso fácil a essa substância, especialmente por parte dos nossos jovens.

Estamos ainda empenhados em reforçar a vigilância, para que cigarros e bebidas alcoólicas não sejam vendidos a menores de idade, da mesma forma que os motoristas não conduzam seus veículos sob o efeito do álcool.

Nesse sentido, a parceria estabelecida pelos ministros Félix e Tarso Genro, por meio da Senad e do Pronasci, vai garantir ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal capacitação e equipamento adequados para a fiscalização. E nós, particularmente, vamos ficar de olho no doutor Derenne, para saber se daqui a algum tempo não vai a imprensa dizer: “Instrumentos comprados pelo governo estão amontoados na sede da Polícia Rodoviária Federal, e não foram distribuídos”. Aí, pagarás.

Isto os senhores puderam ver na entrega simbólica de equipamento ao nosso Diretor da Polícia Rodoviária Federal. Se o Derenne, Tarso, tiver em cada posto da Polícia Rodoviária Federal um soldado do tamanho daquele que está ali, não precisa nem máquina para fazer as pessoas pararem de beber. Agora, é preciso que tenha um policiamento, senão o motorista passa, olha para o lado, não vê ninguém e se acha o dono da estrada.

Não poderia encerrar minha fala sem cumprimentar, de forma carinhosa, todas estas crianças e jovens que venceram os concursos nacionais da Senad. Tenho certeza de que o empenho e a participação de vocês, que vieram das mais diferentes regiões do nosso País, são a garantia de que é possível construir um País muito melhor.

Por último, cumprimento também as pessoas e instituições que hoje receberam o Diploma de Mérito pela Valorização da Vida. Esta homenagem é o sincero agradecimento do nosso governo pelo seu compromisso nessa luta que é de todos.



Quero cumprimentar também a todos os companheiros do Ministério da Justiça, da Senad, pelo aniversário da Senad, pela competência do pessoal do Ministério da Justiça na elaboração de muitos projetos, do ministro Félix.

E quero dizer, Félix e Tarso, que o mais importante que está acontecendo hoje, aqui, é que nós estamos dizendo para a sociedade brasileira, estamos dizendo para a nossa imprensa, estamos dizendo para as autoridades aqui presentes, que acabou aquele tempo em que uns ficavam culpando os outros pelas coisas não feitas, não realizadas, e pouca gente assumia a responsabilidade de fazer.

Minha mãe dizia que quando um dono tinha muitos cachorros em casa... ou melhor, um cachorro tinha muito dono para tomar conta dele, ele terminava ficando com fome, porque ninguém dava comida para ele.

O que nós estamos fazendo aqui, hoje, Tarso, é um gesto de que a sociedade... ela já vem fazendo coisas há muito tempo. Às vezes, individualmente, uma mãe que tem um filho metido em drogas, ou um pai, ou um conjunto de famílias, já tem organização, já vem, às vezes, sozinha, batalhando, procurando especialistas, tentando cuidar, tentando conscientizar. Isso já existe no Brasil há muito tempo. Mas sempre o poder público municipal, o poder público estadual e o poder público federal estiveram muito eqüidistantes desses problemas.

O que aconteceu de novidade é que, primeiro, essas pessoas descobriram que o Estado pode dar uma contribuição enorme, que os três entes federados, se trabalharem de forma harmônica entre si, podem produzir, junto com a sociedade, em pouco tempo, muito mais resultado do que aquilo que nós colhemos em décadas e décadas de trabalho perdido e no anonimato por este País.

A segunda coisa é que, se a sociedade descobriu o Estado, o Estado brasileiro descobriu a sociedade, e aprendeu ainda mais. Aprendeu que não é possível, a partir de Brasília ou a partir do palácio do governo no estado, ou a



partir da sede de uma prefeitura, darmos resposta aos graves problemas que as drogas causam na vida das pessoas sem que a gente esteja trabalhando, de forma quase que umbilical, sociedade, governo – governo federal, governo estadual e governo municipal.

Eu tenho certeza de que nós ainda estamos longe de chegar a um denominador comum, de encontrar um resultado definitivo. Alguns tentam jogar a culpa... que é por causa da pobreza, quando, na verdade, o que nós vemos é a droga permeando a casa de muita gente rica e de muita gente de classe média alta, que tem, em se tratando de droga e de alcoolismo, os mesmos problemas que tem qualquer família deste País, por mais pobre que seja.

Mas, obviamente que nós estaremos atacando vários problemas: a violência contra a mulher, causada também pelo álcool e pela droga; a violência contra as crianças, também causada pelo álcool e pela droga. É um conjunto de coisas que a Senad e o Ministério da Justiça, através do Pronasci, estão harmonizando com a sociedade, com o apoio do Congresso Nacional, para ver se a gente pode criar os nossos filhos e os nossos netos num mundo menos conturbado do que aquele que nós vivemos hoje.

E mais importante ainda é que, por mais que a gente faça, sempre haverá, no nosso meio, alguém, uma pessoa ou algumas pessoas que teimam em acreditar que não vai dar certo. Eu, por exemplo, acho que o envolvimento da família é quase que uma questão sagrada para a gente obter um resultado amplamente favorável.

Por isso, meus parabéns a esse programa que as igrejas estão assumindo, porque poucas pessoas conversam com a família mais do que as igrejas. E quando elas estão juntas, o resultado produtivo é infinitamente maior do que cada uma tratando individualmente da solução do problema.

Uma outra coisa importante é a educação das crianças. Eu confesso a vocês que acho que alguém, em algum momento, vai conseguir fazer com que a gente possa combinar o horário que as crianças têm, na escola, com uma



dedicação para que, pelo menos durante meia hora por dia, as crianças possam ter educação sobre vários problemas que vão permear a vida delas durante toda a vida e que não estão no livro de História, não estão no livro de Geografia, não estão no livro de Matemática, de Física ou de Química, mas que estão na nossa alma, na nossa rua, na nossa casa, na nossa cidade e na nossa escola.

E de vez em quando eu me pergunto: quando será que nós vamos entender que isso tem que deixar de ser um tema proibido para conversar com as nossas crianças? Porque, quando não conversamos, os outros conversam, e podem conversar de forma equivocada. E quando chegarem aos nossos ouvidos as informações de que os nossos filhos se meteram em alguma coisa errada, que não sejamos infiéis ou hipócritas e culpemos o vizinho, ou culpemos o apartamento de cima, ou a casa ao lado, ou a criança da outra rua. Vamos analisar se não está dentro de cada um de nós, que somos pais, o problema do nosso filho ter tentado se envolver com drogas. Vamos fazer uma radiografia completa do nosso comportamento na relação com os nossos filhos, no tipo de educação que nós estamos dando, no tipo de preocupação que nós estamos tendo, no dia-a-dia, com eles. Porque nós sabemos que filhos, também, não basta tê-los que o mundo cuida. É tê-los e ter muito cuidado, porque senão o mundo desencaminha as nossas crianças, e o prejuízo será enorme.

Por isso, eu queria dar os parabéns, Félix, a você e ao Tarso pelo trabalho que fizeram, porque estamos acendendo um pavio que eu espero que toque muito fundo a alma de cada brasileiro e de cada brasileira, que cada vez mais motivemos adolescentes para fazer música, para fazer cartaz, para produzir texto para combater a droga. Que cada vez mais motivemos as crianças a entenderem que isto, hoje, não é um problema para elas, mas que amanhã poderá ser um problema delas e que nós temos que fazer uma política com alta qualidade de prevenção, para que a gente possa colher, no futuro, um



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**

País muito mais sadio.

Por isso, a todos vocês muito obrigado, porque valeu à pena, em 2003, a gente ter acreditado que poderíamos avançar. E graças a Deus estamos avançando. Um abraço.

(\$211A)



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI

Ministério da Justiça – Salão Negro, 19 de junho de 2008

Companheiro Márcio,
Companheiros ministros,
Companheiros da Comissão Nacional de Política Indigenista,
Assessores,

Primeiro, eu penso que seria importante que nós compreendêssemos a razão desta reunião com tanta gente, porque eu poderia vir sozinho, o ministro da Justiça poderia vir sozinho. Por que eu resolvi envolver todos os ministros que têm, direta e indiretamente, alguma coisa com a questão da política indigenista no País? É porque, com o tempo, a gente vai aprendendo a ver o funcionamento da máquina pública brasileira e, com o tempo, a gente vai aprendendo que nem tudo que a gente decide que vai fazer, acontece, e não acontece por várias razões. E cada vez que não acontece, nós encontramos uma desculpa para dizer porque as coisas não acontecem: umas coisas dependem do Congresso Nacional, outras coisas dependem de dinheiro, outras coisas dependem da máquina pública, do Ministério ou do órgão que está tratando do assunto ter a mesma vontade daquele que decidiu, na reunião, fazer. E, às vezes, a coisa pára. Habitualmente, eu ouço um companheiro ministro dizer que uma coisa que nós decidimos fazer há 4 meses não teve sequer uma reunião, porque um ministro diz que não tem tempo de participar da reunião, o outro diz que a agenda está muito ocupada, há sempre um que pode e outro que não pode.

Por isso eu convoquei esta reunião com todo mundo junto, porque



algumas reclamações que foram feitas hoje, eu já tinha ouvido em outros momentos. A última vez foi aqui mesmo, dentro do Palácio do Planalto, quando nós fizemos a reunião no Dia Nacional do Índio. Cada vez que eu ouvia uma reclamação, eu perguntava: “Mas, espera aí. Tal órgão está dizendo que as coisas estão acontecendo, tal órgão está dizendo que está melhorando a política de saúde para o índio, tal órgão está dizendo que está melhorando a política de educação”. Se depender de todas as informações que eu recebo, as coisas estão maravilhosas. E todas as vezes que eu encontro com os companheiros, eles me dizem: “Olha, não está tão maravilhoso assim”.

Aqui, vários companheiros que falaram, fizeram uma constatação delicada. Vários companheiros e o próprio Márcio disseram: “Em vários lugares tem dinheiro mas, por alguma razão, esse dinheiro não chega para atender as necessidades na ponta”. Talvez os convênios com os entes federados não estejam bem-feitos, talvez os prefeitos não estejam bem orientados, talvez a gente não tenha sequer gente nossa para saber se a aplicação do recurso está sendo feita corretamente.

E isso não vale só para a questão, por exemplo, da saúde indígena. Isso vale para o dinheiro da Saúde que vai para os municípios do Rio de Janeiro, para os municípios de São Paulo. Não existe, da parte do governo... Está aqui o ministro Temporão que depois fala um pouco, não sei se ele já foi embora. Muitas vezes não tem controle ou, muitas vezes, não tem fiscalização. Muitas vezes, quando você descobre é porque você pediu investigação da Controladoria-Geral da União, que vai atrás. Mas não tem aquela coisa de você saber: eu passei 5 reais, chegou no final do mês e você viu que os 5 reais apareceram lá. Não tem.

E a gente percebe que, muitas vezes, a própria máquina não conversa entre si. O conjunto de decisões que são tomadas não acontecem no dia seguinte ou no mês seguinte. Uma política de plano de carreira, de reestruturação da Funai ou do Inbra, ou do Ministério da Justiça leva tempo,



porque não é apenas uma reestruturação que nós temos que fazer, às vezes nós temos que fazer 20, 30 ou 40 reestruturações. E quando mandamos um projeto para o Congresso... Há quanto tempo está a reestruturação da proposta da Funai no Congresso Nacional?

_____ : O Congresso Nacional, da reestruturação, foi agora...

Presidente: Depois do (inaudível) do Paulo Bernardo. São dezenas e centenas, e poder-se-ia mandar como medida provisória. Mandamos como projeto de lei, porque o Congresso tem reivindicado que a gente diminua a quantidade de medidas provisórias e mande projetos de lei.

Mas o mais importante para mim, nesta reunião, é saber que nós temos condições de cumprir com aquilo que nós nos comprometemos, e temos um programa para que as coisas sejam cumpridas até 2010.

O que nós precisamos, e isso é experiência que nós temos tido com outros movimentos sociais... É por isso, Márcio, que eu saio daqui convencido de que nós vamos fazer as coisas acontecerem. Eu ouvi aqui queixas sobre a Educação: está boa, mas nem tanto, ou seja, poderia estar melhor. Por que não está melhor? Eu ouvi aqui queixas sobre a Saúde: tem o dinheiro, mas o dinheiro não chega lá. Eu já tinha ouvido essa reclamação em São Gabriel da Cachoeira, naquela visita que fizemos lá, no ano passado.

A questão do aumento da malária. Não tem nenhuma explicação que a gente tenha tido aumento da malária, na medida em que a gente se prontificou a combater isso já há algum tempo. Então, o que está acontecendo? De quem é a falha? Quem cuida da Saúde não é a Funai, quem cuida da Saúde é a Funasa. O que está acontecendo dentro das terras indígenas, que não chegam lá as coisas que nós deliberamos?

Então, esta reunião é um novo marco de atuação conjunta do governo com a Comissão Nacional de Política Indigenista. Tudo o que vocês levantaram



aqui, cada ministro que estava aqui: se está chegando cesta básica ou não está chegando, se está chegando o Bolsa Família ou não está chegando... A partir de agora, todo mundo aqui ouviu o que todo mundo falou, todos nós sabemos quais são os problemas. Em cada Ministério a gente sabe onde é que está o problema. De quanto em quanto tempo vocês têm reunião, Márcio?

_____ : De dois em dois meses.

Presidente: Pois bem, daqui a dois meses, de tudo o que foi levantado agora, nós temos que ter a resposta do que foi feito para melhorar, o que está acontecendo sobre cada assunto, para que a gente transforme cada reunião dessas numa evolução das conquistas e do cumprimento daquilo que nós nos propusemos quando criamos a Comissão Nacional de Política Indigenista.

E isso só é possível se acontecer o que está acontecendo aqui. Eu sei que às vezes é difícil, os ministros têm agenda e quando eu convido, eles são obrigados a desmarcar as agendas. Às vezes a gente faz outras coisas achando que são mais importantes, mas não são mais importantes. Ouvir o que ouvimos aqui é extremamente importante para que a gente tenha noção do que ainda tem que fazer e de como tem que apressar. Muitas vezes, entre dois Ministérios tem problemas. E, às vezes, a culpa não é individualmente de ninguém, é que a rotina de cada Ministério não permite que eles trabalhem como se fosse um relógio.

O PAC, está aí a demonstração, a nossa companheira Erenice... Entre a gente começar a fazer o PAC, no dia 22 de janeiro do ano passado, e concluir a legalização de uma série de projetos, levou um ano e pouco, com problemas seríssimos, e isso acontece em todas as áreas.

Quem está no Ministério sabe, e o Márcio já deve ter aprendido isso muito bem: a gente decide fazer tal medida, aprova uma lei, e quando essa lei é regulamentada no outro órgão do governo, o resultado não é a lei que se



queria aprovar porque na regulamentação não está o que você queria fazer.

Então, nós criamos – até por proposta da companheira Marina, no começo do governo – a palavra “transversalidade”, que é para tentar envolver todos os ministros que estão envolvidos nas políticas, e a gente sair da reunião com cada um sabendo que tem uma tarefa.

Nós aperfeiçoamos isso, companheiros – viu, Márcio? – na relação com a agricultura familiar. Nós conseguimos aperfeiçoar esse sistema. Por quê? Porque eles entregam uma pauta para nós num determinado momento. Aquela pauta envolve, às vezes, 10, 12, 15, 20, 30 ministros. Nós distribuimos aquela pauta para cada ministro e colocamos um ministro como responsável. Depois de 30 dias eles voltam para cobrar a pauta de reivindicação, e nós temos a resposta de cada ministro, com o que aconteceu e o que não pode acontecer.

O que eu quero é instituir aqui, exatamente a mesma metodologia, ou seja, a entrega de uma reivindicação tem que envolver todos aqueles que vão deliberar sobre o assunto, e tem prazo para a gente voltar a se reunir e dizer: foi possível fazer isso, foi possível fazer aquilo.

Lembro que lá em Amambai, na terra dos Guaranis, no Mato Grosso do Sul, faz pelo menos uns seis anos que eu estou pedindo, pelo amor de Deus, para alguém resolver o problema de terra de vocês. Cheguei a propor que a gente comprasse. Se alguém escolhesse uma terra lá, a gente compraria. Quando o Zeca do PT era o governador eu propus para o Zeca, depois propus para o companheiro do Incra, depois propus para o companheiro Guilherme Cassel, e propus, agora, para o novo governador. Nós precisamos resolver o problema das terras indígenas lá do povo de Amambai. É pouca terra para muita gente. Já faz seis anos que a gente quer resolver.

Então, a partir desta reunião agora, as decisões, meu caro Márcio, serão... Os companheiros apresentam a demanda. Dentro de dois meses eu vou querer saber numa reunião com vocês, com o Ministério da Saúde, o que está acontecendo na Saúde, o que foi feito (inaudível), o que vocês fizeram, o



que a Funasa está fazendo lá. Senão, não funciona, senão, a cada dois meses vocês fazem as mesmas reivindicações e a gente não avança. O ideal é que a cada dois meses a gente avance um milímetro, avance um metro, avance alguma coisa, mas que a gente vá sentindo que tem conquistas objetivas.

As coisas são tão complicadas, que nós homologamos a Raposa Serra do Sol em que mês? Abril de 2005. Houve um consenso de que a Raposa Serra do Sol deveria ser homologada de forma contínua, para atender aos interesses dos povos indígenas que moravam lá. Tinha controvérsias dentro do governo. Prevaleceu a idéia de que a gente ia demarcar de forma contínua. Demarcamos, fizemos um programa de ação, aprovamos uma série de coisas que nós íamos fazer, aprovamos outras terras que íamos dar para o estado, aprovamos uma série de coisas, e tomamos a decisão de que nós não iríamos fazer nada que pudesse causar qualquer violência contra quem quer que fosse. Nós queríamos provar que era possível fazer um movimento em que a gente pudesse resolver pacificamente.

Bem, essa coisa foi indo: ação na Justiça, liminar; ação na Justiça, liminar. Até que nós decidimos, depois de tanto, colocamos preço nas terras dos arroteiros para pagar os arroteiros, e muito mais do que valiam, porque nós queríamos que a coisa fosse muito tranqüila, muito pacífica.

Quando nós tomamos a decisão de que “agora é a hora de pagar para ver”, vamos tirá-los e colocar a Polícia Federal para exercer a função, vem a decisão da Suprema Corte, que vai decidir agora. Enquanto estiver na Suprema Corte, o presidente da República não pode fazer nada, a não ser esperar a manifestação do Supremo Tribunal Federal. O que nós queremos? Que aconteça rápido, antes que aconteça qualquer ato de violência mais sério lá, porque não falta quem instigue. Nós sabemos que tem uma parte de pessoas politicamente importantes no estado que é contra a demarcação de terras contínuas, que é contra de verdade e que não faz questão, não tem medo de colocar outdoor me xingando e xingando o governo, todo santo dia,



toda santa hora. Tem gente que quer armar confusão, porque interessa a ele a confusão. Nós queremos fazer a coisa mais tranqüila possível. Por isso, agora eu espero que o Supremo Tribunal Federal tome uma decisão rápida para a gente resolver esse problema e trabalhar com muita tranqüilidade.

Uma coisa que vocês não levantaram aqui, que eu acho que seria importante levantar, é que nós temos mais dois anos e seis meses de governo, e nesses dois anos e seis meses nós temos que resolver tudo o que não foi resolvido em cinco anos. Por isso é que vai exigir muito mais trabalho nosso, por isso é que vai exigir muito mais competência.

Na hora que aprovar a reestruturação da Funai, se a gente deixar todos os técnicos da Funai aqui em Brasília, o problema lá embaixo vai continuar do mesmo jeito. É preciso que a gente tenha noção de que precisamos fortalecer exatamente onde está o problema.

Eu ouço diariamente queixas de Saúde, queixas de Educação, falta de ajuda, de assistência técnica para que as pessoas possam melhor produzir. Nós aprovamos o PAC da Saúde, que era para atender 90% das terras indígenas com água potável e com esgotamento sanitário – nem sei se está aí o companheiro da Funasa... Danilo, como é que está?

_____ : (inaudível)

Presidente: É importante depois vocês pegarem para ir vendo, porque se já tem (inaudível), são 600 terras indígenas, e nós (inaudível) acabamos de fazer tudo isso. O compromisso é de fazer até 2010.

De forma, companheiros, que eu acho que nós temos que avançar. Os ministros aqui sabem, ouviram vocês, cada um aqui ouviu vocês. A pauta de reivindicação de vocês, nós vamos receber, está aqui nesse... Está aqui a proposta. Nós, agora, vamos nos debruçar em torno de cada uma das coisas que vocês colocaram aqui. Cada ministro vai ter que se posicionar... o que está



acontecendo. E, de preferência, nós vamos ter que escolher, aqui, um ministro que seja o coordenador, uma espécie de gestor desse trabalho.

_____ : (inaudível) a Funai.

Presidente: Eu acho que a Funai não tem o peso de ministro para convidar outro ministro, porque depois... Então, eu penso, Tarso, que você deveria aqui, no Ministério da Justiça, assumir o papel de chefe de Conselho Gestor. Nós precisamos, agora, ter a cobrança dos companheiros ministros, em cima de cada um, cada um receber um pacote desses aqui, para que na próxima reunião o governo venha aqui para dizer o seguinte: “De tudo o que foi apresentado, 80% vai ser atendido, 30% não vai ser atendido, ou vai acontecer tal coisa, melhorou na Saúde...”

Eu lembro o inferno que foi quando começou a ter mortalidade infantil lá em Dourados. Mandamos a Funai para lá. Aí a Funai ia, voltava e dizia: “Ah, mas lá é assim mesmo, Presidente, porque lá dizem que a mulher, primeiro, cuida do que está melhor, para depois cuidar do que está pior. Dizem que a mulher primeiro cuida do marido, para depois cuidar do filho gordo, para depois cuidar do magrinho”. Mas não é possível! Aí, mandava outra pessoa. Chegava lá: “Não, Presidente, mas é por que não sei o que lá da cultura deles é assim”.

Até que nós mandamos um mutirão para lá. Acho que foram umas cinco ou seis pessoas de uma única vez, e a gente conseguiu diminuir. Nem o companheiro que estava lá para distribuir alimento, o alimento estava lá, e ele não distribuía. Nem as coisas que a gente tinha, que já estavam lá, eram distribuídas.

Então, Márcio, é preciso criar – eu achei extraordinário esse negócio de você ter criado as subcomissões – mas é preciso que tenha um conselho gestor, para a gente cobrar. Você, que é o presidente da Funai, precisa pegar, das coisas que estão aqui, a cada 15 ou 20 dias, enquanto não houver a



segunda reunião, você vai ter que conversar com todos os ministros e, depois de 15 ou 20 dias, você começa a marcar comigo e falar: “Presidente, tal Ministério avançou, tal Ministério não avançou, tal Ministério aconteceu, tal não aconteceu”. Para que, quando a gente chegar na próxima reunião, a gente já tenha coisas bastante concretas para apresentar.

Aquilo que é o essencial, aquilo em que a gente não poderia falhar, nós não temos o direito de falhar, e não temos o direito de nos dispersar. Ora, se nós temos política de Saúde, temos o dinheiro, temos a decisão de fazer, por que não está acontecendo? Se nós temos a decisão da Educação, de fazer com que chegue nas terras indígenas e para os povos indígenas uma política de educação de qualidade, o dinheiro tem, não é isso (inaudível)? O que está acontecendo? Será que lá embaixo não está funcionando? Quem é que não está funcionando? É o prefeito, é o governador? Quem é que não está funcionando?

Tudo isso nós temos que consertar, companheiros. O que estou fazendo com vocês, agora, estou fazendo com os companheiros do MAB. Eu pedi para o companheiro Luiz Dulci, em nome da Secretaria-Geral da Presidência da República, fazer um levantamento para saber quais as dívidas históricas que a gente tem com o MAB. É verdade que o MAB pode ter gente que seja radical, pode ter gente sectária, pode ter. Mas eu acho que eles têm razão em, pelo menos, 60% ou 70% das coisas que eles reivindicam, porque deve ter dívidas históricas do governo, deve ter dívidas históricas das hidrelétricas brasileiras, do Estado e as privadas, deve ter dívida histórica de alguém que um dia prometeu para eles e não cumpriu. Nós, agora, precisamos começar a fazer esse processo de reparação no nosso País.

Por isso é que eu estou muito, mas muito satisfeito de ter participado desta conversa, para que os ministros ouçam. Todos ouviram, ninguém aqui vai dizer “eu ouvi dizer”, “alguém me disse”. Não, todos nós ouvimos a reclamação, todos nós recebemos aqui uma pautinha, e nós agora temos que



trabalhar em torno dela para que na próxima reunião, Márcio, a gente venha...

Agora, quando faltar alguns dias para a reunião, você precisa marcar com o Cezar Alvarez e com o Tarso Genro, para a gente fazer uma reunião do que aconteceu de avanço em cada área. Aquilo que depender do Congresso Nacional, nem sempre a gente pode resolver, é do Congresso Nacional. Aquilo que depender de uma instância que é independente do Poder Executivo, nós não temos como fazer. Aquilo que depender de dinheiro, se a gente não tiver, também vamos dizer que não tem dinheiro, ninguém vai ficar brincando de dizer que tem o que não tem.

Mas o dado concreto é que nós vamos melhorar e tornar mais civilizada a relação entre vocês e nós, e entre nós e vocês. Não dá mais para ser uma reunião extemporânea, a cada cinco meses, oito meses, nove meses a gente se encontra e vocês (inaudível): “Não aconteceu. Presidente, aquilo não aconteceu”. Vamos resolver.

Então, eu queria agradecer a todos vocês, e já deixar marcada a próxima reunião, já como prestação de contas do governo, do que nós evoluímos a partir desta reunião de hoje. Se a gente não fizer, não vai acontecer mais. Nós temos pouco tempo e temos urgência para fazer isso.

Quero agradecer... Agora, vocês precisam reivindicar uma política de esportes para...

_____: Tem uma coisa que foi histórica (inaudível), que nós fizemos, pela primeira vez, os jogos (inaudível) conjuntos, Funai-Ministério do Esporte.

Presidente: Eu posso sair daqui com a impressão de que outras coisas são tão boas que vocês não falaram. Por exemplo, política habitacional. Está aqui o Ministro das Cidades.

_____: (inaudível)



Presidente: Tem outros ministros, aqui, que eu não ouvi vocês falarem: se a cesta básica está chegando, se o Bolsa Família está atendendo as pessoas...

_____ : Presidente, eu posso me manifestar? O tempo foi muito pouco para nós. Então, por isso a gente não apresentou as demais, que constam em alguns documentos.

Presidente: Então, o Márcio vai ficar com a incumbência de apresentar. Agora nós vamos sistematizar a conversa com os ministros, para que a gente possa produzir os efeitos que nós queremos que aconteçam no governo.

Então, meus companheiros...

_____ : Presidente, a gente tem um documento, aqui, que este senhor aqui vai lhe entregar.

Presidente: Pode me entregar. Dê a volta aí, meu filho.

_____ : Presidente Lula, eu também acho importante – porque a Funasa foi muito colocada aqui – dizer algumas das ações que a gente está fazendo, porque é importante que as pessoas saibam. A Funasa, primeiro, não inventou ONG. A Funasa herdou uma política de saúde indígena que não era dela. A Funasa sempre esteve aberta ao contato (inaudível) com indígenas, porque a nossa relação institucional é com o Conselho Fiscal de Saúde Indígena. Foi lá que nós formulamos a autonomia do (inaudível), nós sempre (inaudível) a autonomia do (inaudível). É lá que nós formulamos as nossas políticas.

Hoje a Funasa comprou seis pickups – ontem – mas (inaudível) comprar há dois anos atrás, para (inaudível) para a população indígena. A Funasa



acompanha 28 mil crianças indígenas no País inteiro, através do Sivam. Então, tem vários relatos, aqui, (inaudível) que precisam também ser ditas. Porque, daqui a pouco, dá a impressão que a gente não está fazendo nada, e está sendo feita muita coisa.

Hoje a população indígena cresce 3,6 mais do que a população não-indígena, e mais de 50% da população indígena tem menos de 20 anos de idade, o que demonstra que tem uma política de saúde indígena, porque senão não teria esse crescimento todo que tem aí, é o (inaudível) mais (inaudível) do País.

Então, tem muitas ações que estão sendo feitas. Eu acho que a gente poderia abrir mais a reunião, na próxima vez, para a gente poder, inclusive, apresentar o trabalho que a instituição está fazendo.

Presidente: Exatamente, na próxima reunião. Nós recebemos a pauta e na próxima reunião a gente vem aqui para dizer o seguinte: “Na Educação está sendo feito isso, isso, isso; na Saúde está sendo feito isso, isso, isso. Falta fazer isso, isso, isso. Na habitação falta fazer isso, isso, isso”. A próxima reunião é um encontro entre a pauta dos companheiros, o que foi feito e o que falta fazer para completar as coisas nas nossas políticas para os povos indígenas.

(\$211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia de comemoração dos 50 anos do Parque Industrial da Bayer
em Belford Roxo**

Belford Roxo – RJ, 23 de junho de 2008

Meu caro companheiro Sérgio Cabral, governador do estado do Rio de Janeiro,

Meu caro Prot von Kunow, embaixador da Alemanha no Brasil. Eu estava dizendo que o embaixador tem nome de tudo, menos de alemão, parece mais francês do que alemão,

Meu companheiro Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Meu companheiro José Gomes Temporão, ministro da Saúde,
Senhores senadores da República, Francisco Dornelles e Marcelo Crivella,

Senhor Werner Wenning, presidente mundial do Grupo Bayer,
Senhor Luis Fernando Pezão, vice-governador do estado do Rio de Janeiro,

Senhor Lindberg Farias, prefeito de Nova Iguaçu,
Doutor Läßle, presidente da Bayer e porta-voz do Grupo Bayer no Brasil,

Senhor Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Firjan,
Senhor Aurélio Antônio de Medeiros, presidente da Federação dos Trabalhadores Químicos do Rio de Janeiro,

Senhor Eduardo Carvalho, coordenador da Comissão de Fábrica da Bayer em Belford Roxo,

Senhores secretários e secretárias do estado,
Funcionários da Bayer,



Dirigentes da Bayer,
Meus amigos e minhas amigas,

O Brasil tem boas recordações do ano de 1958. O País vivia um momento de rápida industrialização e forte crescimento econômico. O Esquadrão de Ouro, de Pelé e Garrincha, ganhava pela primeira vez a Copa do Mundo. Uma revolução arquitetônica e urbanística chamada Brasília começava a tomar forma no que antes era praticamente deserto na região central do País. Nascia também a Bossa Nova, e Juscelino Kubitschek, ele próprio considerado um “presidente bossa-nova”, dava o tom de otimismo que contagiava o Brasil inteiro naquela época.

É, portanto, com redobrado orgulho que participo das comemorações do aniversário deste complexo industrial da Bayer, inaugurado por JK em 1958. Quis o destino – e trabalhamos muito para isso – que 50 anos depois o Brasil esteja vivendo outro momento de otimismo e outro momento muito bom.

Depois de décadas de estagnação econômica e forte concentração de renda, o País hoje cresce de forma acelerada, e cresce para todos, reduzindo desigualdades sociais e regionais históricas. Crescem a produção industrial e o comércio, os empregos formais batem recorde, sobem os salários e aumenta o crédito. Voltamos a investir fortemente em infra-estrutura, educação e saúde, em busca do tempo perdido.

Eleva-se novamente a auto-estima do brasileiro, a exemplo do que aconteceu nos “Anos Dourados” da era JK. Mas, ao contrário de 1958, no Brasil de hoje, apesar da crise mundial, temos a inflação sob controle, somos credores internacionais e conquistamos o cobiçado grau de investimento.

É neste cenário que a Bayer colhe os frutos de sua quase centenária confiança no Brasil, alcançando em 2007 um crescimento de 25% em suas vendas. E não foi por acaso que a Bayer cresceu em todas as suas áreas de atuação. Cresceram as vendas de defensivos agrícolas porque cresceram o



agronegócio e a agricultura familiar. Cresceram as vendas de plásticos porque cresceram como nunca a indústria automobilística e a construção civil, entre outros setores da economia.

E a Bayer pode se preparar para vender ainda mais em 2008, porque a indústria automobilística, que em abril deste ano ultrapassou pela primeira vez a marca histórica de 300 mil carros produzidos, e a construção civil, que nunca teve tanto crédito quanto agora, vão continuar crescendo nos próximos anos.

E vão crescer como nunca o agronegócio e a agricultura familiar. Neste momento em que o mundo enfrenta uma crise de alimentos e a segurança alimentar das nações mais pobres se encontra sob risco, nós, brasileiros, só temos uma resposta a dar: produzir mais, muito mais, e vamos fazê-lo.

Minhas amigas e meus amigos,

Nesta festa de 50 anos, apenas um fato talvez não seja muito bom para a Bayer: as vendas de Aspirina podem não subir muito, porque o brasileiro agora tem mais saúde, tem mais emprego, tem melhores salários, tem mais qualidade de vida e, com isso, certamente, não terá tanta dor de cabeça como tinha antes. Fora isso, a empresa pode continuar investindo porque o retorno é garantido. Garantido, inclusive, pela excelente qualidade do trabalhador e da trabalhadora do nosso País, que fazem por merecer da Bayer e de todas as empresas que atuam no Brasil o melhor da sua atenção em salários e condições de vida.

Temos consciência do muito que precisa ser feito. Nós sabemos, também, que avançamos de forma irreversível na construção de um país melhor e mais justo. Estamos, com isso, recuperando e fortalecendo a nossa tradicional alegria de ser brasileiros.

Quero terminar tomando emprestado da Bayer o slogan que há 80 anos faz sucesso em vários países do mundo – que, aliás, foi criado por um brasileiro, o publicitário, poeta e engenheiro Bastos Tigre –, para dizer, com merecido orgulho: “Se é Brasil, é bom!”



Muito obrigado e parabéns à Bayer.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a solenidade de anúncio de medidas de apoio à candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016

Rio de Janeiro – RJ, 23 de junho de 2008

Meu caro companheiro e amigo Sérgio Cabral, governador do estado do Rio de Janeiro,

Companheiros ministros Orlando Silva, do Esporte; Márcio Fortes, das Cidades; José Gomes Temporão, da Saúde; Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Meu caro companheiro Luiz Fernando de Souza Pezão, vice-governador do estado do Rio de Janeiro,

Senadores Marcelo Crivella e Francisco Dornelles,

Meu caro João Havelange, presidente de honra da Fifa,

Deputados federais Hugo Leal, Luiz Sérgio, Deley e Edmilson Valentim,

Senhoras secretárias e senhores secretários do estado do Rio de Janeiro,

Senhor Ruy Cezar Miranda Filho, subsecretário do gabinete do prefeito do Rio de Janeiro para assuntos de 2016,

Senhores prefeitos municipais aqui presentes,

Meu caro Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro,

Nossos amigos e nossas amigas atletas olímpicos e paraolímpicos,

Jornalistas aqui presentes,

Amigos e amigas,

Este ato tem mais do que a dimensão de assinarmos um projeto de lei para que o Congresso autorize o dinheiro suficiente para ganharmos o direito de fazer as Olimpíadas de 2016 aqui. Ele tem uma coisa mais forte do que



isso, Nuzman, que é preparar a nossa gente para o embate que vamos fazer.

Nós sabemos que é uma tarefa extremamente difícil. Tem uma parte que é financeira, tem uma parte que é esportiva, mas tem uma parte eminentemente política. Certamente, nós vamos ter que encontrar todos os argumentos possíveis para que a gente possa, no ano que vem, ter a honra de ter o Rio de Janeiro como a primeira cidade da América do Sul a sediar os Jogos Olímpicos.

Vamos começar com alguns dados que eu acho importantes. Nós vamos entrar nessa disputa, não do zero, como se fôssemos um país terceiro-mundista na busca de um espaço junto aos chamados países desenvolvidos. Nós vamos começar com uma performance que, eu penso, poucas vezes algum país começou. Primeiro, o projeto Rio 2016 já apresenta instalações existentes para 72% dos atletas. Cinquenta e seis por cento das instalações, ou seja, 19% do total, foram utilizadas para os Jogos Pan-Americanos Rio 2007. Trinta e dois por cento (11% das instalações totais) serão construídas, e 12% (4% das instalações) serão temporárias. Para a reforma das instalações existentes – Sérgio, preste atenção no número –, construção das novas e montagem das temporárias, nós vamos precisar do equivalente a 508 milhões de dólares, hoje, menos de 1 bilhão de reais. Estão estimados investimentos de 2 bilhões e 600 milhões de dólares em corredores de transporte público de alta capacidade, novas vias, reforma e ampliação do sistema de metrô e trens urbanos, e a conclusão do Arco Rodoviário da região metropolitana.

Várias áreas, como a zona portuária, o entorno do Maracanã e a Quinta da Boa Vista serão revitalizadas com os Jogos Olímpicos aqui. O financiamento da candidatura do Brasil está orçado em 42 milhões de dólares: 7 milhões na fase de cidade aspirante, que foi até julho de 2008, e 35 milhões na fase de cidade candidata, até novembro do próximo ano.

Praças esportivas fora do Rio de Janeiro serão as sedes regionais dos torneios de futebol: Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e outras



tantas que vocês escolherem. Os Jogos aqui no Rio de Janeiro, todo mundo sabe que se darão na Barra da Tijuca, em Copacabana, no Maracanã e em Deodoro. A Barra da Tijuca será a principal zona de centralização dos Jogos, por compreender uma das áreas de maior crescimento da cidade, cercada por montanhas, belezas naturais e praias inesquecíveis, coisa que os atletas não vão ter tempo de freqüentar porque estarão treinando para ganhar uma medalha. Essa região acomodará 20 modalidades, 56%, em 14 instalações, além de importantes instalações não-esportivas.

Copacabana – as pessoas deveriam ir só para ver a praia, não precisava nem disputar nada. Com suas belezas naturais e espaços públicos, a região será o palco para oito modalidades a serem realizadas em cinco instalações, incluindo a própria praia de Copacabana. Será a primeira vez na história do mundo que um cidadão vai dizer: eu disputei uma prova na praia de Copacabana.

Quatro instalações serão localizadas no Maracanã, se beneficiando da reforma do complexo, que se dará, para a Copa do Mundo de 2014, e do fato de estar localizado na região central da cidade. Essa região será palco para cinco modalidades, e receberá também as cerimônias de abertura e de encerramento.

A região de Deodoro é alvo de projeto de desenvolvimento social por reunir grande concentração de população jovem. Foi escolhida como o palco de sete modalidades por ter sediado, com sucesso, várias competições nos Jogos Pan-Americanos de 2007. A região de Deodoro foi escolhida para receber o Parque Radical do Rio de Janeiro e o Centro Nacional de Pentatlo Moderno, utilizando instalações construídas para os Jogos Pan-Americanos.

A cidade do Rio de Janeiro terá 49 mil e 570 quartos disponíveis para os Jogos Olímpicos de 2016, em hotéis, transatlânticos, duas vilas de mídia, acomodação de árbitros e albergues, entre outras coisas. A experiência dos Jogos Pan-Americanos será amplamente utilizada no sistema de segurança a



ser implementado para os Jogos Olímpicos. Graças a Deus, as pessoas reconheceram que nós montamos um esquema de segurança, que pouca gente acreditava que fosse possível ser montado. E a verdade, nua e crua, é que a segurança deu certo porque o povo do Rio de Janeiro é mais ordeiro do que algumas pessoas andam dizendo por aí.

Eu vou deixar de ler o meu discurso agora, Nuzman, para falar umas palavras sobre os objetivos concretos do que estamos fazendo aqui. Eu comecei dizendo que nós vamos entrar num embate político, um embate que tem 115 eleitores. Não são 115 milhões, nem 115 bilhões, são apenas 115 eleitores. Se nós estivéssemos numa situação em que cada país tivesse um voto, aí a aritmética valeria muito para nós. Nós somos muitos mais. Se juntarmos a América do Sul, a América Latina, o Caribe, a África e a Ásia, nós somos, infinitamente, um número bem maior do que a União Européia, do que os Estados Unidos ou do que o Japão.

Acontece que, como na política, no esporte também a matemática não é uma ciência totalmente exata, quando se trata de representação para a escolha de uma Olimpíada. Vocês imaginem que um país como a Suíça tem quatro delegados, e imaginem que toda a América do Sul tem quatro. Imaginem que um país como a Itália tem cinco delegados, e nós, aqui neste continente imenso, temos apenas quatro.

Então, o trabalho de convencimento é um trabalho muito mais duro, muito mais complicado. Acabou-se aquele tempo de a gente dizer: “nós somos pobrezinhos, nós temos favelas, temos crianças de rua, temos não sei das quantas”, que mobilizava. Isso mobiliza ONG, não mobiliza decisão de Estado. É preciso que a gente se apresente com as qualidades que temos, e são muitas as qualidades, embora nem sempre nós, brasileiros, costumemos reconhecer os nossos valores. Muitas vezes nós gostamos de nos depreciar.

Eu me lembro de que quando nós aprovamos a Copa do Mundo e ficamos todos eufóricos, ouvir algumas pessoas dizerem: “ah, mas não tem



metrô, não tem não sei das quantas, não tem segurança”. Há algumas pessoas, neste País, que torcem para que a desgraça sempre vença as coisas boas que nós sabemos fazer. Há algumas pessoas que parece que não acreditam no País, não acreditam em si próprias, e estão sempre tentando vender a idéia de que nós não podemos fazer as coisas porque não sabemos. Nós provamos, com os Jogos Pan-Americanos, e eu ouvi o presidente da Confederação dos Jogos Pan-Americanos dizer que nunca tinha participado de Jogos Pan-Americanos com a qualidade que o Brasil fez e que o Rio de Janeiro fez.

Então, eu penso, Nuzman, que nós precisamos utilizar não apenas a competência e o conhecimento de uma figura jovem como o companheiro João Havelange. Ele diz que quer estar aqui em 2016, e eu acho que é mais fácil ele estar do que eu e o Sérgio Cabral. Ele se levantou às seis horas da manhã para nadar 1.200 metros!

Depois, Nuzman, nós vamos precisar que você dedique, daqui para a frente, quase que tempo exclusivo para conversar com quem de direito, para utilizar as pessoas que, no Brasil, podem contribuir. É necessário conversar com chefes de Estado. Eu disse ao companheiro Sérgio Cabral e ao Nuzman que, daqui para a frente, a cada viagem que eu fizer, eles serão convidados como chefes da delegação, como companheiros da delegação, para a gente, em cada lugar, conversar com quem de direito, com os primeiros-ministros, com os presidentes, com os delegados. Não adianta ficar fazendo muito barulho, é preciso conversar com a pessoa certa, conversar com quem, na hora H, vai ter um voto.

Eu acho que é importante a gente refletir sobre o aspecto político dessa disputa. Quantas Olimpíadas já teve a Europa? Um monte de Olimpíadas. Vários países já tiveram mais de uma. Por exemplo, a Espanha está competindo conosco e já teve em Barcelona; Londres está competindo conosco e já teve Olimpíadas na Inglaterra; os Estados Unidos estão



disputando conosco e já teve seis Olimpíadas lá; Tóquio já teve Olimpíadas.

Não está escrito no regulamento que os Jogos Olímpicos são para serem jogados nos países ricos. Está escrito lá que os Jogos Olímpicos são a maior demonstração de avanço da civilização humana, em que há uma combinação de disputa, de desfile, de negros, de brancos, de pessoas portadoras de deficiência física, de pessoas que não têm nenhuma deficiência física, de atletas pobres, de atletas ricos. O que simboliza mais a solidariedade na Humanidade são os Jogos Olímpicos. Se isso é verdade, qual é a explicação para que nós nunca tenhamos tido, aqui na América do Sul, uma disputa dessa magnitude?

Primeiro, não é um paizinho qualquer. Em qualquer quesito que a gente quiser, o Brasil está entre os 10 maiores países do mundo.

Ora, se isso é verdade, se este País conseguiu, em 1950... Eu dizia, no avião, para o Sérgio Cabral: eu viajo muito o mundo – se em 1950 a gente construiu o Maracanã, meu caro João Havelange – e eu não conheço uma praça esportiva, campo de futebol mais bonito que o Maracanã, até hoje, em lugar nenhum do mundo. Eu diria que os outros podem ter shopping, podem ter restaurante, podem ter teatro... Meu Deus do céu! Os outros, na verdade, são campos de futebol em shopping center. O nosso, aqui, é uma praça de espetáculo, porque o Maracanã, seja dentro dele ou de cima, não tem nada igual no mundo.

Se este País conseguiu construir os Jogos Pan-Americanos que construiu, em tão pouco tempo, por que nós não podemos fazer as Olimpíadas melhor do que já foram feitas em qualquer outro país? Até porque realizar os Jogos Olímpicos é uma oportunidade que se está dando a um país, não apenas para ele provar que tem competência... e ninguém pode falhar porque tem regras, tem contratos, tem compromissos assinados, portanto nós temos que cumprir. Não adianta dizer: “Ah, mas o Brasil...”

No Brasil, também, de vez em quando a gente pega algumas coisas



escritas, que dizem o seguinte: “Ah, os europeus são perfeitos. Na Alemanha estava tudo pronto três meses antes, tudo maravilhoso”. Eu duvido que tenha algum país que assuma o compromisso de fazer um jogo desses e consiga ter tudo pronto sem ter nenhuma falha. É que as nossas falhas são mais visíveis.

Na Copa do Mundo, eu estava vendo, as coisas equivocadas que o árbitro não apitava não repetiam. Aqui no Brasil a gente escancara, porque nós somos mais democráticos. Nós somos de uma região tropical, somos mais “calientes” que o restante do mundo. Portanto, nós não temos vergonha de mostrar também as nossas falhas.

Mas, em se tratando de esporte, o Brasil não deve nada a ninguém. E nós começamos, Nuzman, como eu disse eu 2003, quando tomei posse: a gente começa, primeiro, fazendo o necessário, inscrevendo o Rio de Janeiro; depois a gente faz o possível, passa entre as quatro. E, agora é a hora do impossível. A hora é agora, nós temos que colocar o nosso orgulho de brasileiro, encher a nossa alma e a nossa consciência de orgulho, parar de falar mal de nós mesmos, recuperar a nossa auto-estima e ir para cima dos nossos concorrentes. Se em vez de ficar olhando os nossos defeitos, olharmos um pouco os defeitos dos outros e as nossas virtudes, nós vamos perceber que ninguém tem mais chance do que nós.

Eu já vi artigos dizendo o seguinte: “Ah, mas o Brasil foi o 4º colocado, foi o último, não vai dar certo”. Vejam: o que aconteceu, aconteceu. Isso é igual a eleição em dois turnos: nem sempre o que sai ganhando no primeiro turno ganha as eleições. Londres ficou em 3º e ganhou 2012. Então, isso é uma bobagem. O que nós precisamos – e é isso que eu queria dizer para vocês – é fazer disso quase uma profissão de fé, assumir isso enquanto compromisso nacional, enquanto compromisso estadual, enquanto compromisso municipal.

Por isso, Sérgio, nós vamos ter que sentar e fazer um protocolo de intenções: o que cabe ao governo federal, o que cabe ao governo estadual, o que cabe ao governo municipal, para a gente fazer uma coisa sólida. Eu me



lembro dos Jogos Pan-Americanos, eu passei seis meses tentando fazer esse protocolo e não foi possível. E eu tinha consciência que se uma tarefa (inaudível)... Estou muito à vontade, porque não serei mais presidente da República, meu mandato termina em 2010. Mas, se não tiver um compromisso, Sérgio, fica um tentando empurrar para o outro. E vocês sabem que cachorro com muito dono morre de fome porque todo mundo pensa que o outro deu comida e o coitadinho está lá, sem comer.

Então, é preciso que tenha tarefas bem determinadas: qual o papel que cabe ao governo do estado, qual o papel que cabe ao governo federal, qual o papel que cabe ao prefeito municipal, qual o papel que cabe a cada um de nós para que em todas as reuniões saibamos o que cobrar uns dos outros. Aí, ninguém vai poder fazer intrigas.

Eu queria terminar dizendo a vocês o seguinte: podem crer... Não sei se vocês são religiosos, mas eu tenho plena convicção de que o Brasil pode conquistar o direito de trazer para o Rio de Janeiro as Olimpíadas de 2016. Estou convencido disso. Quero me colocar à disposição, o que eu puder fazer, o que os ministros puderem fazer – porque todos os ministros viajam –, o ministro da Indústria e Comércio, o ministro das Relações Exteriores... Nós temos que construir uma parceria para que a gente possa sair vitorioso dessa parada.

Eu estou convencido de que as chances são maiores. Há um certo apelo. O Brasil hoje – todo mundo sabe, quem viaja sabe – é muito mais respeitado do que era algum tempo atrás, e as pessoas gostam do Brasil não porque a gente abaixe a cabeça. As pessoas passaram a gostar do Brasil porque passamos a gostar de nós, porque passamos a nos respeitar, porque passamos a exigir que os outros cumpram as coisas que têm que cumprir conosco. Eu não acredito que nenhum, meu caro Oscar... Não existe interlocutor na vida que respeite um interlocutor que não se respeita. A condição básica para ter sucesso em alguma coisa é você se respeitar, é entrar



numa mesa de negociação de cabeça erguida. Não com arrogância, mas com vontade de sair vencedor daquela mesa.

Eu acho que as condições estão dadas, meu caro. Nós vamos ter metrô, vamos ter ruas, vamos ter transportes, vamos ter o trem-bala São Paulo-Rio de Janeiro, os aeroportos estarão funcionando a mil. Isso já está previsto, independentemente das Olimpíadas, já está previsto, inclusive, para a Copa do Mundo de 2014. Eu me lembro que quando nós ganhamos a Copa, ouvi alguém dizer o seguinte: “nós não vamos conseguir fazer campo”. Se este País, em 1950, quando era um país que tinha a sua economia à base do café, conseguiu fazer uma Copa do Mundo e conseguiu fazer o Maracanã, imaginem em 2014, com o crescimento econômico e com a riqueza que o Brasil tem hoje.

Portanto, eu sou daqueles que gostaria de dizer a vocês o seguinte: eu sou brasileiro e não desisto nunca, e acho que nós vamos vencer essa parada.

Um abraço e boa sorte, companheiros.

(\$211A)



Mensagem por escrito do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à revista Marca de Excelência por ocasião do Centenário da imigração japonesa no Brasil

Publicada em 23 de junho de 2008

Estamos comemorando o centenário da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil. O Ano do Intercâmbio Brasil-Japão oferece valiosa oportunidade de renovarmos a amizade entre nossos países e estabelecermos as bases de um novo ciclo virtuoso em nossas relações.

Vamos retomar temas tradicionais de nossa agenda, como agricultura, siderurgia e mineração. Ao mesmo tempo, queremos abrir novas frentes de atuação conjunta em temas cruciais da agenda internacional. No campo ambiental e energético, queremos avançar em projetos de desenvolvimento limpo. Nos segmentos de tecnologia de ponta, estamos desenvolvendo conjuntamente novo sistema de TV digital, que habilitará o Brasil a receber uma fábrica de semicondutores. A cooperação triangular em terceiros mercados, tanto regionais quanto extra-regionais, abre possibilidades para multiplicarmos os benefícios de nossa parceria.

O Brasil foi uma das principais bases para os primeiros grandes investimentos externos do Japão a partir de meados do século passado. Neste início de milênio, voltamos a oferecer oportunidades concretas para uma nova etapa de investimentos nos setores de infra-estrutura, siderúrgico, eletroeletrônico e automobilístico. A grande diferença é que agora esses investimentos são recíprocos. O Brasil começa também a investir no Japão.

Nossas nações tornaram-se muito mais próximas com as migrações. O sonho dos japoneses que, a partir de 1908, atravessaram mares e oceanos a bordo de navios como o *Kasato Maru* é igual ao dos brasileiros que, nos últimos tempos, voaram para o Japão: a busca da felicidade pessoal e a



vontade de se realizar no trabalho em terras estrangeiras. Esses brasileiros e japoneses continuam contribuindo para o progresso de nossos países.

É com esse espírito, que, ao longo do ano, serão realizados eventos empresariais e culturais em ambos os países. A iniciativa da revista Brasil - Marca de Excelência de dedicar este volume ao Ano do Intercâmbio Brasil-Japão é uma valiosa contribuição para esse esforço conjunto.

(\$212)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante plenária de abertura do seminário Responsabilidade Social das Empresas e Direitos Humanos – Encontro de Presidentes
São Paulo – SP, 24 de junho de 2008**

Meu caro amigo governador do estado de São Paulo, José Serra,
Meu caro, recém-chegado, prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab,

Meus caros companheiros ministros Miguel Jorge, Fernando Haddad, Paulo Vannuchi, Edson Santos e Nilcéa Freire,

Meu caro Ricardo Young presidente do instituto Ethos,

Meu caro Oded Grajew, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos,

Senhor Roger Plant, diretor do Programa de Combate ao Trabalho Forçado da Organização Internacional do Trabalho,

Empresários aqui presentes,

Jornalistas,

Primeiro, meu caro Young, meu caro Oded e meu caro Paulo Vannuchi, quero dizer para vocês da alegria de vir a este encontro e encontrar esta quantidade de empresários, ou pessoas ligadas ao mundo empresarial, preocupadas em discutir a questão dos direitos humanos. Pela minha experiência na relação com os empresários brasileiros nos últimos 40 anos, eu posso aqui ser testemunha de que houve um avanço excepcional. Ninguém precisa sair daqui com remorso porque ainda não atingimos a plenitude nas nossas relações com relação aos direitos humanos, mas eu penso que nós avançamos demais. É só ver a quantidade de mulheres que estão aqui e nós percebemos que, na questão de gênero, as mulheres estão ocupando um espaço muito maior do que ocupavam há 15 ou 20 anos.



O José Vicente está aqui, eu o vi aqui, e tive a oportunidade de, no final do ano passado, participar da formatura da Unipalmarenses. Dos 120 jovens que se formaram, quase todos já estavam empregados, uma parte deles trabalhando em grandes bancos brasileiros e estrangeiros. Por que eu estou dizendo isso? É porque eu penso que o avanço é uma conquista que a gente vai plantando a cada dia. A baixa ascensão da nossa comunidade negra em postos importantes na indústria brasileira, nos bancos, nos setores de serviço, na máquina pública, a baixa ascensão das mulheres também, significa que há 30 anos nós não plantávamos as sementes que precisavam ser plantadas e por isso nós não colhemos os frutos que pensávamos que iríamos colher.

O importante é que a gente trabalha para que nos próximos 15 ou 20 anos a gente possa lembrar de uma reunião como esta e lembrar que a gente vai ter muito mais negros e negras em cargos importantes, vai ter muito mais mulheres em cargos importantes e vai ter uma certa igualdade no tratamento entre os diferentes segmentos da sociedade. Este ano, por exemplo, quando nós formos entregar o diploma dos primeiros 60 mil jovens formados pelo ProUni, 40% deles serão negros e, portanto, serão mais companheiros brasileiros afrodescendentes com possibilidade de disputar os cargos mais importantes da República, sem precisar de favores, mas disputando por competência, disputando por estarem preparados.

Eu acho que esse é um passo importante e acho que a gente pode fazer mais, mas de qualquer forma eu acho que os passos que nós estamos dando estão no caminho certo. Em um tempo desses o movimento sindical me procurou e queria que eu assinasse uma medida provisória reduzindo a jornada de trabalho para 40 horas semanais. Eu disse para eles que esse não era o papel do presidente da República, que a conquista da redução da jornada de trabalho era um processo de conscientização da sociedade e que, em vez deles pedirem para que eu fizesse uma medida provisória, eles fossem para a porta de fábrica fazer um abaixo-assinado para dar entrada no Congresso



Nacional em um projeto de lei de iniciativa popular, que seria uma conquista que teria, por trás dela, um debate na sociedade. Por que tem que ser o Presidente da República? A nossa Constituição de 1988 é, na verdade, uma Constituição cidadã. Ela garante, como no Estatuto da ONU, que todos são iguais perante a lei. Entretanto, a lei vai servir para que a gente possa fazer uma ação contra quem não cumpre aquilo. Mas o cumprimento das mudanças é uma mudança cultural e o tempo vai se encarregar de fazer com que nós sejamos quase perfeitos.

Veja que o mundo avançado, Oded, o mundo que nós chamamos de desenvolvido, é talvez a parte do mundo, hoje, mais preconceituosa do que o Brasil e outros países. Qual é o grande problema que nós temos no mundo desenvolvido hoje? É o preconceito contra a imigração. E o que é o preconceito contra a imigração? É o medo de perder o seu *status quo*, é o medo de perder o emprego, é o medo de ter alguém ocupando o seu espaço. Isso hoje é um problema extremamente sério em toda a Europa, e só tem uma solução para isso: não é proibindo os pobres de irem para a Europa, é ajudando a desenvolver os países pobres. Por isso é que nós falamos tanto na construção de parcerias com terceiros países, para que a gente possa produzir o etanol e o biodiesel em alguns países pobres que precisam de produção. Ainda não nos entendem, mas vão nos entender. Então, eu queria dizer isso.

Quero dar os parabéns a vocês, à Secretaria dos Direitos Humanos e ao Instituto Ethos, pela brilhante idéia de trazer para um debate empresarial temas que até outro dia parecia impossível a gente juntar meia dúzia de pessoas. Eu sei que tem muita gente que não cumpre, mas sei também que tem muitos empresários que, até sem se preocupar se estão cumprindo ou não coisas relacionadas aos Direitos Humanos, têm feito muito mais do que a média de outros países aparentemente desenvolvidos. Então, é um prazer estar participando aqui com vocês.

Quero, antes de mais nada, expressar aqui dois sentimentos distintos,



mas igualmente verdadeiros. Eles nos arrebatam quando constatamos que há quase 60 anos o Planeta conquistou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, lembrada oportunamente nesta cerimônia, que marca, também, os 10 anos de vida do Instituto Ethos. Parece Oded, que foi ontem, mas já faz 10 anos.

O primeiro desses sentimentos carrega um otimismo encorajador. Os compromissos aqui reiterados por presidentes de algumas das maiores empresas do País reafirmam a atualidade e a pertinência da Declaração de dezembro de 1948 na condução do desenvolvimento brasileiro, no século XXI.

Ao mesmo tempo, porém, é forçoso expressar a nossa perplexidade. Passadas seis décadas do mais ousado compromisso de paz assinado por entre as ruínas da Segunda Guerra, fronteiras marcadas por preconceito e discriminação voltam a circundar países e a separar continentes.

O vento frio da xenofobia sopra outra vez sua falsa resposta para os desafios da economia e da sociedade. Hoje, como ontem, o desemprego, a fome e a instabilidade financeira reclamam maior coordenação entre as nações e maior solidariedade entre os povos.

Contra os tambores do medo e da intolerância é preciso convocar o século XXI a defender o artigo 13º da Declaração de 1948, que nos diz: “todo ser humano tem o direito de circular livremente e de escolher livremente a sua residência no interior de um Estado”.

Em meio a ameaças e sombras, a trajetória brasileira distingue-se positivamente no cenário internacional. Graças a uma convergência de esforços entre o Estado e as organizações da sociedade civil, acumulamos um saldo de conquistas humanistas que ao mesmo tempo nos orgulha, redobra responsabilidades e encoraja a ir além.

Em nosso governo, o cuidado com os segmentos mais frágeis e os contingentes mais humildes deixou de ser encarado como ação meramente paliativa.



Desde o lançamento do programa Fome Zero, em janeiro de 2003, deixamos claro a nossa convicção de que a justiça social seria o novo motor do desenvolvimento brasileiro no século XXI. Creio que os fatos posteriores confirmaram essa aposta.

Políticas sociais consolidadas, como o Bolsa Família, desencadearam uma espiral ascendente de novas conquistas e oportunidades e ampliaram a margem de autonomia de milhões de cidadãos, ao mesmo tempo em que dilataram as fronteiras da produção e do mercado de massas em todo o País.

Essa concepção de desenvolvimento, indissociável do fortalecimento da cidadania, levou, por exemplo, à criação das Secretarias Especiais dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial e das Políticas para as Mulheres. Levou também à multiplicação e ao fortalecimento dos Conselhos Setoriais e à realização de 50 Conferências Nacionais, que mobilizaram milhões de pessoas em todo o território nacional.

Criamos também o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que vem contribuindo de modo constante para o debate e a sugestão de políticas públicas, contando com a participação de representantes dos mais amplos setores da sociedade.

Desse alicerce multiplicam-se ações e parcerias em defesa dos direitos da criança e da adolescência, a promoção da equidade de gênero e de raça, bem como a luta pela erradicação do trabalho escravo e a ampliação dos direitos dos portadores de deficiência física. Estamos falando, portanto, de uma dinâmica de construção nacional e não de uma política simplesmente compensatória.

Trata-se de trazer para dentro da economia e da democracia uma parte expressiva da população brasileira que durante séculos foi mantida na soleira da porta, praticamente do lado de fora do nosso País.

O compromisso reafirmado aqui por presidentes de grandes empresas demonstra que esse não é um objetivo acalentado apenas pelo governo, por



um partido ou uma esfera da nação. Quando dirigentes de cadeias produtivas afirmam que a sua responsabilidade não se restringe apenas a produzir mercadorias, mas também a produzir uma sociedade justa, é porque uma mudança qualitativa está se operando no organismo nacional.

Os números confirmam essa percepção. O avanço dos valores humanistas e republicanos explica a redução de 47% do trabalho infantil em nosso País nos últimos 12 anos. Reflete-se aí, também, o esforço de inclusão escolar associado a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, bem como a fiscalização intensificada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2007, esse conjunto de esforços democráticos ganhou o reforço do Programa Mais Educação e do Plano de Desenvolvimento da Educação. Fortalecemos, assim, uma engrenagem articulada de cooperação entre as ações da sociedade civil e das esferas federal, estadual e municipal para o aperfeiçoamento coordenado da qualidade do ensino na escola pública brasileira.

Ainda temos quase 5 milhões de crianças e adolescentes afastados do ensino por conta do trabalho rural, que dificulta seu acompanhamento do ano letivo. Porém, já podemos dizer com orgulho: não há mais mão-de-obra infantil no mercado formal de trabalho em nosso País. Porém, é preciso ir além. Mas, na verdade, um dos nossos maiores desafios hoje é fazer da empresa brasileira uma extensão do sistema educativo, especialmente na esfera da aprendizagem profissional da juventude mais pobre e humilde de nossa terra.

Erguer essa ponte de reaproximação entre o estudo e o trabalho é o objetivo da Lei do Aprendiz, regulamentada em 2005. Quase 2 milhões de brasileiros entre 14 e 24 anos precisam dela para transitar da exclusão à cidadania. Mais de 40% das empresas ainda não despertaram para esse compromisso crucial para a emancipação de uma parcela expressiva de nossos jovens. A adesão à Lei do Aprendiz pode significar a diferença entre a



esperança e o desalento, entre o emprego e a criminalidade, para milhares de jovens em todo o nosso País.

Outra iniciativa à espera do engajamento empresarial é a isenção tributária para doações destinadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, controlados pelos Conselhos municipais, estaduais e nacional.

Somente em 2007, a Subsecretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente já investiu 57 milhões de reais provenientes do Fundo Nacional. Mas precisamos de muito mais.

Cabe ainda exortar os dirigentes empresariais a um engajamento mais profundo na superação das discriminações de gênero e de raça no local de trabalho. Não é possível que, em pleno século XXI, uma mulher ou um trabalhador negro recebam salário inferior no exercício de funções equivalentes em uma mesma empresa.

A população negra representa 49,8% da demografia brasileira. É inaceitável que menos de um terço dos trabalhadores negros e pardos ganhem acesso a direitos trabalhistas no Brasil do século XXI. Pior ainda, essa herança da senzala se abate especialmente sobre os ombros da mulher negra. Apenas uma em cada quatro possui vínculo formal de trabalho em todo o nosso País.

A participação de negros em cargos de chefia nas empresas é igualmente incompatível com o perfil demográfico nacional. Apenas 9% dos postos de gerência são ocupados por eles, e não mais que 13% na esfera de supervisão.

Minhas amigas e meus amigos,

Para não ser apenas exclamativa, a igualdade de oportunidades deve contemplar uma chance real de se alcançar resultados concretos. Para que isso aconteça é preciso mais que palavras. São necessárias políticas afirmativas de gênero e de raça, bem como ações retificadoras da infraestrutura nacional, que corrijam a dimensão territorial do *apartheid* que abriga e reproduz a exclusão social dentro de nossa nação. Esse é o objetivo



estratégico do PAC Saneamento e Urbanização, bem como do Programa Territórios da Cidadania. Juntos, eles contemplam 874 grandes obras de saneamento; 306 projetos de urbanização de favelas, e a implantação de serviços de água, luz, escola e saúde nos 1.848 municípios brasileiros de menor Índice de Desenvolvimento Humano.

O que nós estamos dizendo com esses Programas é que a dignidade das famílias mais humildes, a saúde das suas crianças, o respeito pelos seus idosos e, mais que tudo, a esperança no olhar dos moços e moças desses lugares tornou-se, em nosso governo, uma prioridade. Tornou-se, portanto, uma parte essencial e indissociável da marcha do nosso desenvolvimento. É fácil entender o porquê dessa nossa quase obsessão.

A juventude brasileira hoje é predominantemente urbana e pobre. Significa dizer que 84% dos nossos jovens vivem nas cidades e 31% deles em regiões metropolitanas. Em São Paulo, por exemplo, 65% dos seus habitantes com idade entre 15 e 19 anos, moram na periferia. Figuram aí os filhos e as filhas de uma lógica de urbanização que fez a população favelada brasileira crescer seis vezes mais que aquelas dos centros urbanos, entre os anos de 1980 e 2000.

Reverter essa arquitetura da exclusão, onde germina o desalento e a revolta, é um dos maiores desafios brasileiros da nossa geração. Nosso governo decidiu enfrentá-lo, não apenas pelas nossas convicções e compromissos de vida, mas porque renunciar ou hesitar nessa frente significaria, praticamente, ceder uma parte vital do País e do futuro do nosso povo à criminalidade e à violência. Mas o Estado, sozinho, sabe que não vencerá essa disputa. Ela requer o engajamento de todas as forças e de todos os instrumentos da nação: movimentos sociais, partidos políticos, intelectuais, artistas, cientistas e empresários. Mas, sobretudo, é preciso engajar nessa trincheira a esfera produtiva, razão pela qual o compromisso feito neste evento por tantas e tão importantes empresas nos dá a certeza de que



conseguiremos, juntos, vencer mais esse desafio.

Meus amigos, minhas amigas, Governador, Prefeito, companheiros e companheiras. Quero relatar para vocês dois casos importantes, que merecem nossa atenção redobrada. O Brasil de hoje não é mais um país coadjuvante no cenário internacional, como era há alguns anos. O Brasil ganhou importância no mundo político e na esfera comercial. Alguns empresários aqui, que viajam o mundo e fazem negócios, sabem que em nenhum momento da nossa história o Brasil foi tão levado a sério, como está sendo levado agora.

Nós já somos os maiores produtores de muitas coisas no mundo, nós já somos competitivos em muitas coisas no mundo. Ainda agora, tivemos a sorte de encontrar petróleo e poderemos nos transformar no terceiro maior produtor de petróleo do mundo, sem que nenhum de nós precise utilizar um daqueles turbantes de sheik. Vamos continuar sendo brasileiros, mais para cariocas, baianos, paulistas, do que para sheik árabe.

Isso tem criado um pequeno problema na disputa internacional. Hoje nós percebemos, quando viajamos o mundo, que começou-se a dizer que no Brasil nós praticamos trabalho escravo como, por exemplo, no corte da cana-de-açúcar. E eu tenho dito, como resposta, que o trabalho na cana-de-açúcar é penoso, o trabalho no corte de cana é penoso – é um trabalho que eu, particularmente, não gostaria de fazer – mas não é mais penoso do que as minas de carvão que desenvolveram o mundo desenvolvido no século passado. Nós temos consciência de que melhorar as condições de trabalho no corte de cana neste País passa pelo fato de as usinas brasileiras comprarem máquinas para fazer o corte da cana que hoje fazem os trabalhadores, e evitar as queimadas que hoje os trabalhadores preferem que sejam feitas. Mas não termina por aí. O que fazer com esses milhões de trabalhadores que hoje estão engajados no corte de cana pelo País inteiro? Tirá-los de um trabalho penoso e não permitir que eles virem mendigos nos grandes centros deste País é um desafio, Governador, para você, para mim, eu diria, para os prefeitos das



idades brasileiras. Nós temos que encontrar uma saída em que, ao mesmo tempo em que a gente vá trabalhando a mecanização do campo, a gente vá formando profissionalmente essas pessoas, para que elas possam ter oportunidade de ter acesso a um outro tipo de trabalho, menos penoso e menos sofrido do que esse.

Enquanto isso não acontecer, estamos trabalhando com a Única para ver se construímos, não um contrato nacional, por causa das diferenças nas regiões no Brasil, mas um contrato que permita, em função da realidade de cada estado, de cada região, estabelecer novas normas, que poderíamos considerar conquistas humanas para os trabalhadores desse setor, considerado um trabalho muito pesado.

Mas não basta (inaudível). O embate é muito mais duro, o embate é muito mais sofisticado, porque na medida em que o Brasil começa a ganhar mercado, na medida em que o Brasil começa a ocupar espaços que antes eram de outros países, nós vamos enfrentar um debate normal, comercial, que uma empresa enfrenta com outra. Nós não podemos apenas ficar reclamando, nós temos que estabelecer uma estratégia nossa para que a gente possa vencer esse debate.

Eu dizia, um dia desses, ao ex-ministro Roberto Rodrigues: é preciso juntar a inteligência brasileira para que a gente possa construir, não apenas um discurso, mas uma ação política, interna e externa, para que a gente possa vencer esse bom debate, e dizer claramente que as condições de trabalho no Brasil ainda não são aquilo que todos nós sonhamos, mas que nós não aceitamos que falsas acusações tentem colocar obstáculos às coisas que o Brasil faz lá fora.

Nós temos muitos problemas, nós temos que resolvê-los e vamos ter que resolvê-los, até porque eu acho que a presença de vocês aqui é uma demonstração do avanço e da compreensão de que essa harmonia entre o mundo do trabalho, o mundo do capital e os governos é uma necessidade para



que a gente dê os passos necessários para consolidar o Brasil, definitivamente, como um país altamente desenvolvido. Esse é um debate que nós precisamos fazer conjuntamente, que não pode ter divergência partidária, que não pode ter divergência empresarial, que não pode ter divergência política. É um debate do Brasil com os seus competidores.

Vocês percebem que o antagonismo que se tinha à questão dos países comunistas, no caso da China não tem. Ninguém reclama que a China tem um partido único, ninguém reclama que a China só tem o jornal do partido, ninguém reclama que a televisão não tem tantas pluralidades como a nossa. Por quê? Porque as pessoas lá estão ganhando dinheiro. Então, você percebe que a questão ideológica também não tem muita coisa a ver com os interesses do capital, quando o lucro está garantido.

Complicado é fazer tudo que nós estamos fazendo, em um regime altamente democrático, com o Congresso Nacional em pleno funcionamento, com a imprensa na sua plenitude de liberdade democrática, com os partidos políticos brigando entre si, e quando não têm mais como brigar entre si, brigam com os outros. Nós estamos vivendo, construindo este País, e cada um de nós tem um pouco de responsabilidade.

E a questão dos direitos humanos tem muito a ver com isso porque, cada vez mais, isso será levado a sério nos debates internacionais. O nosso produto terá mais vantagem comparativa se, além de ter boa qualidade – em cada grão de coisa que nós exportamos, em cada ½ litro de álcool que nós exportamos, em cada quilo de minério de ferro que nós exportamos, em cada avião da Embraer que a gente exportar, em cada telefone celular –, se em cada um desses produtos tiver uma coisinha de inclusão social e de conquista de direitos humanos, o nosso produto terá muito mais vantagem comparativa.

No governo federal, eu penso que nós avançamos. Eu quero, aqui, reconhecer o trabalho extraordinário que o companheiro Paulo Vannuchi fez. Na questão do (inaudível) social de pessoas com deficiência, nós criamos a



oficina de órtese e prótese no Nordeste brasileiro, 2 mil escolas acessíveis por ano, programa de habitação acessível, decreto para conversão industrial.

Eu sei que é um problema, também. No último encontro que eu tive com os portadores de deficiência em Brasília, eu designei o ministro Paulinho Vannuchi para fazer um levantamento, dentro do governo, das áreas que não estão fazendo aquilo que nós queremos que façam. Nós precisamos ter, em muitas funções, pessoas portadoras de deficiência. Eu estava cobrando agora do Paulinho e ele falou: “Presidente, é mais difícil a gente fazer o levantamento do que a gente falar”.

Mas eu acho que o governo, se quiser convencer vocês de que é possível fazer, precisa ser exemplo. O governo federal, o governo estadual, o governo municipal, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Vale do Rio Doce podem contribuir, a Petrobras pode contribuir, o BNDES pode contribuir. Se cada um de nós construir um conjunto de medidas que sirvam de exemplo de que é possível, eu acho, meu caro José Vicente, que daqui a 20 anos – todos nós, se Deus quiser, estaremos vivos, porque a Medicina vai evoluir e vai nos permitir estar aqui – a gente vai poder perceber que avançamos muito. Por quê? Porque neste momento eu acho que todos nós estamos plantando melhor, nós estamos plantando uma semente, eu diria, mais trabalhada do que a semente plantada há 30 anos e, certamente, o que nós vamos colher é uma lavoura muito melhor na área de Direitos Humanos.

Parabéns aos companheiros do Instituto Ethos, parabéns ao companheiro Paulinho Vannuchi, parabéns aos empresários que aqui vieram.

Um abraço e boa sorte.

(\$211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a
cerimônia de assinatura de atos do PAC - Saneamento e Habitação II**

Palácio do Planalto, 24 de junho de 2008

Companheiras e companheiros ministros,
Companheiros governadores,
Companheiras e companheiros deputados federais,
Senadores da República,
Prefeitos,
Meus amigos e minhas amigas,

Na verdade, companheiro Jaques Wagner, eu lamento profundamente que você esteja tão sequioso de participar da festa de São João, se ainda são seis horas da tarde, e você pode muito bem acender a fogueira às dez horas da noite. Afinal de contas, você não é dos maiores foliões, vai apenas assistir, quem vai dançar são os outros. Nós, aqui em Brasília, também teríamos direito a uma festa de São João, mas alguém tem que trabalhar para este País ir para a frente.

Nós precisamos ter em conta por que eu tirei o João Paulo da festividade dele, em Recife, e você, da Bahia. É porque hoje nós assinamos aqui ordens de serviço de quase 1 bilhão e 900 milhões de reais, e a ordem de serviço significa que a obra pode começar amanhã. Depois do dia 4 de julho nós não vamos mais poder assinar contratos. O prefeito que tiver uma obra do PAC pode continuar a obra com a contrapartida dele, se tiver dinheiro, sem a certeza de que vai receber de nós depois.

O dado concreto é que depois do dia 4 de julho nós não vamos mais poder assinar contratos. Os contratos vão ficar para ser assinados depois das



eleições. Por isso era importante fazer este ato hoje, amanhã ou depois de amanhã, mas quanto mais próximo do dia 4 nós fizéssemos o contrato, mais difícil seria o começo da execução das obras. Só este aviso, companheiro Jaques Wagner, para que o povo da Bahia me perdoe por tirá-lo... O Prefeito de Juazeiro, onde tem uma grande festa, não está reclamando porque ele sabe que vai preparar espaço para fazer uma fogueira muito maior no ano que vem.

Eu fiquei pensando no que eu ia falar. Em Teresina não tem festa de São João? Tem. Não tem em Manaus, onde o calor já é muito grande e se fizer... Em Cuiabá, então, se fizer uma fogueira, acaba de derreter o povo lá. Mas eu fiquei pensando no que falar para governadores com tanta pressa de ir embora, para prefeitos que têm que voltar para suas capitais, para a imprensa tão sequiosa de alguma novidade, para deputados que não estão indo embora, estão chegando hoje para suas atividades.

Eu fiquei pensando: o que falar? E vou dizer uma coisa a vocês. Eu penso que muita gente faz um esforço incomensurável... Incomensurável já é chique meu, aqui. Eu podia falar “um esforço muito grande”, mas já meti um “incomensurável” aqui para mostrar que eu estou ficando sofisticado. Tem muita gente que faz um esforço muito, mas muito grande para não entender o que está acontecendo no Brasil.

Primeiro, um comportamento republicano que poucas vezes aconteceu na história deste País. Eu duvido que tenha neste País um governador de qualquer partido político ou um prefeito de qualquer partido político que possa dizer que, por qualquer razão, o governo federal o preteriu nas discussões dos investimentos federais nos estados. Eu tenho dito isso nos encontros de prefeitos, com mais de 4 mil prefeitos, e hoje nós temos obras do governo federal em mais de 5 mil cidades deste País. Eu duvido que alguém diga “não foi obra do meu município porque eu sou do PFL, do DEM, do PSDB, do PSC, do PPS”. Duvido.

A segunda coisa que eu acho importante a gente ter em conta é que,



como há muito tempo o Brasil não via acontecer o que está acontecendo, é importante a gente dizer que quando nós resolvemos fazer investimentos nas principais regiões metropolitanas deste País, não é porque eu tenha culpa de ter favelas lá, não é porque eu tenha culpa de ter palafitas lá. Não. São os sábios que governaram este País nos últimos 40 anos. Se a gente analisar o que era cada capital deste País na década de 70, vamos perceber que poucas capitais tinham favelas. Isso para não dizer que, 40 anos atrás, favela era motivo de samba-enredo dos grandes poetas brasileiros.

O que nós estamos fazendo é reparar a irresponsabilidade que alguns governantes deixaram acontecer nas capitais brasileiras, porque a gente poderia ter feito intervenções quando tivesse um, dois ou três barracos. Mas quando tem mil ou 2 mil, já virou um problema social, já virou uma cidade, e ninguém mais mexe. Todos nós, sem distinção, temos responsabilidade: o vereador, o deputado, o prefeito, o governador. Todos, que na época das eleições, querem uma beirinha de voto. E também a imprensa tem responsabilidade, porque na hora em que um prefeito vai tirar, a imprensa é a primeira a denunciar o prefeito. Então, ninguém mexe com ninguém e vamos deixando as pessoas viverem apinhadas, em lugares inadequados, em lugares que as colocam em risco de vida. E criamos verdadeiras cidades à beira de cidades, à margem de rios, à margem de córregos, nas encostas de morros, onde proliferaram - em função das péssimas condições de vida e da ausência do Estado brasileiro - o crime organizado, o narcotráfico, que tanto assustam parte daqueles que foram responsáveis pelo surgimento dessa situação no Brasil.

O PAC é o começo da reparação disso, e eu tenho certeza de que cada prefeito e cada governador tem consciência do significado dos investimentos que estão fazendo nas áreas mais problemáticas dos seus estados, das suas cidades, levando o papel do Estado lá para dentro: é o governo estadual que vai lá para dentro, é a prefeitura que vai estar lá dentro, é o governo federal



que vai estar lá dentro, é a delegacia que pode estar lá dentro, é a biblioteca que pode estar lá, é a escola que pode estar lá. Então, nós estamos criando a chance de dizer ao povo, que foi excluído durante tanto tempo, que o Estado brasileiro resolveu competir com o crime organizado, com o narcotráfico, resolveu fincar seu pé dentro dos lugares mais degradantes deste País, para tornar a vida das pessoas mais digna e mais decente.

Pasmem, meus amigos e minhas amigas, eu me deparo com algumas manchetes assustadoras: “Obras do PAC têm corrupção” ou “Corrupção nas obras do PAC”. Quando a gente vai pescar, pelo tamanho do surubim, a gente percebe que tem ali, nada mais, nada menos do que um mandi-chorão, daqueles bem pequenininhos. Eu quero retratar, aqui, o que disse a ministra Dilma sobre os 119 municípios investigados. Ninguém pode dizer ainda que algum prefeito cometeu erros, porque está em processo de investigação.

Eu quero dizer em alto e bom som: nós precisamos aprender, neste País, a só culpar uma pessoa quando o inquérito estiver terminado, e acreditar piamente que as pessoas podem ser inocentes até prova em contrário. A mim, me magoa muito saber que nomes de pessoas aparecem nos jornais e, no dia seguinte, não tem uma viva alma neste País para telefonar para alguém que foi inocentado e pedir desculpas, desculpas pela barbárie, desculpas pelos erros. Aqueles que forem, efetivamente, praticantes da malversação do patrimônio público, a esses, a lei; a esses, a justiça; e, se for necessário, a cadeia. Mas neste País também tem lei em que a pessoa é cassada por corrupção quando é governador, e pode ser candidato ao Senado na eleição seguinte. Você tira um mandato de quatro anos e dá um de oito anos.

Significa também – eu estou dizendo, no PAC – que nós, políticos brasileiros, vamos ter que ter coragem para pensar seriamente numa reforma política e vamos ter que pensar numa legislação eleitoral que não permita que a gente fique à mercê da interpretação da Justiça Eleitoral. É preciso ter coragem para fazer uma lei que, em primeiro lugar, interesse ao povo



brasileiro; em segundo lugar, que consolide os partidos políticos; e, em terceiro lugar, que faça o povo acreditar que as coisas serão mais sérias a partir da instituição de uma nova legislação e de uma reforma política neste País.

Mas vamos voltar aos dados. Das 119 cidades, como eu conheço muito o Brasil, uma grande maioria delas deve ter 10 mil, 8 mil, 15 mil habitantes, são cidades muito pequenas. Logo de cara eu disse para a Dilma: não tem obra do PAC nessas cidades. Pode ter qualquer coisa, mas eu conheço grande parte daquelas cidades e sei que não têm obras do PAC. Qual é a conclusão a que nós chegamos, meu caro João Paulo? Das 119 cidades, 37 têm obras do PAC, mas pasmem: nem a Polícia Federal, nem a CGU, nem o Tribunal de Contas, que começou essa investigação... Tem casos de 1998. Mesmo os que começaram em 2003, o PAC é de 2007. Ninguém ainda pode dizer, nem a Casa Civil, nem a Caixa Econômica Federal, nem o Ministro das Cidades, nem um jornalista, ninguém pode dizer qual é a obra que está sendo investigada, porque está ocorrendo sob sigilo da Justiça.

Pasmem: apenas 37 cidades têm obras do PAC, mas nós não sabemos se são elas que estão sob investigação. Dessas 37 obras do PAC, apenas 8 cidades começaram as obras. De quase 1 bilhão e 800 milhões de reais, foram liberados, nessas 8 cidades que começaram as obras, apenas 15 milhões. Isso significa menos de 1% do dinheiro previsto para essas obras. Entretanto, a loucura que muitas vezes está impregnada na cabeça dos julgadores parte, de forma muito agressiva, para primeiro fazer a acusação, primeiro achar o culpado. E qual é o culpado? É o PAC, porque ele agora se apresenta na política brasileira como o Bolsa Família há três anos. Quantos apostaram que o Bolsa Família não valia nada? Depois que dá no New York Times, depois que o Banco Mundial reconhece, depois que o mundo inteiro diz que o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do mundo, e que aparece nas pesquisas de todos os institutos, as pessoas começam a reconhecer.

Com o PAC é a mesma coisa. Somente quem anda pelo Brasil sabe o



que é o PAC. Nem da minha casa, em São Bernardo do Campo, nem do Palácio da Alvorada, e muito menos do meu computador, no gabinete da Presidência, eu tenho consciência do que significa o PAC neste País. Nós não temos consciência do que significa o resultado da distribuição dos recursos arrecadados com o dinheiro do povo brasileiro devolvido em forma de obras, em forma de luz, em forma de água encanada para as pessoas tomarem banho, em forma da possibilidade de colocar uma casa de farinha na sua casa, em forma de benefícios para colocar uma guia e uma sarjeta, que muitos prefeitos tratam como meio-fio. Quem nasceu em rua asfaltada não sabe o que é um cidadão que mora na periferia ter que trabalhar em tempo de chuva, não tem a menor noção. Por isso, muita gente gosta de filosofar sobre um país que faz questão de não conhecer.

Para vir até aqui, viajei de São Paulo com a nossa querida Maria Fernanda, presidente da Caixa Econômica Federal, e com o nosso querido Lima Neto, presidente do Banco do Brasil. O Lima Neto me dizia uma coisa que me deixou entusiasmado. Quando nós ganhamos as eleições, este País tinha 300 bilhões – meu caro Luiz Henrique, meu caro Arruda, meu caro Wagner, meu caro Alcides – de crédito, o País inteiro. Este ano, só o Banco do Brasil tem 200 bilhões de crédito. O País chegou a mais de 1 trilhão de reais de crédito, uma pequena bagatela de 700 bilhões a mais do que aquilo que nós encontramos. Estou pedindo à companheira Maria Fernanda para, num ato destes, fazer uma apresentação. Este ano, quando concluir o ano, a Caixa Econômica Federal vai poder dizer aqui que, em dois anos do meu segundo mandato, nós já fizemos mais investimentos do que nos quatro anos do meu primeiro, em que tínhamos feito muito mais investimentos do que nos oito do governo anterior.

Este País aprendeu, e está aprendendo, que nós não queremos mais fazer apologia à miséria, não queremos mais fazer apologia à pobreza. Queremos fazer apologia à esperança, à possibilidade de a gente crescer, à



possibilidade de a gente melhorar. É só ver os números do Ipea, de ontem, e cada ano vai ser melhor.

Estamos vivendo, agora, uma crise mundial na agricultura. Pois bem, para os outros pode ser crise, mas para este País é oportunidade. Por isso, vamos a Curitiba lançar o Plano Safra na semana que vem – acho que terça ou quarta-feira –, da agricultura empresarial, do agronegócio, não apenas para dizer que tivemos coragem de fazer a negociação das dívidas, que os agricultores esperavam há mais de 20 anos e ninguém tinha coragem de fazer. Nós fizemos e vamos desafiá-los: se o mundo quer carne, nós saberemos produzir; se o mundo quer álcool, nós saberemos produzir; se o mundo quer soja, nós saberemos produzir.

Vou sair de Curitiba e venho para Brasília para lançar o Plano da Agricultura Familiar, para dar a mesma resposta. O problema é o feijão, é o tomate, é a cebola? Pois bem, vamos estabelecer um programa de mais alimentos para que a gente possa criar políticas de financiamento e duplicar ou triplicar a produção da agricultura familiar. Se o mundo tem fome, este País pode contribuir para ajudar a dar comida àqueles que querem comida.

Este País precisa ser compreendido, e não precisam depositar o mérito nas costas do governo. Depositem na sorte ou digam que Deus é brasileiro, mas façam um favor: compreendam o que está acontecendo neste País; compreendam a atuação da Polícia Federal, que nós reaparelhamos, que fizemos concurso; compreendam o trabalho da CGU, que botamos para funcionar. Para nós, o combate à corrupção, o combate à má-utilização do dinheiro público não é apenas uma questão de honra. É uma necessidade a gente fazer com que o pão deste País seja distribuído de forma mais equânime. Não tem necessidade de um prefeito ter um atravessador, não tem necessidade de um deputado, que aprovou uma emenda, tentar fazer com que ela chegue meio destrambelhada na cidade. É tão mais fácil a gente fazer as coisas certas.



Da nossa parte, eu não quero que a Polícia prenda ninguém, nem que o Tribunal acuse ninguém, mas nós não mediremos nenhum esforço para fazer com a que a CGU, a Polícia Federal e tantos outros órgãos deste País possam acompanhar cada centavo que sai do governo federal para os municípios. O que não queremos é cometer injustiças. Como eu já fui, muitas vezes, vítima de injustiças, eu não quero cometer nem com os meus adversários aquilo que cometem comigo a vida inteira.

Este País não tem retorno. Podem acreditar, prefeitos, não tem retorno. Vocês vão se cansar de fazer obras, porque não pensem que este PAC termina agora, não. Logo, logo terá um outro PAC. Nós aprendemos a gerenciar, e vocês aprenderam, nesse quase 1 ano e meio de PAC, a fazer projetos, a vencer obstáculos, a envolver segmentos da sociedade para a gente fazer o que está fazendo hoje. Imaginem vocês se o Brasil tivesse utilizado um PAC há 10 anos, e se nós estivéssemos, há 10 anos consecutivos, fazendo investimentos em obras de infra-estrutura, em urbanização de favelas, em habitação, em água potável, em tratamento de esgotos. Este País seria uma maravilha.

Entretanto, isso não aconteceu, e nós vamos fazer acontecer, porque esse é o jeito que nós pensamos em tratar as prefeituras, Luiz Henrique, quando fomos deputados constituintes, que fizemos as leis trazerem mais benefícios para os prefeitos, que depois foram desmontadas. Nós não queremos que os prefeitos venham a Brasília pedir favor ao governo federal. Não queremos e nunca quisemos. Nós vamos ao encontro dos prefeitos. Estou há 6 anos aqui. Eu fui a todos – só não fui na eleição presidencial – os atos dos prefeitos com os ministros, para dizer aos prefeitos: reivindicuem. A gente pode atender e pode não atender. Cada prefeito brasileiro, hoje, pode olhar na minha cara, e ver dentro dos meus olhos que eu sou petista. Mas podem saber que, pelo fato de ser do PSDB, do PFL ou de qualquer outro partido, nunca foi tratado de forma diferente.



Esse é o PAC que está dando certo, esse é o PAC que vai mudar a história deste País. Este é o último ato do qual eu participo nessa fase de lançamento de coisas. A partir do mês que vem... Eu tenho uma agenda complicada no mês de julho. No mês de julho tenho que ir ao G-8, vou ao Japão, do Japão vou à Indonésia, da Indonésia vou ao Vietnã, do Vietnã vou ao Timor-Leste, depois volto para cá. No meio do mês eu vou a Portugal, na reunião da CPLP, onde vamos anunciar, Luiz Henrique, a construção de uma universidade – que nós vamos fazer – para estudantes africanos, porque entendemos que é o pagamento da reparação de 300 anos de escravidão que este País praticou.

Depois nós voltamos e, quando chegar o mês de agosto, tenho que ir à China para a abertura das Olimpíadas. Já tinha decidido não ir, mas o Rio de Janeiro foi uma das cidades escolhidas entre as quatro. E lá estarão o Bush, o primeiro-ministro do Japão, o meu amigo Zapatero, primeiro-ministro da Espanha, pedindo votos para os seus países, e eu não posso perder por ausência. Vou tentar arrumar uns votinhos para a gente poder trazer as Olimpíadas, em 2016, para o Brasil.

Aí, vou começar uma nova fase. Vou começar um processo de inauguração de escolas técnicas e de campi universitários; vamos inaugurar as escolas técnicas e as extensões universitárias; vamos inaugurar as obras de irrigação; e depois vamos começar a visitar as habitações que estamos fazendo. Vocês vão perceber que, desde o governo Figueiredo – faça logo o levantamento, minha filha –, é o momento mais extraordinário da Caixa Econômica Federal em investimentos em habitação.

Este momento, eu diria, é um momento de ouro para este País. É um momento em que o governo tem que ter juízo e responsabilidade, em que o Congresso tem que ter juízo e responsabilidade, em que a imprensa tem que ter juízo e responsabilidade, em que a gente precisa colocar o País acima do bem e do mal, acima dos partidos políticos, acima das coisas que a gente



gosta e que não gosta, porque este País não vai jogar fora esta oportunidade que todos nós conquistamos.

Eu tenho consciência do que é este momento do País, meus companheiros, porque vivi os outros momentos como presidente do Sindicato. Eu sei como é prazeroso poder dizer aos meus companheiros: nos primeiros cinco meses do ano nós criamos 1 milhão e 50 mil empregos com carteira profissional assinada. Eu sei porque passei 20 anos na porta de fábricas, vendo as empresas demitirem trabalhadores. Ia às cinco horas da manhã, à meia-noite, chorar com os trabalhadores, sabendo que não podia fazer nada. Você também, João Paulo.

Hoje, é com muito orgulho que a gente vê a construção civil brasileira – que passou 20 anos só decaindo, decrescendo – dar um salto de qualidade, porque tivemos coragem de fazer mudanças na lei, de dizer que o cidadão que compra uma casa e não paga vai perder a casa, da mesma forma que ele perde qualquer bem. Quando nós fazemos uma dívida, é para pagar. Fizemos a Lei de Afetação, reduzimos material de construção, e vamos fazer mais coisas.

Não pensem que nós esgotamos o nosso arsenal de coisas boas para este País. Basta que o Congresso Nacional nos dê uma mãozinha na reforma tributária, que o resto vai acontecer neste País, porque os estados readquiriram capacidade de investimento, as Prefeituras estão readquirindo capacidade de investimento, a União readquiriu capacidade de investimento, e este País só pode dar certo se for assim. Nos 20 ou 25 anos para trás, a gente ficava apenas remoendo o leite derramado. E agora nós estamos remoendo, na verdade, a expectativa que este País conquistou, Suplicy, de se transformar definitivamente numa grande economia.

Eu disse, no dia da minha posse, em 2003: nós vamos começar fazendo o necessário, depois vamos fazer o possível e, quando menos esperarem, a gente vai estar fazendo o impossível. E podem ficar certos de que nós temos



muito mais coisas a oferecer para este País. Esperem, porque eu disse também que qualquer presidente da República poderia errar, ele terminava o seu mandato, voltava para casa e não acontecia nada. Eu não posso. Quando terminar o meu mandato eu quero voltar a andar com os meus amigos na porta das fábricas, quero visitar os trabalhadores rurais, quero visitar os catadores de papel, porque eu estou presidente, mas não me esqueci de onde vim e não me esqueci para onde devo e quero voltar.

Muito obrigado, um abraço, e vamos ao PAC.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante solenidade de entrega da medalha Heróis de 1958 a jogadores da Seleção brasileira de 1958

Palácio do Planalto, 26 de junho de 2008

Primeiro, quero cumprimentar o meu companheiro José Alencar, vice-presidente da República e ex-jogador de futebol de várzea,

Cumprimentar o meu companheiro Arlindo Chinaglia, que eu penso que nunca chutou uma bola, fez política desde pequeno,

Cumprimentar o Arruda, governador do Distrito Federal, que disse que foi bom de bola na juventude,

Cumprimentar o nosso querido companheiro Orlando Silva, ministro do Esporte,

Sérgio Rezende, ministro da Ciência e Tecnologia,

Nosso companheiro Luiz Barreto, ministro interino do Turismo,

Nosso companheiro José Múcio, ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais,

Cumprimentar o Ricardo Teixeira,

Cumprimentar nosso jovem João Havelange,

Cumprimentar o nosso querido companheiro Zagallo. A gente poderia, cumprimentando o Zagallo, cumprimentar todos os nossos companheiros jogadores de futebol. Mas seria deselegante da minha parte, ao fazermos este evento em uma singela homenagem ao que significou o feito de vocês em 1958 para a nação brasileira e para aqueles da minha geração, e eu não poderia deixar de citar cada companheiro aqui presente, porque cada um tem uma passagem na minha vida, como torcedor de futebol.

Em 1958, Zagallo, eu tinha 13 anos de idade. Eu me lembro da Seleção Brasileira jogando contra o Corinthians, e me lembro que pelo fato de o Gilmar



estar na Seleção, o goleiro do Corinthians era o Cabeção. Eu me lembro da raiva com que eu saí do estádio do Pacaembu, em 1957, quando o De Sordi e a turma dele tiraram o título do Corinthians. Eu me lembro quando o Djalma Santos, quase um herói anônimo na Portuguesa de Desportos, antes de ir para o Palmeiras, fazia espetáculo jogando na lateral direita. Do Pelé eu não vou falar, porque a minha relação com o Pelé é uma relação de amor e ódio. É uma relação de admiração como a coisa mais importante que aconteceu no futebol do mundo, mas ao mesmo tempo foram 15 anos de sofrimento, no período da minha adolescência. Você não sabe o que você poderia ter causado, com a sua turma, com o Zito, com o Pepe, a um jovem esperançoso, de tanto derrotar o Corinthians.

Ao querido Bellini, em 1957 eu vi um jogo do Vasco da Gama, não sei se com o Botafogo, e depois que terminou o jogo o Bellini tinha uma postura tão imponente dentro do campo – tanto é que o Pelé o chamava de senhor – em 1958, que eu então virei torcedor do Vasco até hoje. Falar do Zito, eu acho que é desnecessário porque não como jogador apenas, mas como homem, tudo que a gente ouvia falar do Zito era uma coisa exemplar, e é exemplar se os jovens tiverem a vontade de acompanhar a carreira política de vocês.

O nosso querido Mazzola, que teve o privilégio de jogar pela Seleção Brasileira em 1958 e depois jogar pela italiana em 1962. É o que vale ter duas nacionalidades. O Mazzola, embora tenha ficado pouco tempo aqui, eu também tive muita bronca do Mazzola, porque ele foi ser exatamente centroavante do Palmeiras, arqui-rival do Corinthians. Não era fácil um jogo Palmeiras x Corinthians, com o Mazzola marcando gols no meio-combalido time do Corinthians, que tinha acabado a geração de 1954 como campeão do Quarto Centenário.

O nosso querido Pepe que, possivelmente, deveria ter uma função na Seleção, Ricardo Teixeira: ensinar aquela meninada a bater faltas e escanteios. Não precisava de mais nada. É impressionante. Agora, como



torcedor – aqui não é o presidente da República que está falando –, é impressionante, tem um monte de homens brigando dentro de um espaço de três metros quadrados, dando cotoveladas, esperando uma maldita bola que alguém vai chutar para a cabeça deles e, muitas vezes, Pelé, não conseguem fazer a bola chegar até a cabeça de ninguém. Ela vai quase que rasteira. Acho que, com meus 62 anos, eu sou capaz de fazer uma bola chegar à cabeça... Imaginem se o Pelé não tivesse o Durval, o Garrincha ou o Pepe cruzando bem as bolas, como é que iria marcar gols de cabeça?

O nosso companheiro Moacir. Sabem que o Moacir... Embora eu não seja flamenguista, sabia de cor e salteado a linha do Flamengo de 1957: Joel, Moacir, Henrique, Dida e Zagallo. Depois saiu o Zagallo e entrou o Babá. Esses meninos foram para a Copa do Mundo, e depois o Moacir desapareceu. Eu nunca mais tinha ouvido falar no Moacir quando, um dia desses, ligo a televisão – nessas madrugadas em que a gente tem tempo de ver televisão –, e tinha uma dessas TVs a cabo fazendo uma reportagem com o Moacir lá no Equador, treinador de uma escolinha.

O nosso companheiro Dino Sani. Grande Dino Sani. Era grande quando estava no São Paulo, ficou maior quando foi para o Corinthians, e foi grande quando estava na Seleção Brasileira.

O nosso querido Orlando que, junto com o Bellini, fazia parte daquela defesa gloriosa do Vasco da Gama, em 1957.

O Gilmar não pôde vir porque está um pouco enfermo, mas está aqui o seu filho. Grande goleiro Gilmar dos Santos Neves, que me encantava de orgulho quando era o goleiro do Corinthians, e me encantava de tristeza quando era o goleiro do Santos. Mas é importante...

O Nilton Santos não veio também. Estive, noutro dia, com o Nilton Santos aqui. É uma pena... Um homem que, jogando apenas 45 minutos num campeonato sul-americano, foi considerado a enciclopédia do futebol, numa demonstração de que, muitas vezes, o País precisa relembrar essas coisas



para que sirvam de inspiração para a nossa juventude. Eu não acredito que uma nação vá para a frente se não tiver a auto-estima muito forte, se não houver uma coisa de patriotismo na alma de cada um de nós. Quando a gente veste a camisa da Seleção Brasileira, está vestindo a camisa da nossa nação, está representando os milhões de brasileiros e brasileiras. Portanto, tem que entrar ali quase para comer o dedo da gente mesmo para ganhar o jogo. Lamentavelmente, não estamos mais nesse momento.

Acho que o simbolismo de vocês... De vez em quando, no Brasil, a gente mostra muitas derrotas. Eu me lembro de quantas e quantas imagens eu vi, de 1950 a 1970, daquele jogo contra o Uruguai, na Copa de 70, no México. Não tinha uma semana que a gente não visse os dois gols do Uruguai contra a gente, em 1950. Quando a gente ganha, passa uma vez; quando a gente perde, passa 20 anos consecutivos. Meninos, como o Pelé, que não tinham nada a ver com aquele jogo de 1950, poderiam receber imagens de coisas muito mais positivas. Era um massacre: o Uruguai era invencível, era difícil... Isso criava um clima psicológico desnecessário na meninada.

Pois bem, nós hoje estamos aqui, eu diria, quase num processo de reparação, das muitas reparações que temos que fazer no Brasil. Não apenas porque vocês foram campeões do mundo, em um momento em que vocês saíram do Brasil desacreditados, mas pelo significado que vocês tiveram para a minha geração e para a geração de vocês. Eu diria que foi exatamente a partir de 1958, quando a gente vivia um momento importante no Brasil, era o início da construção desta cidade, quando o Juscelino passava um otimismo extraordinário para a sociedade brasileira, era o início da bossa nova, era o início de uma coisa muito positiva que acontecia no Brasil...

Acho que vocês contribuíram, de forma decisiva, para que nós pudéssemos compreender que o Brasil poderia ir muito mais além do que o fracasso de 1950 ou o fracasso de 1954; que poderíamos nos transformar num país extremamente vencedor; e que poderíamos ter ganhado outras Copas do



Mundo: a de 1998, a de 2006... Jogador e nome a gente tinha, mas só com isso não se ganha o jogo. Vocês que estiveram lá sabem que o estado psicológico de um jovem, Zagallo, faltando três dias para decidir a Copa do Mundo, não é fácil. Se um político, para fazer um debate, tem até dor de barriga, imaginem um jogador de futebol, jovem, que sabe que no dia seguinte vai entrar num estádio, a nação inteira vai estar assistindo ele, o pai e a mãe, todo mundo distante, uma torcida, normalmente contra... Se não tiver um controle psicológico fantástico, não vence.

Então, muitas Copas que perdemos, não perdemos por falta de craques. Acho que nós perdemos por outras coisas, que não me cabe explicar, mas, certamente, todos vocês têm uma imaginação do que aconteceu. Sobretudo quando temos, entre nós, um especialista em Seleção Brasileira. Vamos ver o Zagallo. O Zagallo, muitas vezes polêmico, muitas vezes questionado... Vamos ver quem, no mundo, entende mais de Copa do Mundo do que o Zagallo? O Zagallo foi campeão do mundo em 1958 e em 1962; foi técnico campeão em 1970; foi técnico em 1974; e outro dia eu disse, em uma entrevista, que foi a última vez em que eu bebi exageradamente.

Eu estava no Sindicato, Pelé, ali em São Bernardo do Campo, e o Brasil ia jogar com a Holanda. Foi a primeira vez que eu vi televisão em cores na minha vida. Um médico do Sindicato, que tinha uma televisão em cores, levou a televisão para o Sindicato, instalou, liberamos o Sindicato, e ninguém trabalhou, para ver o jogo. Aí, se comprou... Naquele tempo, conhaque bom era Domecq, Palhinha... É uma questão de época. E estávamos lá, todos os funcionários do Sindicato, todo mundo lá, e entra aquela desgramada daquela laranja mecânica, aquele tal de Cruyff, que acabou com a gente. O Zagallo não estava jogando. Estavam jogando Paulo César Caju, Rivelino, Jairzinho, Luís Pereira, Leão, que era o goleiro, Marinho, que era o lateral esquerdo e brigava muito com o Leão... Mas o fato concreto é que a gente tinha comprado aquelas bebidas para beber de alegria. Depois, quando nós perdemos, todo mundo se



achou técnico da Seleção, e foi a razão para a gente beber.

Depois o Zagallo foi coordenador campeão em 1994, vice em 1998, e foi coordenador outra vez em 2006. Um cidadão que participou de uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete Copas do Mundo e, dessas, foi vencedor em cinco, e vice-campeão na outra, é uma pessoa que todos nós precisaríamos consultar quando quiséssemos falar de Copa do Mundo. Não se contrata consultorias aí? As empresas contratam consultorias, pagam milhões? Eu não teria nenhum problema de te consultar para dar conselho para cada Copa do Mundo: conte para nós o que aconteceu, como é que é, como é que foi, porque isso pode ajudar a combater um pouco da auto-suficiência de gente que nem auto-suficiente pensa que é.

Então, esta homenagem que nós estamos fazendo a vocês vai ter prosseguimento. Este aqui é um gesto da nossa geração, porque foi a geração de 58 do futebol, foi a geração da Maria Ester Bueno, foi a geração do Éder Jofre. Todo mundo nessa época, Pelé, ganhou título. Depois do Éder Jofre veio a Bossa Nova, com a “Canção de Amor Demais”, com letra de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, cantada por Elizeth Cardoso e João Gilberto ao violão. Depois de três meses foi lançado “Chega de Saudade” e “Bim Bom” do João Gilberto. Logo em seguida, em Cuba, Fidel fazia a revolução e chegava, junto com Guevara ao poder, tirando Fulgencio Batista. O papa Pio XII tinha morrido no dia 9 de outubro e no dia 28 do mesmo mês o italiano Angelo Giuseppe foi nomeado Papa, o nosso saudoso Papa João XXIII.

Naquele tempo, Pelé, para a gente ouvir a Copa do Mundo pelo rádio, era uma chiadeira desgraçada. Parecia que tinha uma ventania e que ia derrubar poste. Mas de qualquer forma, já foi um avanço. Eu me lembro que na Copa do Mundo de 66, aqui no Brasil, inventaram que ia ter televisão, aí, na televisão era a tela preta e uma bolinha branca correndo na televisão, que a gente não sabia para que lado estava. Eu acho que isso confundiu a Seleção de 66, que foi o desastre que foi. Também, colocaram um tal de Euzébio na



nossa frente, não é, Pelé, e a Seleção de Portugal...

Algumas curiosidades sobre o Brasil: a Seleção Brasileira, Ricardo Teixeira, você deve conhecer isso melhor do que nós, detém a maior seqüência de jogos sem perder em Copas. Ficou invicta 13 partidas entre as copas de 1958 e 1966. Foram 11 vitórias e dois empates. Além de repetir aqui, que a Seleção nunca perdeu com o Pelé e com o Garrincha juntos. A Seleção Brasileira também detém – você vai conferindo, Ricardo, e anotando para ver se eu estou certo aqui, João Havelange – a maior seqüência de vitórias em Copas do Mundo, os sete jogos na Copa de 2002 e mais quatro no Mundial de 2006.

O Brasil é o único país que participou de todas as 18 Copas do Mundo realizadas até hoje. A Itália participou de 16, e Argentina e Alemanha, de 14. O Brasil é o maior campeão de Copas, todo mundo já sabe disso. O Brasil é o País que mais vezes jogou na história das Copas, 92 jogos. É também o que mais vitórias conseguiu, 64; e também o que mais marcou gols, 201; e sofreu 84 gols.

Todo mundo sabe que em 58 – isso é para a juventude da imprensa, que está cobrindo isso aqui, agora – o Brasil tinha um problema, porque levava o jogador e até 1958 não tinha um tratamento médico adequado. Os jogadores iam com 20 ou 30 dentes com cáries, jogador com verminose, jogador com frieira. Somente a partir de 1958 é que se montou uma estrutura profissional e teve um mínimo de organização, coordenada pelo nosso saudoso dr. Paulo Machado de Carvalho ex-presidente da TV Record, Arlindo, você se lembra. Grande Paulo Machado de Carvalho, que leva o nome do Estádio do Pacaembu hoje. Ali tinha dentista, Pelé obturou os dentes, tinha medo de dentista. Garrincha tinha problema de saúde, não era problema de perna torta não, aquilo era uma virtude, era problema de falta de tratamento mesmo, porque jovem não se tratava. Levamos até psicólogos para a Suécia. Por falar na Suécia, você não me deu o nome, mas tem um jogador da Suécia aqui que



perdeu para nós, ele está aqui, o ponta-direita da Suécia está aqui, uma salva de palmas para o Kurt Hamrin. Certamente o locutor de rádio na Suécia falava: “bola com Kurt; Kurt para não sei quem; perde para o Zito, que passa para o Didi, e vai por aí afora”. Vejam que é um perdedor sem ranço, sem mágoa, está alegre, feliz da vida.

Dos 22 jogadores que nós levamos para a Copa do Mundo, apenas seis não entraram em campo: Castilho, reserva do Gilmar; Mauro, reserva do Bellini; Zózimo, reserva do Orlando; Orecó, Moacir e Pepe. Seis participaram de todas as partidas: Gilmar, Bellini, Orlando, Nilton Santos, Didi e Zagallo. A nossa figurinha carimbada, Sua Excelência, o Pelé, se tornou o mais jovem jogador a marcar um gol na Copa de 58. Uma coisa interessante que a gente não vê no futebol hoje: o Pelé contava, na hora do almoço, que ele se referia ao Bellini como senhor. O Bellini tinha 27 ou 28 anos, o Pelé tinha 17, e a figura do Bellini, como capitão, impunha ao Pelé essa deferência, eu acho que não é defeito os mais jovens, de vez em quando, respeitarem os mais velhos, que têm mais experiência. Eu acho que isso, Pelé, você não deve ter aprendido nem com o técnico Vicente Feola, nem com o João Havelange, eu acho que isso você aprendeu no berço, isso é coisa de pai e mãe. Quando se é pobre e se tem educação, a gente aprende a respeitar as pessoas. Naquele ano, o Pelé foi artilheiro do Campeonato Paulista, com 58 gols dele. Certamente, uns 10% marcados contra o Corinthians.

Eu vou contar uma história, Zagallo. O bicho pela vitória de 3X0 sobre a Áustria, na estréia de 58, foi de 60 dólares. Receberam? Bem, o Nilton Santos nesse jogo, marcou o primeiro gol, foi o primeiro gol marcado por um jogador de defesa em uma Seleção, em Copa do Mundo. O segundo jogo, Brasil 0 X 0 Inglaterra, foi o primeiro zero a zero de uma Copa do Mundo. Tudo isso aconteceu em 1958. Pelo terceiro jogo, Brasil 2 X 1 União Soviética, o bicho foi aumentado de 60 dólares para 100 dólares. Esse João Havelange era um mão aberta.



Nas quartas-de-final, vitória de 1 x 0 sobre o País de Gales, e o bicho foi novamente de 100 dólares. Na semifinal – eu não tenho o bicho aqui, João Havelange – a vitória foi de 5 x 2 sobre a França, com três gols de Pelé.

A decisão todo mundo viu, passou aí o jogo. O Didi, conta aquela história famosa, do por que ele entrou com a bola no campo, quando a Suécia marcou o gol, ele pegou a bola e carregou. Deve ter dado conselho para todo mundo.

A vitória do Brasil contra a Suécia é um recorde ainda não igualado na história das Copas. Nunca uma seleção fez tantos gols em uma final de Copa do Mundo. Tudo isso representado por vocês. Muitas vezes, se a gente não compilar todas as informações e ficar recebendo informações pinçadas, não consegue ter noção do todo, do significado das coisas que vocês representaram para o Brasil. Além disso, o Brasil foi a primeira Seleção a ser campeã fora do seu continente, feito que foi repetido em 2002.

Vejam uma queixa do Nilton Santos. O Nilton Santos disse que o presidente Juscelino Kubitschek teria determinado a doação de um terreno, em Brasília – que estava sendo construída naquele momento –, para cada um dos 22 jogadores, além do técnico Vicente Feola. A revista Manchete publicou, na época, que JK teria aberto crédito de 22 milhões de cruzeiros para a compra da casa própria dos jogadores, mas a promessa não se cumpriu. Eu me lembro que, naquela época, houve uma confusão. Realmente, o Juscelino tinha pensado em premiar a Seleção, mas eu me lembro que, na época, começou uma disputa com o Juscelino, que se ele não tinha dado nada para os pracinhas que foram à Segunda Guerra Mundial, ele não tinha que dar presente para os jogadores. Quando a imprensa trata um problema de forma... com uma carga tão pesada, o Presidente deve ter voltado atrás.

Companheiros e amigos,

Vocês sabem que eu sou apaixonado por futebol, e muito mais apaixonado por esportes. Eu acho que um país que investe no esporte tem



chances de ser uma nação muito mais respeitada, muito mais produtiva. Nós, neste momento, temos feito algumas coisas que, se tivessem sido feitas há 30 anos, a gente poderia estar muito melhor. Ali, vocês estão vendo naquela cadeira de rodas, o nosso querido Clodoaldo, nadador de exímia qualidade. Não sei quantas vezes... Vocês sabem que ele vai às Paraolimpíadas – Olimpíadas dos portadores de deficiência – e os adversários chegam a desconfiar que ele não tem problemas, porque quando ele pula na água, vira um... Não, tubarão é perigoso. Vira um golfinho, pronto, uma coisa mais leve, mais suave.

Nós criamos o Bolsa-Atleta para ajudar a financiar um conjunto de atletas que vai mostrar as coisas do Brasil pelo mundo afora. Ainda não é tudo o que nós queremos fazer, mas já começamos a fazer. Nós criamos o Estatuto do Torcedor Brasileiro, depois criamos a Timemania, depois conseguimos a Lei de Incentivo Fiscal, e tudo isso por uma razão: eu acho que o futebol no Brasil é mais do que um esporte. Eu acho que o futebol está impregnado na alma e na consciência do brasileiro quase na mesma proporção do ar que a gente respira. Isso está em nós, está dentro de nós. Então, eu tenho uma preocupação constante de como melhorar os times no Brasil.

Hoje, Mazzola – você que vive na Europa –, nenhum time brasileiro consegue montar mais um time como o que você jogou no Palmeiras: Durval, Mengalvio, Coutinho, Pelé e Pepe, jamais iriam imaginar montar. Garrincha, Didi, Paulinho, Quarentinha e Zagallo, jamais a gente conseguiria montar, porque quando estão com 18, 19 anos vão embora. Obviamente que eu sou daqueles que defendem, com amor, que um jovem pobre da periferia que conseguiu ter ascensão no futebol ganhe dinheiro. Eu quero que ele melhore de vida mesmo, mas é preciso que haja uma combinação. Vejam a Seleção Brasileira: não tem um jogador que jogue no Brasil. Antigamente era assim: o jogador jogava no interior... O Pelé, lá em Bauru, jogava lá em Bauru. (inaudível). Ele estava no Santos. O Santos era um time pequeno também lá



em Santos. O Corinthians tinha mais torcida do que o Santos, em 1957. É importante lembrar disso. O Jabaquara tinha tanto ou mais torcida do que o Santos. O Jabaquara é de onde o Gilmar veio, e o Baltazar também.

Pois bem, o sonho de um jovem desses era ir para um time grande, não é, Pelé, jogar na capital, jogar num time de projeção, porque dali era um passo importante para a Seleção Brasileira. Hoje, o sonho de um jovem não é chegar à Seleção Brasileira, é ser vendido para a Europa. Eu acho que às vezes ele pensa que, de lá, ele chega à Seleção com mais facilidade. Isso vai causar problemas, viu, Dino, não apenas no Brasil, mas lá na Europa. Vejam a Inglaterra, com aqueles times jogando. Quando entram em campo o Liverpool, o Arsenal, o Manchester, o Chelsea, são times que parecem uma Seleção de outro continente. Quando monta a Seleção, não tem nenhum daqueles. Aí, aquele futebol exuberante, que colocou três times na final do Campeonato Europeu, na hora em que montam a Seleção, não ganham de ninguém. Por quê? Porque os jogadores não são deles. E obviamente que a Fifa, em algum momento, vai tomar providências para que tenha um limite de jogadores e que, também na Europa, os times possam formar jogadores. Isso é uma coisa extremamente importante.

Eu penso que nós vamos ter que ir trabalhando, discutindo, para ver se a gente tem um processo de fazer surgir os times... Eu até achei importante, Zito, que o Corinthians tenha caído para a série B do Brasileirão, porque eu acho que é o jeito de o Corinthians ajudar os times pequenos: vai lá para baixo e volta com eles para cima. Eu acho que foi uma atitude de grandeza do Corinthians. Noutro dia, eu estava em um ato lá em São Paulo, e o governador José Serra resolveu brincar comigo, e falou: “Você está na série B”. Eu falei: nós fomos para lá porque nós queremos conquistar um título que o Palmeiras já tem e que a gente não tem. Nós queremos disputar com vocês esse título.

Eu queria, meus queridos companheiros... Engraçado, não é? Quando eu tinha 13 anos, eu achava que vocês eram velhos e que eu era menino. Hoje



que eu vou fazer 63 anos, agora, Pelé, 63 anos, nem parece. Um dia desses, eu estava num ato – eu já contei aqui – e falei: vou fazer 63 anos, e uma moça gritou “não parece”. Eu falei: mentirosa.

Eu queria dizer para vocês da alegria de tê-los recebido aqui – com alguns eu já tinha conversado, outros eu tinha visto jogando bola. Quero agradecer ao Joel, que veio de tão longe, do Equador; agradecer ao Moacir; agradecer ao Mazzola, que veio da Itália. Já combinei com o Mazzola que, quando eu for à Itália, em outubro, como chefe de Estado, vou querer convidá-lo para comer uma massa, que é muito boa, lá na Embaixada brasileira. Quero agradecer ao Pelé que, normalmente, é essa personalidade insubstituível no mundo dos esportes. É engraçado, não é, porque o Pelé parou de jogar bola em 1974 e continua sendo o jogador mais importante do Brasil até hoje. Quero agradecer ao De Sordi, ao Djalma, ao Bellini, ao Zito, ao Mazzola, ao Pepe, ao Moacir, ao Dino, ao Orlando, ao filho do Gilmar que está aqui. Quero agradecer a você, Zagallo. Continue sendo irreverente e continue gostando do número 13, porque este é o meu número também.

Eu vou lhe contar uma história do que o número 13 significa na minha vida. Minha mãe vendeu suas terras em Pernambuco, em 1952, para a gente vir para cá, por 13 contos de réis. A viagem demorou 13 dias. Eu saí de Pernambuco no dia 13 de dezembro de 1952. Quando, em 1980, eu fui preso por conta da greve dos metalúrgicos, o somatório do número da placa da minha prisão dava 13. Fundei um partido com o número 13. Então, o número 13, Zagallo, está na minha e na sua vida. Vota na 13ª?

Então, eu quero agradecer a vocês e dizer o seguinte: na vida de um ser humano, qualquer que seja a atividade, tem uns que progridem, outros não progridem, uns conseguem vencer mais, outros menos. Eu sei que nem todo mundo que foi campeão em 1958 conseguiu ter uma condição financeira de sobrevivência. Lamentavelmente, no esporte, ainda não temos as garantias institucionais para que tenha um sindicato forte de atletas profissionais. Uma



parcela da renda de cada jogo deveria ser destinada para criar um fundo para cuidar dos atletas, que são os artistas, quando eles mais necessitam.

Eu fico imaginando se vocês jogassem bola hoje, quanto é que cada um de vocês valeria. Porque hoje, um jogador ganha por mês o que muitos de vocês não ganharam na vida. Essa é uma coisa maluca que a evolução dos tempos... Um dia desses eu recebi, Pelé, o Dirceu Lopes aqui. Ele é secretário de uma cidadezinha do interior de Minas Gerais. Eu me lembro do Dirceu Lopes e do Tostão jogando juntos e eu fiquei pensando: imagine se o Dirceu Lopes estivesse jogando hoje, quanto ele ganharia por mês?

Eu quero dizer para vocês o seguinte: eu pedi ao ministro Orlando, falei com o ministro do Planejamento. Por esses dias nós vamos apresentar uma proposta, Arlindo, ao Congresso Nacional, para a gente criar uma aposentadoria para que esses cidadãos, que são a cara do Brasil que vence, possam viver mais dignamente ou pelo menos serem respeitados por nós.

No documentário que eu vi sobre o Joel, em Quito, Moacir, eu vi as preocupações. É porque eu sabia a linha do Flamengo inteira: Joel e Moacir. Então eu vi, Moacir, o documentário. O Moacir é um companheiro que passa privações, e eu acho que não é justo. Um País de 190 milhões não tem o direito de permitir que uns poucos que conseguiram enaltecer a alma da nossa gente ao mundo não mereçam o reconhecimento do Estado brasileiro. Então, nós vamos fazer essa reparação. O ministro Orlando e o Ministro do Planejamento vão me apresentar uma proposta e eu quero ver se a gente consegue resolver isso o mais rápido possível, porque não é sempre que a gente consegue produzir heróis. Eu dizia para o Pelé na hora do almoço: eu trabalho já há uns oito meses com uma idéia de tentar pegar 100 brasileiros, daqueles que pela origem não era para terem dado certo, e deram certo, viraram personalidades, viraram gente importante. Por quê? Porque eu acho que a auto-estima de um povo, a auto-confiança de um jovem, quando as pessoas acreditam em si mesmas, tudo fica mais fácil. Então, eu quero ver se a



gente produz isso. Não defini ainda qual o Ministério, se é o Ministério da Cultura, se vai ser pela própria Presidência ou pela Educação, mas o dado concreto é que nós precisamos mostrar as coisas boas, porque as coisas ruins nós não precisamos mostrar, todo santo dia a imprensa mostra. Então, nós precisamos tratar de mostrar as coisas boas, que muitas vezes não aparecem.

Eu quero dizer para vocês que eu acho que nós, no Brasil, temos que reparar muitas coisas que nós deixamos passar. E quando a gente não faz as coisas no momento certo, Pelé, fica tudo mais difícil. O Brasil não fez reforma agrária quando o mundo inteiro fez, o Brasil não investiu na educação quando todo mundo investiu. Então nós fomos ficando para trás, e nós agora precisamos acompanhar o mundo. Eu acho que o Brasil está indo, está se encontrando, acho que o Brasil conseguiu dar um salto de qualidade e eu acho que nós, daqui para a frente, vamos fazer as coisas que ainda não tínhamos conseguido fazer.

Eu quero, do fundo do coração, agradecer a presença de todos vocês, dizer que foi uma alegria. Se eu, por acaso, tivesse um “piripaque” e morresse amanhã, certamente morreria muito mais feliz porque desde o ministro Agnelo que eu estou tentando fazer isso e somente agora é que nós conseguimos fazer, por conta dos 50 anos.

Ao nosso querido parceiro sueco, meus agradecimentos. Amanhã não vou poder ir ao jantar na Embaixada da Suécia porque vou a Itajubá, em Minas Gerais, Pelé. Não, eu vou à Venezuela amanhã, desculpem-me, e não vai dar para chegar mais cedo. Mas eu quero agradecer a vinda do nosso companheiro da Suécia, do Cônsul sueco em São Paulo. De coração, muito obrigado por vocês existirem e por terem existido na minha geração, no meu querido País.

Um abraço e que Deus os abençoe.

(\$211A)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia de lançamento do novo Gol**

São Bernardo do Campo - SP, 29 de junho de 2008

Meu caro Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados,
Meu caro Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento, Indústria e
Comércio Exterior,

Meu caro Alberto Goldman, vice-governador do estado de São Paulo,
Senadores Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy,
Deputados Milton Monti e Vicentinho,
Senhor Thomas Schmall, presidente da Volkswagen do Brasil,
Senhor Francisco Garcia, membro do Conselho de Administração do
grupo Volkswagen,

Meus queridos companheiros e companheiras da família Volkswagen de
São Bernardo do Campo, de Taubaté, de São Carlos e de Curitiba,
Meus amigos e minhas amigas,

Eu tinha pedido ao companheiro Miguel Jorge que fizesse o discurso, porque eu só queria dizer algumas palavras a vocês. Em 2003, eu vim aqui na Volkswagen lançar o *flex-fluel*. Pouca gente, naquela época, acreditava que a gente pudesse lançar um carro que utilizasse um combustível e que, em tão pouco tempo, a gente pudesse – daquele início de 2003 – ter praticamente 100% da frota produzida hoje neste País de carros *flex-fluel*. E haverá um momento em que o mundo irá se curvar aos combustíveis renováveis, e aí o Brasil poderá vender muito mais carros produzidos aqui.

A segunda coisa, ainda no ano de 2003, eu recebia em Brasília toda a direção do Sindicato da Indústria Automobilística, muitos dirigentes das empresas, e todos eles diziam: “Presidente, a coisa está ruim, nós vamos ter



que mandar gente embora, nós vamos deixar de produzir, não sei das quantas”. Era uma choradeira, parecia criança na hora de mamar. Eu dizia para eles: vocês têm que ter paciência porque as coisas vão acontecer neste País.

E hoje eu volto aqui para dizer – e vocês sabem disso – que a indústria automobilística está batendo recordes todo mês, de produção e de vendas, e o povo brasileiro agradece a confiança que as indústrias tiveram no Brasil, a confiança que as indústrias tiveram na consciência de que o governo iria estabilizar a economia. Fizeram investimentos e hoje nós estamos colhendo aquilo que plantamos. Por que eu fico mais gratificado? Porque quanto mais as indústrias crescerem, quanto mais fornecedores tiverem, quanto mais concessionárias tiverem, mais empregos vão gerar; gerando mais empregos, vão gerar mais salário; gerando mais salário, vão gerar mais consumidores; mais consumidores, mais empregos; e assim nós passamos a viver num círculo virtuoso em que ganha o Brasil, ganham as empresas e ganham os trabalhadores.

A última coisa, que me deixou feliz, foi saber que foi da cabeça da engenharia brasileira e da cabeça dos trabalhadores brasileiros que se produziu o design deste novo Gol, que será motivo de inveja para muitos países que pensam que são mais desenvolvidos do que o Brasil. Eles vão perceber – a Volkswagen, graças a Deus, percebeu – que a criatividade do povo brasileiro não é apenas no futebol ou no samba. A criatividade do povo brasileiro é capaz de produzir um carro feito por brasileiros, pensado por brasileiros, desenhado por brasileiros, que será um carro mais competitivo. Eu não tenho dúvidas de que o Gol vai continuar sendo “a menina dos olhos” dos consumidores brasileiros e dos países da América Latina.

Um abraço, parabéns à Volkswagen e parabéns aos trabalhadores da Volkswagen.

(\$211A)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento do Pólo Aeronáutico de Helicópteros de Grande Porte

Itajubá-MG, 30 de junho de 2008

Meu caro governador do estado de Minas Gerais, Aécio Neves,
Meus caros diretores da Helibras,
Senhores empresários da França, que vieram aqui para construir essa parceria extraordinária,
Senhor presidente da Eurocopter,
Meu caro presidente da EDS,
Meu caro Robson Braga, presidente da Fiemg,
Paulo Skaf, presidente da Fiesp,
Meus amigos e minhas amigas,
Trabalhadores e trabalhadoras da Helibras,

A parceria entre o Brasil e a França, no setor aeronáutico, remonta aos primeiros dias da aviação e tem como pioneiro o mineiro Santos Dumont. Nosso grande inventor nasceu aqui, nessas Minas Gerais, a cerca de 300 quilômetros do local onde estamos agora. Sua mente e sua criatividade voavam alto desde sua infância, no Brasil. Mas foi na França que ele conseguiu que um aparelho mais pesado que o ar também levantasse vôo, dando início a toda a história da aviação. É importante lembrar que os americanos não concordam com isso.

A cooperação bilateral neste setor, como todos sabem, aumentou em qualidade e intensidade nos mais de 100 anos que se passaram, desde aquele primeiro vôo, no Campo de Bagatelle. A parceria se refletiu num ótimo relacionamento entre nossas Forças Aéreas, na utilização dos Caça Mirage e



na instalação da Helibras, há 30 anos, que possibilitou ao Brasil ocupar o posto que mantém até hoje: o de único produtor latino-americano de helicópteros.

Em fevereiro último, durante encontro na fronteira com o presidente Sarkozy, decidimos colocar em prática um plano de ação que aprofunda ainda mais a parceria estratégica entre nossos países nos mais diversos aspectos e, entre eles, a Defesa, a Aeronáutica e a tecnologia ocupam um lugar de extraordinário destaque.

É dentro desse ritmo histórico de cooperação, portanto, que devemos compreender a implantação do Pólo Aeronáutico de Helicópteros de Grande Porte aqui, na nossa querida Itajubá. Este Pólo fabricará as aeronaves que servirão às nossas Forças Armadas e a setores estratégicos da economia brasileira, como é o caso da exploração de petróleo em plataformas oceânicas, e será um importante centro de transferência de tecnologia e conhecimentos para a indústria brasileira.

A construção de helicópteros de grande porte no Brasil é mais uma prova de que nosso País reencontrou o caminho do desenvolvimento. Trata-se, afinal, de uma iniciativa estratégica sob os mais diferentes pontos de vista: da economia à defesa, da tecnologia à cooperação internacional. E é também fundamental para atingirmos uma meta estabelecida em nossa política de desenvolvimento produtivo: dobrar a exportação de helicópteros para a América Latina. Com isso, ampliaremos ainda mais a nossa liderança regional em todo o setor aeronáutico. Ocupamos, hoje, a terceira posição mundial no mercado de aeronaves civis. Nosso complexo industrial compreende cerca de 140 empresas, emprega 35 mil pessoas e fatura anualmente 6 bilhões e 500 milhões de dólares.

No que se refere à defesa, estamos também trabalhando com uma visão estratégica, que tem por objetivo recuperar e incentivar o crescimento da base industrial instalada, ampliar o fornecimento para as nossas Forças Armadas e, também, para atender a outros países. Queremos, até 2010, elevar em 50% o



fornecimento nacional nas compras de Defesa; em 2020, elevar essas compras próximo a 80%. Estou certo de que será possível atingirmos essas metas, por mais ousadas que elas hoje possam parecer.

Contamos com uma base industrial sólida e com grande capacidade de renovação. Contamos também com a determinação do Estado em continuar investindo fortemente nos setores estratégicos, atraindo cada vez mais investimentos da iniciativa privada. E contamos, sobretudo, com a criatividade e a extraordinária competência dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiros.

Minhas amigas e meus amigos,

Quero agradecer e dar os meus parabéns a todos vocês que, de uma forma ou de outra, estão contribuindo para a implantação deste Pólo Aeronáutico de Helicópteros de Grande Porte. Trata-se de um grande esforço coletivo que reúne militares e civis, representantes do governo e da iniciativa privada, brasileiros e franceses, todos unidos sob a bandeira comum da cooperação e da amizade.

Meu caro governador Aécio Neves,

Meus caros senadores,

Ministros,

Quando me encontrei com o presidente Sarkozy e depois o Ministro Nelson Jobim esteve na França, junto com o nosso comandante da Marinha – não sei se o brigadeiro Saito foi junto – nós tínhamos a convicção de que era preciso desafiar a França para a construção dessa parceria estratégica com o Brasil. E construir a parceria estratégica pressupunha que nós precisaríamos fazer aqui os investimentos necessários e tivéssemos o conhecimento e a parceria na expertise que a França tem na área da defesa. Não fica apenas na questão do helicóptero. Nós temos interesse em estabelecer parceria com a França na construção de submarinos e conhecer a tecnologia do submarino nuclear, para que possamos, em um futuro bem próximo, desenvolver o nosso



próprio.

Tudo isso será muito mais consolidado quando não estivermos apenas fazendo discursos de intenções, mas quando estivermos assinando os protocolos como esses que foram assinados aqui hoje e que consagram a Helibras, não como uma empresa produtora de helicóptero Esquilo, mas como empresa produtora de helicópteros de grande porte. Para isso, foi preciso estabelecer uma relação de confiança. O Brasil precisa ter acesso à tecnologia, o Brasil precisa, através das nossas Forças Armadas, Aeronáutica, Exército e Marinha, ser o primeiro comprador desses aviões para poder garantir a produção aqui, porque certamente nenhuma empresa viria investir se não tivesse a certeza de um mercado incipiente. No caso, é o Estado brasileiro, através das Forças Armadas, que tem que dar o primeiro passo.

Em um segundo passo, quando as nossas Forças Armadas estiverem provando ao mundo que o helicóptero é de qualidade, certamente nós teremos todo um continente para vender esses helicópteros e, mais do que vender, quem sabe crescamos tanto que seja necessário fazermos parcerias e montarmos outras fábricas em outros países do nosso continente.

O fato concreto é que aquilo que parecia uma simples viagem de um Ministro da Defesa a Paris, junto com os comandantes das Forças Armadas, está consagrando que hoje... e esta data do dia 30 de junho não foi definida na semana passada, foi definida em fevereiro deste ano, que nós iríamos construir a parceria e viríamos aqui no dia 30 para anunciar que a Helibras vai ser uma empresa muito maior do que ela é, que vai ter muito mais empregados do que tem e que vai contratar gente no Rio Grande do Sul para fazer umas peças, que vai contratar gente de São Paulo para fazer outras, que vai contratar gente do Rio de Janeiro para fazer outras, que vai criar uma engenharia aeronáutica aqui na região de Itajubá, que já tem uma boa universidade federal. Portanto, o Brasil está entrando em um ramo extraordinário, através da Embraer nós já demos demonstrações de que temos competência para discutir com qualquer



outro concorrente, em qualquer lugar do mundo.

Quero agradecer a nossa parceira francesa pela confiança. Hoje não pôde estar aqui o Ministro da Defesa da França porque tivemos um pequeno problema na França. Se fosse no Brasil seria um grande problema, na França foi um pequeno problema, e não pudemos ter a participação do Ministro da Defesa, mas eu tenho certeza de que contamos com o apoio do presidente Sarkozy, tenho certeza de que contamos com o apoio de muitos empresários franceses. E eu tenho a convicção de que Brasil e França poderiam ter andado muito mais rápido porque estive, no ano passado, participando da comemoração do Brasil na França e pude constatar o quanto os franceses gostam do Brasil. Agora vamos ter o Ano da França no Brasil, e temos que provar o quanto os brasileiros gostam dos franceses e das francesas, sobretudo de Paris e do vinho. Não gostamos muito do time de futebol da França porque nos derrotou em 1998 e nos tirou da Copa em 2006 mas, de qualquer forma, não será um jogo da seleção francesa com a seleção brasileira que irá criar qualquer problema na relação entre esses dois países-irmãos.

Meu caro governador do estado de Minas Gerais: você sabe que quando uma empresa quer fazer investimento, tem muitos estados que brigam para saber aonde a empresa vai. Tem governadores que acham que a gente pode influenciar. O máximo que a gente pode fazer é lembrar que aqui já existia a Helibras, que Minas Gerais é sócia da Helibras e, portanto, não tinha nenhum sentido ir construir em outro lugar, a não ser fazer crescer a empresa que já existe, que é (Inaudível), que completa 30 anos, que tem uma mão-de-obra altamente qualificada, jovens promissores que podem ajudar a fazer uma revolução na indústria aeronáutica brasileira, sobretudo, na área da construção de helicópteros.

Hoje é um daqueles dias em que eu volto para casa feliz. Aliás, eu não volto para casa, eu vou para a Argentina, para a reunião do Mercosul. Mas eu fico feliz porque cada vez que eu participo da comemoração de uma empresa



bem-sucedida, cada vez que eu participo do anúncio de um novo investimento, eu fico pensando que nós estamos plantando as nossas sementes para garantir que o Brasil seja, definitivamente, um país desenvolvido. Este País, que já teve tantas chances, este País que já jogou fora tantas oportunidades, não tem o direito de jogar nenhuma oportunidade fora. Eu dizia sempre que o século XX tinha sido da Europa e dos Estados Unidos, o século XXI começou com a China muito poderosa, mas o Brasil precisa transformar esse início de século XXI no século que o consolidará como uma grande economia mundial.

O mundo passa por uma pequena crise de alimentos. Alguns, mais precipitados, logo tentam jogar a culpa em cima da nossa pequena produção de biocombustível, seja do etanol, seja do biodiesel. E quem tem participado de viagens comigo, sabe que o debate não é pequeno. Eu estou viajando agora para o G-8 e vou com um único objetivo: tentar estabelecer uma discussão séria sobre o que está acontecendo no mundo, neste momento, na área de alimentos. E tem algumas coisas que alguns não querem discutir, Aécio. Ninguém quer discutir o quanto o preço do petróleo tem de incidência no custo do alimento, ninguém quer discutir o quanto o preço do petróleo incide no custo do frete, no custo da energia, no custo dos fertilizantes. Alguns dizem: “O petróleo está aumentando porque a China está comprando demais”.

A verdade é que o mercado futuro de petróleo já tem a mesma quantidade de investimento no mercado futuro que o consumo chinês. Da mesma forma que o mercado futuro de alimentos saiu de 13 bilhões de dólares, há 3 anos, para 260 bilhões de dólares hoje. Significa que tem alguém especulando com aquilo que é essencial para a humanidade, que é o alimento.

Eu tenho dito para todo mundo: em se tratando de produção de alimentos, nós não temos preocupação. Pelo contrário, é uma grande oportunidade para este País, que tem terra, tem sol, tem água, tem gente que sabe trabalhar, tem gente que sabe produzir. E essa combinação perfeita entre o crescimento industrial brasileiro, o crescimento da construção civil e o



crescimento da agricultura é o que vai transformar o Brasil, finalmente, numa pátria economicamente forte e socialmente justa. Eu acho que é isso que vocês sonham, é isso que vocês querem, e é por isso que vocês aspiram e têm confiança neste País.

Meu caro Aécio, eu fico extremamente feliz de estar aqui, em Itajubá. E somente voando de helicóptero para cá é que a gente vê como essa região é bonita, extraordinária. Quem sabe um dia, quando me aposentar, eu venha plantar alguma coisa aqui ou, pelo menos, ouvir os helicópteros fazerem barulho sobre a minha cabeça.

Mas, eu acho que, nesses 30 anos da Helibras, eu não poderia deixar de agradecer ao presidente da Helibras e ao nosso companheiro Jorge Viana, presidente do Conselho, que marcaram uma reunião em Brasília para consagrar isso aqui. Eu digo que o brigadeiro Saito é o meu avalista porque ele é quem diz que o avião é bom, que o avião é maravilhoso, que a Aeronáutica está satisfeita, que o Exército está satisfeito, que a Marinha está satisfeita. Ora, se a Marinha está satisfeita, se o Exército está satisfeito, se a Aeronáutica está satisfeita, se eu estou satisfeito, se os mineiros querem, se o governador deseja e se a empresa já existe aqui, quem é que vai impedir que a gente faça essa empresa crescer muito mais, e o Brasil, junto com ela, crescer, eu diria, de forma extraordinária?

Portanto, meus parabéns à Helibras, meus parabéns aos dirigentes franceses que aqui estão. Parabéns, Embaixador, transmita meu abraço ao presidente Sarkozy. Encontrarei com ele na próxima semana, no G-8, no Japão. Transmita um abraço a todos aqueles franceses que gostam tanto do Brasil quanto nós gostamos da França.

E aos trabalhadores da Helibras, meus parabéns, porque sem vocês nós não seríamos o que somos.

Um abraço e boa sorte.

(\$211A)